

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI  
ROSEMEIRE CALIXTO MASSARUTTO**

**A SUSTENTABILIDADE DAS ATIVIDADES DO TURISMO EM ÁREAS  
PROTEGIDAS: UM ESTUDO SOBRE OS MEIOS DE HOSPEDAGEM NO PARQUE  
NACIONAL DO ITATIAIA (RJ)**

**SÃO PAULO  
2009**

**UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI  
ROSEMEIRE CALIXTO MASSARUTTO**

**A SUSTENTABILIDADE DAS ATIVIDADES DO TURISMO EM ÁREAS  
PROTEGIDAS: UM ESTUDO SOBRE OS MEIOS DE HOSPEDAGEM NO PARQUE  
NACIONAL DO ITATIAIA (RJ)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, área de concentração em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Mirian Rejowski.

**São Paulo  
2009**

**ROSEMEIRE CALIXTO MASSARUTTO**

**A SUSTENTABILIDADE DAS ATIVIDADES DO TURISMO EM ÁREAS  
PROTEGIDAS: UM ESTUDO SOBRE OS MEIOS DE HOSPEDAGEM NO PARQUE  
NACIONAL DO ITATIAIA (RJ)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Hospitalidade, área de concentração em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Mirian Rejowski.

**Banca Examinadora:**

---

**Profa. Dra. Mirian Rejowski/Doutorado/  
Universidade Anhembi Morumbi -SP**

---

**Profa. Dra. Elizabeth Wada/Doutorado/  
Universidade Anhembi Morumbi -SP**

---

**Prof. Dr. Eduardo Bahia  
Centro Universitário UNA-BH**

***Dedico*** este trabalho aos meus pais, José Benedito Massarutto e Orides Calixto Massarutto, e ao companheiro de todas as horas Eduardo Siqueira de Oliveira, pelos momentos em que não me deixaram desistir.

## AGRADECIMENTOS

O trabalho de construção de uma pesquisa de mestrado, em alguns momentos, é árduo e solitário. Entretanto, não poderia me esquecer de todo apoio de excelentes profissionais e instituições que me auxiliaram e contribuíram para a conquista de realizar essa pesquisa.

Agradeço à professora doutora Mirian Rejowski por se dedicar ao meu trabalho nesse momento final, pelo conhecimento compartilhado, pelo carinho e paciência em momentos difíceis.

Agradeço ao professor doutor Sidnei Raimundo pela participação na banca de qualificação, que me mostrou caminhos e objetivos para o desenvolvimento da pesquisa, pelos ricos conhecimentos compartilhados, pelos debates posteriores de minhas dúvidas, pela amizade e compreensão expressada com paciência e muita paz de espírito.

Agradeço às professoras doutoras Elizabeth K.Wada e Maria do Rosário R. Salles pelas observações na banca de qualificação.

Ao professor doutor Davis Gruber Sansolo, que mesmo não conseguindo terminar essa jornada junto a mim, proporcionou-me momentos de aprendizado de grande importância para minha vida acadêmica.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento por meio de bolsa aos meus estudos na instituição.

A todos os professores do mestrado em Hospitalidade da Anhembi Morumbi, pelo aprendizado e amadurecimento.

A todos os funcionários e colaboradores do mestrado em Hospitalidade, em especial à Alessandra da Silva Carvalho, secretária do programa, que nos forneceu todas as informações com competência e agilidade.

A todos os hoteleiros, gestores e servidores do Parque Nacional do Itatiaia, por me concederem as entrevistas para o desenvolvimento da pesquisa. Também ao Ibama e ao ICMbio (Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade), por concederem a autorização de pesquisa científica.

Aos meus alunos e companheiros de trabalho, que entenderam as minhas ausências no final da pesquisa.

À minha família, por estar ao meu lado em todos os momentos de minha vida, apoiando-me com dedicação tanto nos momentos difíceis quanto nos felizes .



"Desenvolve-se a plantação, semente a semente.

Ergue-se a casa, tijolo a tijolo.

Constitui-se a mais bela sinfonia, nota a nota.

Agiganta-se o rio, gota a gota.

Levanta-se o mais alto poema, verso a verso.

Surge a história, palavra a palavra.

Edifica-se a estrada mais longa, metro a metro.

Desdobra-se o tecido, fio a fio.

E o próprio século não é mais que larga faixa de tempo, a estruturar-se, minuto a minuto" (Emmanuel/

Chico Xavier)

## RESUMO

Esta dissertação discutiu a sustentabilidade de empreendimentos turísticos em áreas protegidas, optando por tratar dos impactos não apenas naturais e econômicos, mas também sociais, culturais e políticos. Face a essa amplitude, restringiu-se a análise do uso público a um foco: o dos meios de hospedagem, com o objetivo de demonstrar como os meios de hospedagem estabelecidos no interior de uma área protegida se “comportam” em relação à sustentabilidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica direcionada à construção dos parâmetros de análise da sustentabilidade turística e, na pesquisa de campo, realizaram-se várias visitas *in loco* com observação e aplicação de entrevistas diretivas com os gestores dos meios de hospedagem localizados na Parte Baixa do PNI, os gestores públicos do PNI e o prefeito da cidade de Itatiaia. Dentre os resultados obtidos, destaca-se que nos discursos dos gestores estão presentes propostas de conservação ambiental, ecológica, social, cultural, econômica e política, mas, na prática, encontraram-se várias deficiências no cotidiano desses empreendimentos. É preciso que seja incorporada, na gestão desses empreendimentos, a prática da sustentabilidade em suas ações e não apenas nos seus discursos. já que a sustentabilidade ecológica, ambiental, social, cultural, econômica e política depende, fundamentalmente, da sustentabilidade legal definida de acordo com as especificações e características da área protegida em particular.

**PALAVRAS-CHAVES:** Turismo. Sustentabilidade. Área Protegida. Meios de Hospedagem. Parque Nacional do Itatiaia (RJ).

## ABSTRACT

This dissertation discusses the study of the sustainability of tourism enterprises in protected areas, and the option was to deal specifically with not only the natural and economic impacts, but also the social, cultural and political aspects. In view of this broad scope, the analysis of public use was restricted to a single focus: that of the means of accommodation, with the aim of demonstrating how the means of accommodation established within a protected area “behave” in relation to sustainability. The methodology used was bibliographic research for the theoretical basis directed towards the construction of parameters for the analysis of sustainability in tourism; and in the field research, various *in loco* visits were made to the Low Part of PNI (RJ -Itatiaia National Park – Rio de Janeiro), the public managers of PNI and the mayor of the city of Itatiaia. Among the results obtained, it is emphasized that the managers’ speeches present proposals for environmental, ecological, social, cultural, economic and political conservation, but in practice various deficiencies were found in the day-to-day implementation of these enterprises. It is necessary for the management of these enterprises to incorporate the practice of sustainability in their actions and not only in their speeches; since ecological, environmental, social, cultural, economic and political sustainability fundamentally depends on legal sustainability defined in accordance with the specifications and characteristics of the protected area in particular.

**KEY WORDS:** Tourism. Sustainability. Protected Area. Lodge. Parque Nacional do Itatiaia (RJ). (Itatiaia National Park – Rio de Janeiro).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Criação de Parques Nacionais no Brasil entre 1937 e 2009

Figura 2 - Mapa com a distribuição das Áreas Protegidas no Brasil

Figura 3 - Ciclo ambiental sustentável em meios de hospedagem

Figura 4 - Localização do PNI no Brasil

Figura 5 - O PNI entre os estados São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

Figura 6 - Delimitação da parte baixa do PNI

Figura 7 - O Último Adeus

Figura 8 - Lago Azul

Figura 9 - Piscina de Maromba

Figura 10 - Cachoeira do Véu da Noiva

Figura 11 - Delimitação das Zonas da parte baixa do PNI

Figura 12 - Avaliação da qualidade dos elementos naturais dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro de 2009 (não falta o mês aqui?)

Figura 13 - Aspectos do meio de hospedagem “Tulipa”, localizado na Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Figura 14 - Aspectos do meio de hospedagem “Begônia”, localizado na Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Figura 15 - Aspectos do meio de hospedagem “Cravo”, localizado na Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Figura 16 - Aspectos do meio de hospedagem “Rosa”, localizado na Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Figura 17 - Aspectos do meio de hospedagem “Girassol”, localizado na Parte baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Figura 18 - Origem dos fornecedores dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI- Rio de Janeiro, julho de 2009

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de Áreas Protegidas.

Quadro 2 - Categoria de manejo e dispositivos legais de Unidades de Conservação no Brasil anteriores ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

Quadro 3 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação: categorias e objetivos de manejo.

Quadro 4 - Critérios de avaliação da atividade do turismo sustentável.

Quadro 5 – Classificação de meios de hospedagem no Brasil.

Quadro 6 - Diferentes características de ecopousadas e pousadas/hotéis

Quadro 7 - Principais aspectos e impactos ambientais a serem considerados na operacionalização de um hotel.

Quadro 8 - Requisitos da sustentabilidade para a certificação em turismo sustentável de meios de hospedagem

Quadro 9 – Dimensões e parâmetros da sustentabilidade turística

Quadro 10 - Zonas do plano de manejo

Quadro 11 - Alta e baixa estações nos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Quadro 12 - Destino da coleta seletiva de lixo realizada pelos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Quadro 13 - Análise dos impactos dos resíduos de cozinha e lavanderia dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Quadro 14 - Estrutura física dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Quadro 15 - Parâmetros e variáveis sustentáveis em meios de hospedagem

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Unidades habitacionais e leitos dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Tabela 2 - Preços de diárias dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

Tabela 3 - Grau de escolaridade dos funcionários dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro de 2009.

Tabela 4: Taxa de ocupação em alta temporada dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI - Rio de Janeiro de 2009.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PNI – Parque Nacional de Itatiaia.

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

COPELAND – Plano Nacional para as Florestas Americanas.

WWF - Fundo Mundial para Natureza.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

ICMbio – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade.

MTur – Ministério do Turismo.

WCED – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

SAG – Sistema Gestão Ambiental.

ISO - Organização Internacional para Padronização.

APEX - Agência Brasileira de Promoção, Exportação e Investimentos.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e de Turismo de Aventura.

Cadastur – Cadastro do Turismo, pelo Mtur.

PCTS – Programa de Certificação do Turismo Sustentável

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

PM – Plano de Manejo

PAE – Plano de Ação Emergencial

PMA- Plano de Monitoria e Avaliação

## Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Introdução.....</b>   | <b>01</b> |
| <b>Capítulo 1. Áreas protegidas no mundo e no Brasil.....</b>  | <b>04</b> |
| <b>1.1 Aspectos evolutivos no mundo.....</b>   | <b>04</b> |
| <b>1.1.1 Fundamentos conceituação.....</b>   | <b>04</b> |
| <b>1.1.2 Princípios e categorias.....</b>  | <b>08</b> |
| <b>1.2 Aspectos Evolutivos no Brasil.....</b>  | <b>12</b> |
| <b>1.2.1 Fundamentos e Trajetória.....</b>   | <b>12</b> |
| <b>1.2.2 Regulamento e diretrizes.....</b>   | <b>16</b> |
| <b>Capítulo 2. Turismo e áreas protegidas.....</b>   | <b>24</b> |
| <b>2.1 Turismo e sustentabilidade.....</b>   | <b>24</b> |
| <b>2.1.1 Turismo e uso público.....</b>  | <b>24</b> |
| <b>2.1.2 Sustentabilidade do turismo.....</b>  | <b>28</b> |
| <b>2.1.3 Uso sustentável do turismo em áreas protegidas.....</b>   | <b>32</b> |
| <b>2.2 Meios de hospedagem.....</b>  | <b>35</b> |
| <b>2.2.1 Conceituação e tipologia.....</b>   | <b>35</b> |
| <b>2.2.2 Gerenciamento e sustentabilidade.....</b>   | <b>40</b> |
| <b>2.2.3 Parâmetros da sustentabilidade em meios de hospedagem.....</b>  | <b>45</b> |
| <b>Capítulo 3. Turismo e sustentabilidade na parte baixa do Parque<br/>Nacional do Itatiaia: estudo de caso dos meios de hospedagem.....</b> | <b>50</b> |
| <b>3.1 Metodologia.....</b>  | <b>50</b> |
| <b>3.2 Características e contextualização.....</b>   | <b>52</b> |
| <b>3.2.1 Caracterização geral.....</b>   | <b>52</b> |
| <b>3.2.2 Uso e ocupação.....</b>   | <b>59</b> |
| <b>3.2.3 Zoneamento da parte baixa do PNI.....</b>   | <b>62</b> |
| <b>3.3 Meios de hospedagem e prática da sustentabilidade.....</b>  | <b>68</b> |
| <b>3.3.1 Caracterização dos gestores.....</b>  | <b>68</b> |
| <b>3.3.2 Caracterização dos meios de hospedagem.....</b>   | <b>69</b> |
| <b>3.4 Análise de parâmetros da sustentabilidade.....</b>  | <b>71</b> |
| <b>3.4.1 Parâmetros sociais e culturais.....</b>   | <b>71</b> |
| <b>3.4.2 Parâmetros políticos.....</b>   | <b>75</b> |
| <b>3.4.3 Parâmetros ecológicos.....</b>  | <b>77</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3.4.4 Parâmetros ambientais.....</b>          | <b>83</b>  |
| <b>3.4.5 Parâmetros econômicos.....</b>          | <b>88</b>  |
| <b>Capítulo 4. Considerações Finais.....</b>     | <b>93</b>  |
| <b>4.1 Considerações gerais da pesquisa.....</b> | <b>93</b>  |
| <b>4.2 Propostas e ações.....</b>                | <b>98</b>  |
| <b>4.3 Sugestões de pesquisas futuras.....</b>   | <b>100</b> |

## INTRODUÇÃO

O turismo em áreas naturais protegidas é uma preocupação constante na trajetória acadêmica da autora desde a graduação, quando cursava o Bacharelado em Turismo e surgiu a oportunidade de cursar a disciplina “Manejo em Unidades de Conservação” em um curso de Graduação em Engenharia Florestal. Ao ingressar no Mestrado em Hospitalidade desta Universidade, esse tema emergiu naturalmente como foco de estudo e, com o decorrer dos estudos e “descobertas”, o interesse foi se direcionando ao uso público turístico dessas áreas ao lado das questões de sustentabilidade em diferentes âmbitos (ambiental, social, cultural, política e econômica).

Nesse contexto, considera-se a importância das discussões sobre a sustentabilidade da atividade do turismo em áreas naturais brasileiras. Para desenvolver essa proposta de discussão, estudou-se inicialmente a ideia norte-americana de conservar, proteger e planejar essas áreas como forma de manter espaços com esses atributos para gerações futuras; e, com isso, surgem os espaços intocados chamados de “neomitos” por Diegues (2000), ou o mito da natureza intocada, vistos como “ilhas” a serem observadas a uma distância significativa, onde a participação do homem era comprometedor à conservação e preservação da natureza. Com essa visão nasce a primeira área protegida no mundo: o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872 nos Estados Unidos. A criação desta área surge como valorização de um espaço por um povo que não tinha grandes estruturas arquitetônicas históricas para preservação e percebia na natureza a valorização de sua nação perante o mundo (ZIMMERMANN, 2006).

Esse pensamento foi divulgado em todo o mundo como um exemplo de instituição de área protegidas a ser seguido por outras nações que não possuíam as mesmas características, como os países em desenvolvimento que contavam com populações tradicionais e não tradicionais nessas áreas. Somente no fim do século XIX surgem iniciativas de desenvolver debates sobre o uso e ocupação humana desses espaços, a representatividade de espécies de fauna e flora e as diversidades biológicas, além dos aspectos sociais (DRUMOND, 1997), o que levou ao aumento da criação de áreas protegidas no mundo, inclusive em países em desenvolvimento.

Com essas mudanças de paradigmas, a IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza) propõe uma adequação mundial de categorias de áreas protegidas, definindo-as como espaços essenciais para a conservação da biodiversidade, com importância nacional e

internacional por manter a integridade e funcionamento dos ecossistemas naturais (IUCN, 2008). Propõe uma nomenclatura igualitária da conservação desses espaços no mundo, desenvolvendo as categorias de manejo denominadas de: Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre, Reserva Natural Estrita, Parque Nacional, Monumento Natural, Área de Manejo de Habitat/Espécie, Paisagem Terrestre e Marinha Protegida, Áreas Protegidas com Recursos Manejados.

No Brasil, foi instituído em 2000 o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação) para organização e gestão de unidade de conservação. Esse sistema define o espaço verde como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art.2º). Diante desse conceito, o SNUC estabelece duas categorias de unidade de conservação:

- Unidade de proteção integral: estação ecológica, reserva biosfera, parque nacional, monumento natural, refúgio de vida silvestre;
- Unidade de uso sustentável: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.

Este trabalho concentra-se em discutir o uso público dos parques nacionais, que caracterizam-se como unidades de proteção integral e, portanto, têm por objetivo básico:

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (SNUC, 2000: Art. 11)

Estas áreas, na maioria dos parques brasileiros, são habitadas por populações não tradicionais, moradores eventuais em casas de veraneio e meios de hospedagem que proporcionam acomodação aos turistas e visitantes na região, ainda que a legislação brasileira vigente não permita habitantes no seu interior. Daí surgiram várias indagações, tais como: Que normas regulamentam o uso público nessas áreas? Como esse uso provoca impactos nos espaços? Tal uso compromete a sua sustentabilidade? Quais as relações entre os gestores e os empresários ou empreendedores turísticos? Os atores do turismo são ou atuam como

corresponsáveis frente à sustentabilidade? Qual a percepção dos turistas em relação à sustentabilidade? Que categorias de áreas protegidas impactam menos e quais as que impactam mais?

No entanto, todos esses questionamentos não poderiam ser abordados de maneira aprofundada em uma única pesquisa, razão pela qual, após um árduo processo deliberativo, optou-se por abordar o tema “sustentabilidade e turismo” e, dentro deste recorte, tratar especificamente dos impactos não apenas naturais e econômicos, mas também socioculturais e políticos. Face a tal amplitude, restringiu-se a análise do uso público a um foco: o dos meios de hospedagem. A partir daí, o problema central foi assim formulado: como os meios de hospedagem estabelecidos no interior de uma área protegida se “comportam” em relação à sustentabilidade?

As áreas protegidas no Brasil, denominadas de unidades de conservação (UCs), são classificadas em vários tipos, sendo o mais conhecido o parque nacional, o qual poderia ser uma boa oportunidade para desenvolver esta pesquisa. Reunindo informações e estudando o tema, chegou-se ao Parque Nacional de Itatiaia – o primeiro parque nacional do Brasil, criado em 1937 sob o modelo do primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone, nos Estados Unidos, que data de 1872.

Neste momento, tornou-se claro o objetivo primário como sendo o de demonstrar a visão e a prática da sustentabilidade nos meios de hospedagem no Parque Nacional do Itatiaia, com base em parâmetros de análise presentes na literatura especializada. Obviamente este estudo considera a atual situação do objeto de estudo quanto às restrições e metas determinadas pelo plano de manejo do parque e quanto ao uso público referente ao turismo, especificamente em relação aos meios de hospedagem. Os objetivos secundários foram definidos como:

- Descrever o contexto e as características de uso público do PNI e, em especial, da Parte Baixa desse parque.
- Demonstrar a sustentabilidade a partir das práticas sociais e culturais, políticas, ecológicas, ambientais e econômicas em meios de hospedagem nessa área;
- Analisar o discurso dos gestores do parque *versus* as práticas de gestão dos meios de hospedagem do PNI;
- Propor um modelo preliminar para a análise e posterior avaliação da sustentabilidade nesses empreendimentos turísticos.

O conteúdo desta dissertação foi subdividido em três capítulos. No primeiro capítulo, compreende-se como surgiu a concepção de proteção dos espaços naturais no mundo, a evolução do conhecimento de conservação e a influência da ideologia internacional na formatação de ideias e diretrizes desenvolvidas no Brasil para conservação de seus ambientes naturais; realiza-se uma síntese sobre a criação das unidades de conservação no Brasil sobre as leis e diretrizes que vêm se estabelecendo para conservação, com destaque ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei que regulamenta essas áreas. No segundo capítulo abordam-se aspectos teóricos da sustentabilidade e parâmetros ou critérios para sua medição em áreas protegidas, propostos por vários estudiosos e organizações.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa propriamente dita, iniciando pela caracterização geral, contextualização do uso público e questões de zoneamento do Parque Nacional de Itatiaia. Em seguida, discorre sobre a localização e as especificidades dos meios de hospedagem da Parte Baixa desse parque e procede à descrição e análise da sustentabilidade nos meios de hospedagem nessa área, a partir da observação *in loco* e dos depoimentos junto a gestores desses empreendimentos, do parque e da prefeitura.

Nas considerações finais, os resultados da pesquisa são discutidos. Esta reflexão leva à proposta preliminar de um conjunto de variáveis e indicadores de sustentabilidade para o estudo de meios de hospedagem em áreas de preservação no Brasil, além de sugestões de ações aos gestores do Parque Nacional do Itatiaia e propostas de pesquisas futuras. Esclarece-se que a proposta apresentada é uma contribuição metodológica de caráter inicial, a fim de promover outros estudos e pesquisas mais aprofundadas sobre a temática, em busca da “construção” de modelos de análise adequados às particularidades das áreas protegidas no País.

## **CAPÍTULO 1: ÁREAS PROTEGIDAS NO MUNDO E NO BRASIL**

A proposta desse capítulo é compreender como as áreas protegidas estão sendo administradas no mundo e no Brasil. Com base na literatura especializada, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela IUCN<sup>1</sup> (União Internacional para a Conservação da Natureza), organização responsável pelos avanços nas discussões sobre manejo e gestão de áreas protegidas no mundo, e o SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação), lei federal que rege a gestão e o manejo das unidades de conservação no Brasil. Assim, aspectos referentes à evolução, fundamentos, conceituação, regulamentos e diretrizes são descritos, no contexto mundial e brasileiro, dentre os quais se especifica a categoria “parque nacional” como objeto de interesse desta pesquisa.

### **1.1 Aspectos evolutivos no mundo**

#### *1.1.1 Fundamentos e conceituação*

Os estudos voltados à natureza como espaço de proteção são retratados por Thomas (1965) já no século XV, época em que o pensamento sobre o mundo natural resumia-se ao conceito de que a natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana. Essa noção é retomada no século XVIII sob novas formas. Em uma época em que se encontram evidências de uma sociedade industrial no continente Europeu, nasce uma tímida busca da natureza como espaço de congregação nos momentos de tempo livre, fora do cotidiano de trabalho das grandes cidades.

Porém, a concepção de natureza começa a ser modificada no final do século XVIII, quando os naturalistas iniciam a propagação de uma nova discussão. Conforme retrata Thomas (1965), passa-se a enfatizar a sensibilidade da natureza perante o homem, em um cenário natural separado dos seres humanos: um mundo natural para ser visto e estudado como observatório. Nesse período, o homem, ao invés de perceber a natureza basicamente em termos de suas analogias e semelhanças, considerava em seus estudos apenas as particularidades -

---

<sup>1</sup> Em 1948, com o patrocínio da Unesco, foi criada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) que, em 1956, transformou-se na União Internacional para Conservação da Natureza (ARAUJO, 2007).

como flora, fauna e as especificações da biodiversidade - não fazendo dos usos humanos o centro de sua atenção. A visão dos estudiosos da época era a do homem que existe fora do mundo natural, e não como parte integrante dele, visão esta que se tornou base para a concepção de parque nacional como primeira categoria para formação das áreas protegidas no mundo (ARAÚJO, 2007).

A histórica imagem das áreas naturais organizadas como um objeto intocado retrata esse aspecto: o paraíso perdido e observado a uma distância significativa chamado de “neomito” ou “natureza intocada<sup>2</sup>”, segundo Diegues (2000). Para esse autor, é a mitificação da natureza como um espaço intocado e intocável (o chamado "neomito" ou "mito moderno") que serve de base para a construção da concepção preservacionista: "criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas, de acordo com a ideia, de origem cristã, de paraíso perdido" (DIEGUES, 2000:59). A participação do homem nesses espaços era vista como comprometedora à conservação da natureza.

A criação da primeira área protegida no mundo ocorreu em 1872, quando foi criado o Parque Nacional Yellowstone<sup>3</sup>, nos Estados Unidos - um espaço natural com uso controlado pelo poder público (ARAÚJO, 2007). Logo em seguida foram criados mais dois parques nacionais naquele país: o Yosemite (1890) e o Sequoia (1890). Tais ações surgem da necessidade de uma autovalorização do espaço para a construção da identidade nacional da população americana, um povo que não tinha grandes arquiteturas histórico-culturais e que encontrou na natureza seu objeto de valorização perante o mundo.

O propósito norte-americano era preservar, proteger e administrar áreas com belezas cênicas únicas, a fim de provocar uma continuidade desses atributos para gerações futuras (ZIMMERMANN, 2006). Nesse sentido, os parques nacionais nascem de uma base preservacionista, o que condiz com a ideia da criação de áreas naturais como uma forma de preservar espaços “verdes”, contrapondo o momento civilizatório e urbanístico que ocorria na época: eram necessários espaços verdes para a contemplação de um cidadão que começava a viver em um ambiente totalmente “construído” pelo processo de industrialização.

---

<sup>2</sup> A pesquisadora e professora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Nepam da Unicamp, Lúcia da Costa Ferreira, também discute o termo “natureza intocada” e os “neomitos” em suas pesquisas no Brasil.

<sup>3</sup> Zimmermann (2006: 19) coloca que a ideia de criar este parque surgiu “ao redor de uma fogueira, à luz da lua e das estrelas, em um acampamento, na área que, futuramente, seria protegida. Cornelius Hedges, um membro da expedição que explorava terras para “civilizá-las”, emocionou-se com a beleza e a magnitude do lugar”.

Com a conservação da natureza provocando novas discussões sobre os diferentes usos humanos em áreas protegidas no século XIX, reconheceu-se a necessidade de recreação, valorizada por meio do uso sustentável desses espaços - porém, com restrições e regulamentações que buscassem promover o menor impacto possível. O parque nacional, a primeira unidade de áreas protegidas do mundo, foi idealizado a partir do significado da palavra parque (área destinada à proteção do lazer) e da palavra acional (área destinada ao controle e manutenção pelo poder público) (AMEND e AMEND *apud* MAGRO, 1999).

O conceito de áreas naturais começa a mudar a partir da definição de critérios mais sólidos relacionados ao conhecimento da biodiversidade natural no mundo e da necessidade de manter áreas como estas o mais próximo possível de sua originalidade, considerando fatores ecossistêmicos. Para a formação de novas áreas protegidas, depois da iniciativa de se desenvolver debates sobre o uso e ocupação humana desses espaços no século XIX, considera-se a representatividade de espécies de fauna e flora e as diversidades biológicas, além de alguns aspectos sociais (DRUMMOND, 1997).

Nessa mesma perspectiva, Araújo (2007) destaca que, no século XIX, com a delimitação de áreas protegidas em crescimento, principalmente nos Estados Unidos, surgem duas correntes distintas de conservação do mundo natural: a dos preservacionistas, preocupados com as belezas cênicas e as paisagens; e a dos estudiosos, preocupados com a conservação de recursos naturais únicos. Os preservacionistas possuíam a visão do homem que existe fora da natureza e do uso adequado e criterioso dessas áreas naturais. Já os estudiosos defendiam o reconhecimento do homem como integrante desse mundo natural.

Esta última corrente, que defendia a preservação e manutenção dos recursos naturais, conquista espaço nas discussões sobre o uso público dos espaços na América e depois no mundo (ARAÚJO, 2007). No entanto, mesmo com todo o apelo da visitação pública dentro de parques nacionais, o uso público provoca grandes discussões sobre a integridade da manutenção dessas áreas, consideradas como os últimos resquícios de natureza; isso ocorre em um mundo preocupado com a manutenção dos espaços naturais como forma de contribuição para a não extinção das espécies (UICN, 2008).

A necessidade de administrar as atividades do uso público de forma a manter a integridade dessas áreas começa em 1914, com Mark Daniel, superintendente dos parques nacionais americanos, que defendia o desenvolvimento do uso público com limitações

específicas. Porém, uma das primeiras propostas formuladas nos Estados Unidos nesse sentido foi apresentada por Robert Marshall, em 1939, no documento intitulado “Plano Nacional para as Florestas Americanas” (COPELAND, 1939), em que discute o uso excessivo da área de camping e a necessidade da educação ambiental para desenvolver um turismo de baixo impacto (ARAÚJO, 2007). Com base nesse documento, surgiu o conceito de plano de manejo, de forma a administrar toda e qualquer atividade de uso público em áreas protegidas. Seus objetivos eram a manutenção dessas áreas, a equidade da paisagem e a propagação da educação ambiental para as atividades recreativas no meio ambiente natural (MAGRO, 1999).

A maioria das áreas protegidas é identificada no século XX, o que proporciona um rápido consenso de mudanças sobre a preservação desses ambientes quanto à história do manejo da terra. Em países da América Latina e da África, normalmente há população local dentro dessas áreas, o que pode dar origem a conflitos de relações ou mesmo exclusão social pela preservação, preceitos que dificultam o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental na localidade.

Entretanto, as discussões internacionais sobre o manejo da terra e populações tradicionais ou não tradicionais no interior de áreas protegidas são intensificadas durante o IV Congresso Nacional de Parques, ocorrido em Caracas no ano de 1992: questiona-se a exclusão das populações nativas com base nas realidades distintas quanto à formatação e à demografia em relação ao modelo dos parques nacionais norte-americanos. Esse tipo de discussão tem continuidade nos congressos mundiais da IUCN (1999). Conforme acrescentado por Dowie (2006, p.7):

No início de 2004, uma reunião das Nações Unidas foi realizada em Nova York pelo nono ano para aprovar uma resolução protegendo os direitos humanos e territoriais dos povos nativos. A declaração da ONU afirma que “os povos nativos não podem ser retirados à força de suas terras ou territórios. Nenhum reassentamento poderá ser feito sem o consentimento livre e informado dos povos nativos e somente após um acordo sobre uma compensação justa e, onde possível, com a opção de retorno”. Durante a reunião, uma delegada nativa afirmou que ainda que as indústrias extrativas fossem uma ameaça séria a seu bem-estar e integridade cultural, o inimigo mais recente e maior era a “conservação”.

As discussões a respeito de se manter ou não as populações nativas em áreas protegidas são enfatizadas por meio dos estudos das características geográficas e biológicas específicas de cada espaço, o que condiciona o pensar sobre o desenvolvimento sustentável dessas

localidades. Entende-se que o conceito de sustentabilidade não está concentrado no âmbito das discussões de gestão das áreas protegidas em prol da conservação; entretanto, sabe-se que tanto os fatores econômicos e políticos quanto os sociais interagem e interferem na eficácia da gestão ambiental sustentável, destacando esses problemas como discussões sem fim, o que poderia desenvolver um turismo não sustentável nessas áreas.

### *1.1.2 Princípios e categorias*

Área protegida é definida pela IUCN, em 1998, como uma superfície terrestre e/ou marinha especialmente consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados e manejados por meios jurídicos ou outros meios eficazes. São espaços essenciais para a conservação da biodiversidade, com importância nacional e internacional por manter o funcionamento do ecossistema natural; são áreas de refúgios de espécies de fauna e flora que favorecem a manutenção e a integridade dos processos ecológicos (UICN, 2008).

Paralelamente ao crescimento da quantidade de áreas de proteção no mundo, ocorreu a ampliação da quantidade de categorias de manejo e a diversificação de finalidades, objetivos e normas para as mesmas (WWF-BRASIL, 2008). Até o início da década de 1990, as categorias de áreas protegidas eram estabelecidas de acordo com diferentes formas de conservação da natureza e da cultura em cada país.

Em 1992, durante o IV Congresso Nacional de Parques realizado em Caracas, na Venezuela, destacou-se, pela primeira vez, a importância do aumento da quantidade de áreas protegidas no mundo, a fim de ampliar a condição de sustentabilidade mundial e abranger desde países com áreas naturais mundialmente “famosas” até países com paisagens de importância cênica e cultural singulares. Entretanto, não havia uma linguagem mundial igualitária para a classificação das categorias de manejo, com princípios voltados à conservação<sup>4</sup> e manutenção desses espaços. Em estudos da UICN (1998), identificou-se mais de cento e quarenta nomes de áreas protegidas no mundo, o que levantou a necessidade de ordenar essa diversidade com o objetivo da conservação mundial igualitária. Com isso, iniciou-se um projeto de desenvolvimento das categorias de manejo com terminologia mundial, a fim

---

<sup>4</sup> Conservação da natureza é o manejo dos recursos do ambiente - ar, água, solo, minerais e espécies viventes, incluindo o homem - de modo a conseguir a mais alta qualidade da vida humana sustentada. Nesse contexto, o manejo dos recursos inclui prospecção, pesquisa, legislação, administração, preservação, utilização, educação e treinamento (UICN, 1999).

de direcionar os diferentes usos dessas áreas e sua manutenção, conservação e sustentabilidade (UICN, 1998).

Essas categorias foram desenvolvidas por meio de alguns princípios básicos de manejo: investigação científica, proteção das zonas silvestres, preservação das espécies e diversidades genéticas, manutenção dos serviços ambientais, proteção das categorias naturais e culturais específicas, turismo e recreação, educação ambiental, utilização sustentável dos recursos derivados dos ecossistemas naturais e manutenção dos atributos culturais e tradicionais (UICN, 2008).

Considerando que os princípios básicos de manejo para conservação e manutenção podem ser estabelecidos em diferentes áreas protegidas, com diferentes usos dos seus recursos e classificados de acordo com critérios para a sustentabilidade, estabeleceram-se as categorias descritas no quadro 1.

Ressalta-se que toda categoria de manejo é uma contribuição para a biodiversidade e deve ser escolhida por meio de suas particularidades ambientais, sendo que nem toda categoria é utilizada igualmente em diferentes situações. As categorias são representativas da qualidade de preservação das áreas, sendo numeradas de I a VI, sendo que I possui a menor escala de degradação da natureza e VI, a maior escala de degradação (IUCN, 2008).

Tal classificação permite uma abordagem diferenciada de formas de manejo para a proteção dos sítios, estabelecendo condições mínimas para conservação do ambiente com a visitação, em ambientes previamente identificados para o uso público. Com o objetivo voltado à preservação, restrições são impostas, muitas das quais podem anular as atividades extrativistas de comunidades locais e tradicionais, proibindo as práticas não aliadas à retirada dos recursos de forma sustentável.

A proposta de um sistema de áreas protegidas em âmbito global permite interpretar que esses espaços naturais deveriam funcionar como um conjunto de ações que contribuam para a conservação da biodiversidade *in situ* em todo o planeta. Sugere ainda que as áreas protegidas dos diferentes biomas mundiais funcionem em conjunto para integridade da conservação da natureza e que, para isso, devem ser estabelecidas categorias de conservação desses espaços (IUCN, 2008).

**Quadro 1 - Categorias de áreas protegidas**

| <b>Categoria</b>  | <b>Denominação</b>                                  | <b>Descrição</b>   |
|---|---|--|
| <b>I</b> - Áreas de proteção integral                                       | Reserva natural estrita /<br>Área natural silvestre | Área protegida manejada principalmente com fins científicos e com fins de proteção da natureza                     |
| <b>Ia</b> - Áreas de proteção integral                                      | Reserva natural estrita                             | Área protegida manejada principalmente para fins científicos   |
| <b>II</b> - Áreas de conservação dos ecossistemas e turismo                 | Parque nacional                                     | Área protegida manejada principalmente para conservação do ecossistema e com fins de recreação                     |
| <b>III</b> - Áreas de conservação das características naturais              | Monumento natural                                   | Área protegida manejada principalmente com as características naturais.  |
| <b>IV</b> - Áreas de conservação por meio do manejo ativo                   | Área de manejo de habitat /<br>Espécies             | Área protegida manejada principalmente para a conservação, com intervenção em nível de gestão.                     |
| <b>V</b> - Áreas de conservação da paisagem terrestre e marinha e recreação | Paisagem terrestre e<br>Marinha protegida           | Área protegida manejada principalmente para conservação das paisagens terrestres e marinhas, com fins recreativos. |
| <b>VI</b> - Áreas de utilização sustentável dos ecossistemas naturais       | Áreas protegidas com recursos manejados             | Área protegida manejada principalmente para utilização sustentável dos ecossistemas naturais.                      |

Fonte: UICN (2008: p. 472).

Como o interesse desta dissertação recai sobre os parques nacionais, desenvolveremos o aprofundamento e a conceituação dos mesmos. Segundo a UICN (2008), parques nacionais são áreas protegidas manejadas principalmente para a conservação do ecossistema e com fins de recreação, o que permite sua abertura para o uso público direcionado ao lazer e ao turismo. Trata-se de uma:

[...] área terrestre e/ou marinha, designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações atuais e futuras, excluindo todo tipo de ocupação e exploração na área, proporcionando atividades espirituais, científicas, educativas, recreativas e turísticas, estas sempre direcionadas a objetivos voltados à conservação ambiental. (UICN, 2008: 3p.)

Nas primeiras criações de áreas protegidas, como já citado, havia apenas uma categoria de classificação - o parque nacional. Ao se examinar o emprego da denominação “parque nacional”, percebe-se que esse termo passou a se tornar mais importante do que seu próprio significado, sendo inclusive empregado “para o convencimento político e popular da necessidade de criação de Áreas Protegidas no caso de países menos desenvolvidos” (MARETTI, SALLES e COSTA, 1992).

O movimento de criação de parques nacionais foi levado a efeito por pessoas que acreditavam na conservação e proteção dos lugares mais selvagens e “bonitos” do mundo. Com o passar do tempo, a linha desenvolvimentista foi ganhando espaço com a ideia da conservação ao lado do desenvolvimento. Quintão (1983), por exemplo, justifica a criação de um parque nacional na Suíça, em 1914, da seguinte forma: “[...] um laboratório de pesquisa de flora e fauna a longo prazo nos Alpes, que não provocasse alterações nas condições naturais e nem permitisse efeitos decorrentes de qualquer atividade humana”.

Mesmo com a criação de vários parques nacionais no mundo, não havia um consenso sobre a sua definição como áreas protegidas. Foi apenas em 1933, com a Convenção para a Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, realizada em Londres, que se passou a considerar os seguintes espaços como parques nacionais:

- Áreas controladas pelo poder público e cujos limites não poderiam ser alterados, em que nenhuma parte poderia estar sujeita a alienação, a menos que decidido pelas autoridades legislativas competentes.
- Áreas estabelecidas para propagação, proteção e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa e para preservação de objetos de interesse estéticos, geológicos, pré-históricos, arqueológicos e outros interesses científicos, para o benefício e desfrute do público em geral.
- Áreas onde a caça, o abate ou a captura de fauna e a destruição ou coleta de fauna deveriam ser proibidos, exceto sob a direção ou controle das autoridades responsáveis.
- Áreas nas quais poderiam ser construídas instalações para auxiliar o público em geral a observar a fauna e flora (BRITTO, 1995, p. 23).

## **1.2 Aspectos evolutivos no Brasil**

### *1.2.1 Fundamentos e trajetória*

No Brasil, as unidades de conservação (UCs)- termo utilizado pela legislação brasileira para áreas protegidas- são estabelecidas através de um processo lento e democrático, sem objetivos previamente traçados, o que ocasionou a demora em estabelecer um sistema de manejo nessas unidades. Elas são definidas como o conjunto organizado de áreas naturais protegidas que, quando planejado, manejado e gerenciado como um todo, é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação (MILANO, 2002). Foram criadas por meio do estado, essencialmente em períodos de desenvolvimento das políticas públicas do meio ambiente.

A formação de espaços destinados à preservação da natureza no país foi defendida inicialmente por André Rebouças que, em 1876, concebia esses espaços para a utilização econômica por meio do turismo:

Em sua proposta, o olhar sobre a natureza é pitoresco e os fins a que a proteção se destina são eminentemente turísticos: ele chega a contabilizar o montante movimentado por turistas nas cidades italianas e que poderia ser também aqui gasto se dispuséssemos de parques bem estruturados. Uma comparação entre a natureza dos trópicos e a norte-americana também não lhe escapa, sobressaindo-se, inevitavelmente, a nossa (SERRANO, 1993, p. 35).

A trajetória da conservação no Brasil não foi prioritária por muitos séculos, ocorrendo manifestações isoladas que não delineavam um caminho para a mesma. Somente em 1934, com a 1ª Conferência Brasileira para Proteção da Natureza, realizada no Rio de Janeiro, estabelece-se o Código Florestal, endossado em 1937, que define como responsabilidade da União a proteção de monumentos naturais e patrimônios históricos (BRASIL, 1937).

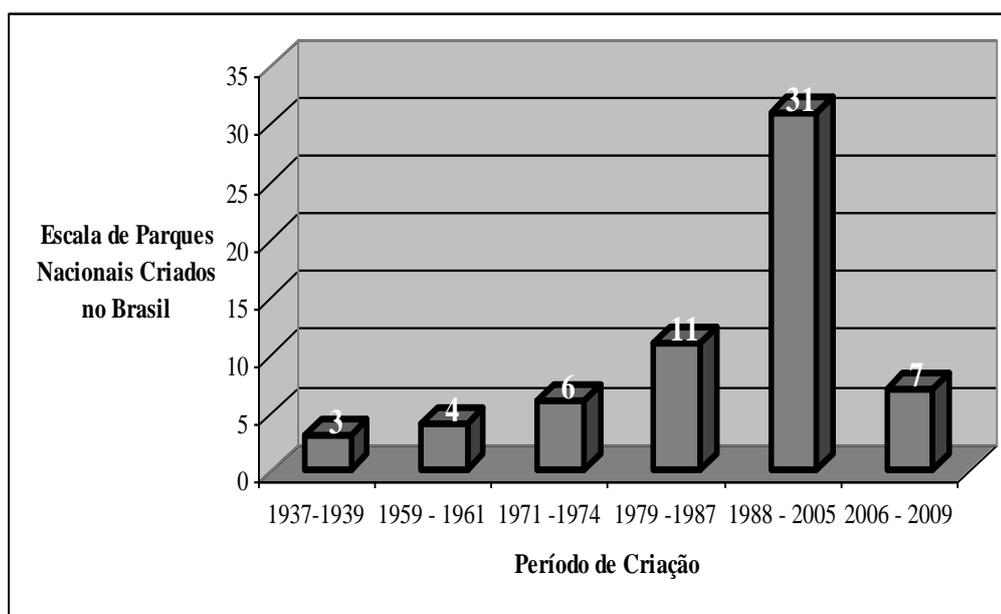
O primeiro parque brasileiro foi criado em 1937, no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Itatiaia, com base nos dispositivos legais que constavam do Código Florestal de 1934. Somente quatorze anos depois, em 1948, foi aprovada a convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, o que introduziu outras categorias de Unidades de Conservação em nosso sistema jurídico (ANTUNES, 2001).

Drummond (1997) enfatiza que a criação dos primeiros parques nacionais se caracterizou, dentre outros aspectos, por um “caráter litorâneo”. Os cinco primeiros parques criados no Brasil, com exceção de Iguazu, foram estabelecidos a menos de 100 km do litoral

atlântico, onde se concentrava a maior parte da população urbana de grandes e médias cidades. Isto facilitava o acesso da população às áreas para fins de recreação.

Os parques da segunda geração, como os de Brasília e da chapada dos veadeiros, criados entre 1959 e 1961, representaram uma interiorização das unidades de conservação, mas sem o objetivo de proteção de biomas interioranos. Esses parques acompanharam a inserção administrativa do poder público em Brasília e nos seus arredores. A criação da área de uso intensivo do Parque Nacional de Brasília, com piscinas naturais, se justificou pela oferta de áreas de turismo e lazer para os funcionários governamentais que se transferiram para a cidade nos anos que se seguiram à sua construção.

**Figura 1** – Criação de Parques Nacionais no Brasil entre 1937 e 2009



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

Entretanto, Zimmenann (2006) destaca que há períodos longos entre a criação dos três primeiros parques brasileiros e outras gerações de parques, o que mostra a descontinuidade de planejamento e gestão e a não preocupação do poder público com a criação desses espaços, explorando a questão da sustentabilidade no Brasil. Dois anos depois da criação do primeiro parque nacional do Brasil, foram criados mais dois parques nacionais: o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. Depois da criação desses três primeiros parques, foi criado apenas em 1948 o Parque Nacional de Paulo Afonso, pelo Decreto nº. 25.865 (BRASIL, 1948), o qual, no entanto, foi extinto em 1969 pelo

Decreto-lei nº. 605 (BRASIL, 1969). Para melhor entendimento dessa evolução, a figura 1 apresenta o número de parques criados por períodos de tempo (gerações).

Segundo o Ibama (2007), até 1997 haviam sido criadas 345 unidades de diferentes categorias que protegiam, aproximadamente, 47,5 milhões de hectares dos ecossistemas brasileiros. Em março de 2007, o país contabilizava 596 unidades de conservação, ou 99,7 milhões de hectares protegidos – um incremento de mais de 100%. Quando são somados a essa área os 575 mil hectares de reservas privadas existentes, a superfície do território brasileiro protegida por unidades de conservação ultrapassa 100 milhões de hectares. A figura 2 mostra as diferentes áreas protegidas no Brasil, em âmbito federal e estadual.

Diegues (2003) destaca que os parques nacionais brasileiros foram pensados como modelos transportados de uma ideologia social, política e econômica americanizada, o que não reflete a realidade brasileira, ou seja, a de um país tropical com grande concentração populacional nessas áreas. Já para Irving et al. (2004), apesar da institucionalização da criação da gestão de áreas protegidas no Brasil ser pressionada pela ideologia norte-americana que se propaga em vários países da América Latina, o modelo desenvolvido pelo Brasil não se resumia à cópia daquele modelo. Diversos outros fatores teriam sido levados em conta, tais como:

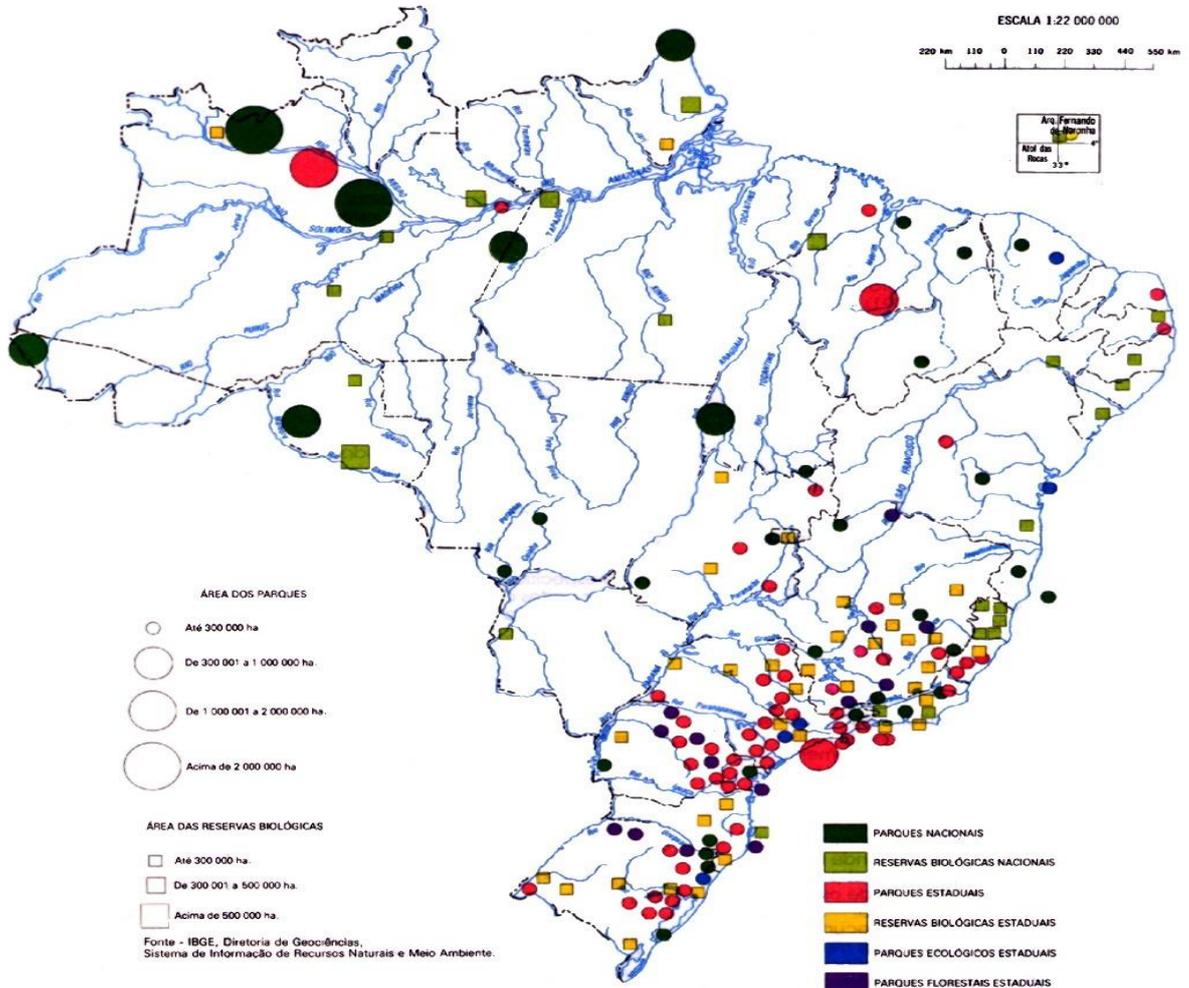
- A lógica da conservação e do uso, com a participação da sociedade civil, em paralelo à lógica da conservação;
- A proteção - conservação como instrumento geopolítico; e, por fim,
- A necessidade de adequar o sistema de áreas protegidas à dimensão continental, pluricultural e megadiversa do Brasil.

Nesse sentido, Irving et al. (2004) exploram o pensamento de Diegues (2003) acerca dos modelos transportados, afirmando que o Código Florestal de 1934 não somente ressalva a ideia de espaço que atenda a preservação dos recursos naturais renováveis, como no modelo norte-americano, mas também engloba o uso sustentável vinculado a essa conservação. Irving et al. (2004) também argumenta sobre a noção de proteção ligada ao manejo dos recursos ser uma herança dos países europeus, que teriam exportado esse pensamento para as suas colônias.

Porém, ainda há linhas distintas de pensamento quanto ao uso sustentável dos recursos em unidades de conservação brasileira, principalmente quando se aborda a ótica da

gestão participativa junto às populações tradicionais. Dentre os estudiosos, Mercadante (2001, p.2) diferencia os preservacionistas dos socioambientalistas da seguinte maneira:

**Figura 2** – Mapa com a distribuição das áreas protegidas no Brasil



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Os primeiros crêm que para conservar a natureza é necessário separar áreas naturais e mantê-las sem qualquer tipo de intervenção antrópica (salvo as de caráter técnico e científico, no interesse da própria conservação). As populações que vivem dentro e no entorno [...] representam uma ameaça à conservação e devem ser removidas da área e controladas. O Estado deve manter um total e exclusivo controle sobre o

processo de criação e manejo das áreas protegidas. Já os socioambientalistas [...] entendem que as possibilidades de conservação são mais efetivas quando se trabalha junto com a comunidade local. A criação de uma área protegida deve ser precedida de uma ampla consulta à sociedade e sua gestão deve ser participativa. Uma concepção mais flexível de área protegida facilita a solução de conflitos, a negociação de acordos e o apoio da comunidade local às propostas de proteção da natureza. É preciso atrair, valorizar e apoiar o trabalho do produtor rural e da iniciativa privada em favor da conservação.

Assim, os preservacionistas são veementes em afirmar que a presença humana em unidades de conservação é uma ameaça à proteção da biodiversidade; e os socioambientalistas, em defender a proteção das unidades de conservação por meio da gestão compartilhada, da manutenção da cultura dos povos tradicionais e das atividades humanas de forma sustentável (ZIMMERMANN, 2006).

### *1.2.2 Regulamentos e diretrizes*

No Brasil, as leis que criam as primeiras unidades de conservação estão alicerçadas no Código Florestal de 1934, sendo que pouco se avançou em termos de sua regulamentação e implantação até meados da década de 1960. Em 1965, a Lei nº 4.771 instituiu o Código Florestal Brasileiro (Ministério do Meio Ambiente, 2007), que dispôs sobre a proteção da natureza de duas formas:

- Criação das reservas legais que estabelecem percentuais de proteção dos biomas nas propriedades privadas;
- Criação das áreas de preservação permanente, que protegem atributos ambientais como topos de morros, nascentes e margens de rios, manguezais, dunas etc., sem, entretanto, estabelecer a delimitação específica de áreas protegidas<sup>5</sup>.

Nele são estabelecidos, pela primeira vez, os critérios para a proteção dos principais ecossistemas florestais e demais formas naturais de vegetação do país. Introduzem-se as categorias de manejo em função dos objetivos e finalidades da área e desenvolvem-se os primeiros parâmetros de leis e diretrizes que contribuem com a sustentabilidade ecológica (MEDEIROS et al., 2004). Todos os documentos legais posteriores à criação de unidades de

---

<sup>5</sup> Aperfeiçoada, com os mesmos princípios, na Resolução CONAMA nº369/2006 – Defini os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP para utilização pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental (MMA, 2007).

conservação brasileiras, apesar do contexto e dinâmicas específicas de criação, seguem as bases legais desse regulamento, o que resultou em mais de dez dispositivos voltados à criação de tipologias distintas de espaços protegidos (quadro 2).

**Quadro 2** - Categorias de manejo e dispositivos legais de unidades de conservação no Brasil, anteriores ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação

| <b>Categoria</b>                      | <b>Instrumento de criação</b>                          |
|---------------------------------------|--|
| Parque nacional                       | Decreto nº: 23.793 de 23/01/1934 (Cód. Flor.de 1934)   |
| Florestal nacional                    | Decreto nº: 23.793 de 23/01/1934 (Cód. Flor.de 1934)   |
| Área de preservação permanente        | Lei nº: 4.771 de 15/09/1965 (Código Florestal de 1965) |
| Reserva legal                         | Lei 4.771 de 15/09/1965 (Código Florestal de 1965)     |
| Reserva biológica                     | Lei nº: 5.197 de 03/01/1967 (Lei de Proteção à Fauna)  |
| Parque de caça federal                | Lei nº: 5.197 de 03/01/1967 (Lei de Proteção à Fauna)  |
| Estação ecológica                     | Lei nº: 6.902 de 27/01/1981                            |
| Área de proteção ambiental            | Lei nº: 6.902 de 27/01/1981                            |
| Reserva ecológica                     | Decreto nº: 89.336 de 31/01/1984                       |
| Área de relevante interesse ecológico | Decreto nº: 89.336 de 31/01/1984                       |

Fonte: MEDEIROS et al. (2004, p. 85).

A concepção de uma legislação para o desenvolvimento de um sistema de unidades de conservação no Brasil teve início em 1976, com o trabalho denominado “Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia”. Esse texto fundamentou a elaboração do Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil publicado entre 1979 e 1982 (MERCADANTE 2001), que estimulou um amplo processo de debates entre a sociedade civil organizada e o setor governamental em diversos níveis.

Em 2000, foi promulgada a Lei nº 9.958, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e estabeleceu critérios e normas para planejamento, criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação no Brasil. Foi uma resposta às demandas nacional e internacional de proteção e categorias de manejo, originadas a partir de propostas estabelecidas durante décadas que foram reconceituadas, agrupadas e apresentadas segundo uma visão estratégica e sistêmica, dirigida à gestão e ao manejo, em um único instrumento legal.

Entende-se por unidade de conservação, conforme o SNUC (2000), um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características

naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art.2º).

O SNUC<sup>6</sup> constitui-se de leis e diretrizes aplicáveis às unidades de conservação federais, estaduais e municipais que, até 2007, estavam sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em 2007, o Governo Federal criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade<sup>7</sup>, autarquia que assumiu a proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União, bem como a execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais (BRASIL, 2007).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007), o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade tem sob sua responsabilidade a gestão de 288 unidades de conservação, que abrangem cerca de 8% do território nacional, e ainda apoia a gestão de 432 reservas privadas reconhecidas pelo órgão federal. Em âmbito federal, o Ibama e o Instituto Chico Mendes são responsáveis pelas UCs integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente. O Ibama tem por objetivo a fiscalização nas UCs, e o Instituto Chico Mendes, o gerenciamento e manejo (WWF, 2006).

O SNUC está organizado em dois grupos de unidades de conservação com 12 categorias de manejo (Ministério do Meio Ambiente, 2007). (Quadro 3)

---

<sup>6</sup> Quando instituído, era gerido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo que tinha a atribuição de acompanhar a implantação do Sistema; Ministério do Meio Ambiente, órgão central responsável pela coordenação do sistema; e órgãos executores dos níveis federal, estaduais e municipais, responsáveis por implantar o SNUC, por subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação em suas respectivas esferas de atuação (Ministério do Meio Ambiente, 2007).

<sup>7</sup> Instituto criado pela Medida Provisória nº 366 de 26 de abril de 2007, a qual foi convertida na Lei nº 11.516 de 20 de agosto de 2007.

**Quadro 3 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Categorias e objetivos de manejo**

| <b>Grupos de Manejo</b>       | <b>Categoria de Manejo</b>               | <b>Objetivos</b>  |
|-------------------------------|--|---|
| Unidades de proteção integral | Estação ecológica                        | Preservar a natureza e realizar pesquisas científicas.  |
|                               | Reserva biológica                        | Preservar a biota e os principais atributos naturais existentes em seu limite.  |
|                               | Parque nacional                          | Preservar ecossistemas naturais de relevância ecológica e belezas cênicas, pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico.  |
|                               | Monumento natural                        | Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.   |
|                               | Refúgio da vida silvestre                | Proteger ambientes naturais de forma a assegurar condições para a existência e a reprodução de espécies ou comunidades de flora e fauna residente ou migratória.  |
| Unidade de uso sustentável    | Área de proteção ambiental               | Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.   |
|                               | Área de relevante interesse ecológico    | Manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.  |
|                               | Floresta nacional                        | Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, com ênfase em métodos de exploração sustentável de florestas nativas.   |
|                               | Reserva extrativista                     | Proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.   |
|                               | Reserva de fauna                         | Área natural com populações animais nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias adequadas para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.  |
|                               | Reserva de desenvolvimento sustentável   | Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, adaptados às condições ecológicas locais e que desempenhem papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. |
|                               | Reserva particular do patrimônio natural | Conserva a diversidade biológica, pesquisa científica, visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.  |

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2007, p.43).

- *Proteção Integral*: tem o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; constituem suas categorias de manejo: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre;

- *Uso Sustentável*: tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais; constituem suas categorias de manejo: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva particular do patrimônio natural.

Todas as categorias estabelecidas pelo SNUC são equivalentes às estabelecidas internacionalmente pela UICN, sendo que apenas os parques nacionais permitem o uso humano para fins recreativos e turísticos - as reservas biológicas e as estações ecológicas têm fins educacionais. Dentre todas as categorias de manejo mundiais reconhecidas no Brasil, as únicas que possuem uma política internacional delineada são os parques nacionais e as reservas da biosfera. Britto (1995) afirma que, nos parques nacionais, essa política não esclarece um aspecto que continua insatisfatoriamente explicitado: a ocupação humana nessas localidades, que dificulta o manejo sustentável das atividades voltadas aos visitantes.

Dentre as categorias do SNUC, chama-se a atenção para as reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs), de domínio privado, e as áreas de proteção permanentes (APPs), geralmente de domínio público, como “parcelas” relevantes da preservação do meio ambiente no Brasil, muitas vezes situadas em ambientes urbanos. O SNUC estabelece leis e diretrizes para a gestão e o manejo dessas áreas, inclusive as de poder privado, como as RPPNs, direcionando seus usos à sustentabilidade do ambiente.

Além disso, há ainda as reservas legais, que não se configuram como categorias do SNUC. Segundo a WWF-Brasil, (2007) “é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, que não seja a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas”.

[...] varia de acordo com o bioma e o tamanho da propriedade e pode ser: 80% da propriedade rural localizada na Amazônia Legal; 35% da propriedade rural localizada no bioma cerrado dentro dos estados que compõem a Amazônia Legal; 20% nas propriedades. (WWF-BRASIL, 2007).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007), havia, em 2007, um total de 1.850.900 ha de unidades de conservação no Brasil, a maioria das quais de jurisdição federal. As áreas de

uso sustentável apresentavam-se com 1.433.000 ha, portanto superiores às de proteção integral, com 417.000 ha.

A criação de novas categorias de manejo é registrada no SNUC, que reconhece inclusive as instituídas pelos estados e municípios por meio de legislação específica (IRVING et al., 2004). Quanto ao domínio público dessas áreas, o Ministério do Meio Ambiente (2007, s.p.) esclarece o seguinte:

Do ponto de vista da posse e do domínio da terra, quatro das 12 categorias instituídas pelo SNUC – Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Reserva de Fauna e Floresta Nacional – são de domínio público e não admitem a presença de populações humanas em seu interior, exigindo, por isso, o reassentamento de populações eventualmente residentes e a desapropriação das terras privadas existentes em seu interior.

Considera-se o SNUC como um avanço nas leis ambientais do país, pois este garante a participação da comunidade no processo de criação, desenvolvimento e gestão das unidades de conservação por meio da participação junto ao conselho consultivo ou deliberativo. Outra possibilidade aberta pelo SNUC é a gestão compartilhada (co-gestão) da UC por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme apontado pela WWF-Brasil (2008).

Quanto ao planejamento da gestão das unidades de conservação, estas devem dispor de um plano de manejo que deve abranger a área da unidade, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos<sup>8</sup> de que façam parte, visando integrá-las à vida econômica e social das comunidades vizinhas. A lei assegura a participação da sociedade na elaboração, desenvolvimento e atualização de planos de manejo de todas as categorias de unidades previstas no SNUC (Ministério do Meio Ambiente, 2007).

O plano de manejo é o instrumento oficial do planejamento das unidades de conservação de uso indireto, de acordo com o regulamento dos parques nacionais brasileiros (Dec. nº 84.017, de 21 de setembro de 1979). É definido pela lei de 1979 como um projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de um parque nacional, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo o seu desenvolvimento físico de acordo com as suas finalidades.

---

<sup>8</sup> Corredor ecológico é a área de entorno da UC, a vizinhança, onde as atividades de entorno devem ser compatíveis com a conservação e proteção ambiental (WWF, 2008).

No entanto, ainda há dificuldades nas alternativas de desenvolvimento e atualização dos planos de manejo e na gestão eficaz dessas áreas nos seguintes aspectos referentes ao SNUC (Ministério do Meio Ambiente, 2007): assegurar sustentabilidade financeira, dotar pessoal em número e qualificação adequados, providenciar a regularização fundiária das unidades de conservação, regulamentar as categorias de manejo, instituir sistemas estaduais e municipais compatíveis, incrementar a elaboração e desenvolvimento de planos de manejo das unidades de conservação.

É importante destacar que o Brasil apresenta sistemas de Unidades de Conservação ainda em processo de consolidação. Insatisfatoriamente, investe poucos recursos financeiros nas áreas protegidas. O gasto médio brasileiro nas UCs situa-se perto da metade da média dos países não desenvolvidos, abaixo da média da América do Sul, sendo mais de vinte vezes menor do que a média dos países desenvolvidos (MARETTI *apud* WWF-BRASIL, 2008. p.10).

Mercadante (2003) afirma que ainda prevalece a concepção de que a intervenção humana é, por definição, degradadora e, deste modo, as pessoas não devem interagir com a área a ser preservada, sejam elas populações tradicionais residentes na área ou qualquer cidadão. Nesta concepção, o Estado deve ter controle total e exclusivo da criação e da gestão de Unidades de Conservação. O estabelecimento de uma UC obedeceria, então, a interesses nacionais que devem prevalecer em relação a interesses locais.

Zimmermann (2006) reconhece a importância de classificar as UCs por categoria de manejo, porém não acha necessária a sua divisão. Para a autora, o importante seria considerar especificidades ecossistêmicas sociais, culturais, políticas e a participação da sociedade para definir tipos de UCs, em determinada localidade, com a participação de órgãos competentes e pessoas interessadas. Acrescenta-se aqui a importância dessas especificidades ecossistêmicas para a gestão do uso sustentável das atividades de lazer e recreação nesses espaços.

O futuro do sistema nacional de conservação da natureza dependerá das ações integradas do governo brasileiro, aperfeiçoando os sistemas de forma conceitual e operacional, da integração harmônica das políticas públicas, do fortalecimento de diálogos sobre a conservação entre setores nacionais e internacionais e da compreensão da perspectiva social associada à proteção da natureza. É imprescindível entender que há especificidades de cada território, que a proteção da natureza não pode ser realizada por meio de modelos ou sistemas

importados e pré-fabricados e que os modos de usos da proteção da natureza são dinâmicos e, portanto, se modificam (IRVING et al., 2004).

Neste aspecto, aponta-se a necessidade da proposta de monitoramento das práticas sustentáveis desenvolvidas pelo turismo em áreas protegidas, o que é necessário a fim de se atingir, na prática, os objetivos de gestão e manejo face às leis, diretrizes e políticas estabelecidas para o uso público desses espaços. Passa-se, a seguir, à abordagem do uso sustentável do turismo nessas áreas, com destaque aos fatores econômicos, sociais, políticos, dentre outros.

## **CAPÍTULO 2: TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS**

Este capítulo trata dos aspectos teórico-conceituais sobre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade do turismo, tendo em vista o uso público em áreas naturais, especialmente em parques nacionais. Aborda as principais discussões internacionais e nacionais a esse respeito e destaca os meios de hospedagem nessas áreas, a partir de sua conceituação e tipologia, e do gerenciamento e da sustentabilidade.

### **2.1 Turismo e sustentabilidade**

#### *2.1.1 Turismo e uso público*

O turismo em ambientes naturais vem crescendo como um novo padrão de utilização do tempo livre pela sociedade, no qual o ecoturismo, um segmento em ascensão das viagens no Brasil e mundo, consolida-se face às novas propostas de desenvolvimento de atrações em ambientes naturais. O ecoturismo é definido pela Sociedade Internacional do Ecoturismo (*The International Ecotourism Society*) como “uma viagem responsável a áreas naturais, visando à preservação do ambiente e à promoção do bem-estar da população local” (TIES, 1990). No Brasil, o Instituto de Ecoturismo do Brasil (2006, s.p.) define esse termo como:

[...] uma prática de turismo, de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.

São várias as justificativas para a busca do ambiente natural, normalmente vinculadas ao fenômeno da crescente urbanização e ao distanciamento do ser humano do ambiente natural em seu cotidiano. Na sociedade industrial e pós-industrial, as facilidades de deslocamento em busca de lazer e recreação, provocadas pelos avanços do desenvolvimento tecnológico, levam à busca de vivências diferenciadas do cotidiano, segundo Vieira (1997). Tais deslocamentos são cada vez mais frequentes em áreas protegidas, uma realidade nova no Brasil, onde ainda predominam as atrações turísticas naturais centradas no binômio “sol e praia”.

Em países como Estados Unidos e Austrália, os ambientes naturais preservados são explorados há muitos anos para o lazer e o turismo, havendo, portanto, leis e restrições mais

específicas para o seu uso público. Esse fato tem reflexos ou influências no Brasil e em outros países da América Latina quanto à gestão e ao manejo de áreas protegidas, por vezes considerando-as como áreas uniformes. Assim, as práticas sustentáveis podem não ser adequadas no contexto das nítidas diferenças naturais, geológicas e geográficas, além das culturais, sociais e outras “especialmente humanas”.

Swarbrooke (2000) afirma que, nos países desenvolvidos como a Inglaterra, as discussões sobre o desenvolvimento do conceito de turismo sustentável por meio de grupos de pressão e grupos acadêmicos são cada vez mais frequentes e determinantes, condicionadas por um interesse maior pelo turismo sustentável - pois, por tradição, esses países são mais emissores do que receptores de turistas. A realidade de países em desenvolvimento é diferente, uma vez que a prioridade é o desenvolvimento econômico a curto prazo, ao invés da conservação de recursos a longo prazo, havendo, assim, pouco interesse em ações concretas quanto ao turismo sustentável.

A ascensão do ecoturismo tem contribuído com a discussão de uma questão controversa no contexto do turismo sustentável: em áreas sem regulamentação, esta prática poderia facilmente tornar-se tão prejudicial quanto algumas formas atuais de turismo massivo; ou em áreas com ecossistemas raros e frágeis, poderia ser ainda mais prejudicial (SWARBROOKE, 2000). A esse respeito, Magro (1999) destaca que o crescimento do ecoturismo em áreas protegidas do Brasil no período de um ano era de grandes proporções, crescendo significativamente a pressão dos impactos humanos nessas localidades.

[...] Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA teve 5.865 visitantes no ano de 1994 e 12.500 em 1995. Já o Parque Nacional de Aparados da Serra/RS-SC passou de 1.500 para 10.000 visitantes no mesmo período (MAGRO, 1999: 2).

Mesmo que os dados demonstrados estejam ultrapassados, a proposta é demonstrar o aumento na taxa de visitação nesses parques, que vem preocupando com o crescimento desordenado da atividade nesses espaços. Sem ter a pretensão de tratar de tal problemática, considera-se que a procura do ambiente natural pelo homem não deve ser condicionada a ações de exploração inadequada do meio, como, por exemplo, vinculadas à implantação de estruturas e padrões de conforto, luxo ou consumo estabelecidos pela sociedade capitalista em ambientes urbanos.

Assim, na instituição das áreas protegidas como espaços delimitados para a conservação natural, há a necessidade de estabelecer formas adequadas para os seus diferentes usos

públicos, dentre eles a visitação turística e/ou recreativa - ou seja, prever e gerir os impactos oriundos da mesma. No entanto, de acordo com Takahashi et al. (2005), há escassez nas informações, nos recursos humanos e financeiros disponíveis em áreas protegidas brasileiras, o que dificulta a sua gestão, planejamento e manejo frente aos impactos, principalmente humanos, da visitação pública.

O uso público em áreas protegidas é definido por Magro (1999) como a utilização de áreas naturais protegidas por recreacionistas, educadores ou pesquisadores, sendo adotado por órgãos oficiais ligados ao manejo dessas áreas. Pode-se afirmar que isso inclui os visitantes esporádicos, os habitantes das proximidades das áreas protegidas, os turistas, os excursionistas (individuais ou em grupos), ou mesmo grupos de turistas organizados por agências operadoras turísticas. A UICN (1999) define o uso público como a atividade de monitoramento realizada pelos colaboradores a fim de detectar, controlar e corrigir atividades restritas ou ilegais (como a remoção de artefatos, a destruição de materiais, planta e fauna, entre outras).

No Brasil, o uso público é definido pelo Ibama (2002) como as atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental realizadas em contato com a natureza, de acordo com o especificado no plano de manejo das UCs. Seu principal objetivo é propiciar ao visitante a oportunidade de conhecer, de forma lúdica, os atributos e os valores ambientais protegidos na UC. Insere-se em programas de educação ambiental, pesquisa e visitação pública, e no sistema de gestão ambiental, podendo ocorrer tanto em áreas públicas quanto privadas. Abrange diversos tipos de usos, assim caracterizados segundo Hendee et al. (1990):

- *Uso público recreativo*: a recreação é o tipo de uso público mais óbvio presente em uma área protegida e envolve o maior número de visitantes diretos, causando impacto e representando um grande desafio de manejo;
- *Uso público comercial*: diversas áreas protegidas apresentam a exploração comercial do uso público por meio de guias e empresas de ecoturismo como hotéis, pousadas, lanchonetes e restaurantes;
- *Uso científico*: as áreas naturais protegidas servem como uma espécie de laboratório, particularmente para estudos de ecologia e várias ciências naturais, pois oferecem condições relativamente naturais e não modificadas para tanto; cientistas, pesquisadores e estudiosos são também considerados como visitantes.

- *Uso educacional*: as áreas protegidas são utilizadas com propósitos educacionais, como viagens de campo acadêmicas, programas de interpretação ambiental e ambiente propício para cursos sobre técnicas de atividades ao ar livre, como acampamento, escalada em rocha e montanhismo.
- *Desenvolvimento pessoal*: embora ainda incipientes, existem diversas iniciativas de programas que utilizam a natureza para o desenvolvimento de valores (autoconfiança, trabalho em grupo, comunicação e liderança) e para o desenvolvimento espiritual das pessoas.

A recreação e o lazer, duas das formas destacadas de uso público em áreas protegidas, inserem-se em programas de visitação pública, mas podem ter restrições específicas dependendo da categoria da área protegida onde ocorrem. Com o aumento do fluxo de visitantes, torna-se necessária a implantação de instalações para atender essa demanda, o que gera o uso público comercial dessas áreas. Com isso, surge a preocupação com a sustentabilidade dessas instalações (meios de hospedagem e alimentação, por exemplo), pois a exploração com fins puramente econômicos e não aliada à conservação pode degradar de forma irreversível esses espaços.

O impacto humano é inevitável em qualquer área, seja urbana ou natural. Segundo Magro (1999), a perda da vegetação e a consequente erosão do solo, a presença de lixo, a contaminação da água e o distúrbio da fauna são impactos gerados pela presença humana em áreas delimitadas para proteção. Porém, os impactos da visitação pública podem ser evitados com o planejamento dos sítios para atividades que envolvam o uso público em áreas como os Parques Nacionais.

Importa citar que as discussões sobre o uso público, e mais especificamente sobre a gestão e o planejamento de áreas protegidas no âmbito do uso público comercial, são intensas no mundo e vêm se expandindo gradativamente no Brasil. Há preocupação em entender e delimitar a visitação dentro de áreas protegidas face aos seus impactos políticos, econômicos, sociais e ecológicos, que condicionam grande parte dos estudos e dos fundos de operações das UCs para a assistência, suporte e manejo do uso público (IBAMA, 2002).

As pessoas que vivem nas áreas de visitação do parque têm sua vida influenciada pelo uso público, convivendo com impactos ecológicos, sociais e econômicos (IUCN, 1999). Nesse sentido, emerge cada vez mais a necessidade de desenvolvimento de um ambiente sustentável,

de conservação da natureza aliado aos fatores que influenciam essa sustentabilidade. Para compreender melhor essa questão, discute-se a seguir a sustentabilidade do turismo em relação às normas de visitação estabelecidas pela legislação pertinente em âmbito internacional, pela IUCN e, em âmbito nacional, pelo Ibama e Instituto Chico Mendes da Conservação e Biodiversidade.

### 2.1.2 Sustentabilidade do turismo

O crescimento quantitativo do turismo parece incompatível com o uso sustentável de recursos naturais e culturais, o que leva cientistas e estudiosos no Brasil, como Drummond (1997), Magro (1999) e Irving (2002), e em outros países, como Cole (1981), Manning (1986), Hendee (1990) e Ceballos-Lascurain (2005), a tratarem da crescente pressão da conservação em espaços naturais de uso turístico. Tais preocupações têm levado à adoção de uma série de medidas, uma das quais referente à necessidade de elaboração de planos e estudos de impactos ambientais pré-operacionais para todos os projetos turísticos em áreas protegidas.

Segundo Murphy (2001), a necessidade de uma relação renovada com o ambiente e o recente interesse no desenvolvimento sustentável nas últimas décadas levou vários pesquisadores a refletirem sistematicamente sobre as consequências, a longo prazo, da constante expansão industrial e populacional. Neste contexto, a IUCN (2004), no relatório intitulado “Conservação Estratégica Mundial” (*World Conservation Strategy*), introduz a ideia de desenvolvimento sustentável, definindo-o como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as próprias necessidades” (WCED, 1987<sup>9</sup>). Sachs (2004) complementa essa definição ao ressaltar que “a sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza”. Pezzey e Toman (2009), em pesquisa sobre a sustentabilidade e suas interpretações econômicas, citam os desafios para uma teoria operacional da sustentabilidade, aceitando a importância da equidade entre gerações e o consequente desafio de se obter essa equidade na prática, com o crescimento econômico acelerado.

---

<sup>9</sup> Em 1987, a World Commission on Environment and Development (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) publicou o “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum), conhecido também como Relatório Brundtland. Nesse documento foi apresentado o conceito de estágio de desenvolvimento sustentável, promovendo-o como um meio de se pensar em mecanismos para a diminuição dos impactos ambientais em ascensão (MURPHY, 1994).

Para que incida de modo determinante nos processos sociais, Molina (1998) considera que a sustentabilidade requer o desenvolvimento de novos valores, conceitos, metodologias e instrumentos, formando um paradigma emergente em relação ao tradicional, que sacrifica a sustentabilidade para o desenvolvimento econômico e financeiro com base em uma tecnologia não apropriada à conservação do ambiente. Sachs (2004, p. 214) aborda a adjetivação do termo, que deveria ser “desdobrada em socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo”.

Sabe-se que o desenvolvimento social e econômico normalmente gera impactos em ambientes biológicos e físicos sobre os diversos ecossistemas do planeta. O desenvolvimento do turismo, em particular, deve considerar as particularidades paisagísticas desses espaços de forma a não proporcionar a sua degradação ambiental (MOLINA, 1998). Porém, sabe-se que a atividade turística desenvolvida sem a preocupação de preservar essas particularidades paisagísticas pode priorizar o desenvolvimento do capital em detrimento do ambiental, gerando impactos biológicos por meio da utilização insustentável dos recursos ao longo do tempo. Nesse contexto, o turismo deveria considerar o desenvolvimento sustentável, porque depende dos recursos da natureza e da herança cultural da sociedade para a oferta de seus serviços e produtos, os quais deveriam ser também compartilhados com a população local (MURPHY, 2001). Ao mesmo tempo,

Será necessário proporcionar uma articulação maior das questões e das opções para que o desenvolvimento [sustentável] deixe de ser uma disposição de espírito e se torne uma realidade física (*social*) e econômica (MURPHY, 2001, p.188).

Nesse sentido, questiona-se a exigência de uma administração mais ampla do turismo em UCs, que é um dos instrumentos de desenvolvimento da sustentabilidade mundial, com maior participação do governo e de parcerias entre os setores público e privado. Destaca-se ainda a importância de se considerar os seguintes componentes de sustentabilidade citados e descritos por Murphy (2001):

- Estabelecimento de limites ecológicos e de normas mais equitativas: padrões de consumo ecologicamente possíveis;
- Redistribuição da atividade econômica e realocação dos recursos: prospecção do desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental;
- Controle populacional: evolução demográfica em harmonia com o potencial produtivo do ecossistema;

- Conservação dos recursos básicos: não degradação dos sistemas naturais que equilibram a vida na terra;
- Acesso aos recursos e intensificação das iniciativas tecnológicas para utilização mais eficiente: evolução demográfica em harmonia com o potencial produtivo do ecossistema;
- Capacidade de carga: conservação definida depois de considerar os efeitos da exploração em todo o sistema;
- Reserva de recursos: taxas de esgotamento dos recursos não renováveis;
- Diversidade das espécies: exigência da conservação de espécies vegetais e animais;
- Maximização e redução dos efeitos negativos: minimização de efeitos negativos sobre a qualidade dos elementos naturais de forma a garantir a integridade geral do ecossistema;
- Controle de comunidades: controle da comunidade sobre as decisões relativas ao desenvolvimento que afetam os ecossistemas locais;
- Amplo arcabouço de política nacional/internacional: administração conjunta da biosfera como pré-requisito da segurança política global;
- Viabilidade econômica: extensão da administração da qualidade total;
- Qualidade ambiental: política ambiental como extensão da qualidade total;
- Supervisão ambiental: sistema de supervisão ambiental eficiente no centro da administração ambiental.

Pensar o desenvolvimento sustentável do turismo em áreas protegidas requer compreender, além dos componentes da sustentabilidade, uma discussão inacabada sobre a definição da sustentabilidade do turismo a partir do desenvolvimento cronológico do próprio conceito de turismo sustentável. Conforme assinala Swarbrooke (2000), os fatos históricos que marcam essa cronologia são os seguintes, nas décadas de 1960 a 1990:

- Década de 1960: reconhecimento dos potenciais impactos da explosão do turismo;
- Década de 1970: aparecimento do conceito de turismo verde;
- Década de 1980: ampliação do conceito de turismo sustentável;
- Década de 1990: ampliação do conceito de gestão do turismo.

A partir de 2000, a representatividade para os estudos em turismo sustentável é o planejamento e desenvolvimento do turismo gerenciando o ordenamento da sustentabilidade, com metodologias participativas por meio da gestão das comunidades locais na atividade do

turismo, caracterizada como “Turismo de Base Comunitária”<sup>10</sup> ou mesmo “Desenvolvimento Turístico de Base Local”<sup>11</sup>.

O turismo, como atividade importante para o gerenciamento do desenvolvimento sustentável, deve “permitir o gerenciamento de todos os recursos” a fim de atender “as necessidades econômicas, sociais e estéticas, preservando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida” (TOURISM CANADA, 1990, p.3). Com base nesse conceito, Murphy (2001) cria cinco dimensões a serem observadas no desenvolvimento do turismo sustentável, assim explicitadas:

- Administração dos recursos: dada a redução cada vez maior dos recursos, nada deve ser deixado ao acaso;
- Atividade econômica: a legislação ambiental precisa fazer com que o emprego e o bem-estar econômico possam atuar dentro de parâmetros ambientais;
- Necessidades sociais: mais do que a equidade entre gerações, é o respeito por outros costumes;
- Parâmetros ecológicos: visa à sustentação do ambiente físico e humano;
- Diversidade biológica: a preocupação com a preservação da diversidade biológica é particularmente pertinente à equidade da atividade do turismo.

Para desenvolver uma avaliação da sustentabilidade do turismo em áreas protegidas - RPPNs e APPs - deve-se pensar em um plano de manejo para a proteção dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, na oferta de oportunidades para o desenvolvimento de atividades recreacionais em locais onde seja viável essa integração. Porém, uma vez que conflitos começam a surgir, torna-se necessário e urgente estudar casos específicos de maneira a resolver as diferenças entre conservação e recreação (MAGRO, 1999). Para entender o contexto de desenvolvimento sustentável em UCs, desenvolveram-se parâmetros para o uso sustentável do turismo a serem aplicados na pesquisa de campo desta dissertação.

---

<sup>10</sup> O turismo de base comunitária é resultado de um processo de conscientização da comunidade, que parte da valorização de seu local de moradia. Modelo onde a união, a cooperação e o espírito de comunidade são apresentados pelos seus moradores como elementos fundamentais que possibilitam a construção do desenvolvimento do turismo em prol da própria comunidade economicamente, socialmente e ambientalmente (Irving e Mendonça, 2004).

<sup>11</sup> Desenvolvimento do Turismo de Base Local é definido como:

### 2.1.3 *Uso sustentável do turismo em áreas protegidas*

Na discussão sobre desenvolvimento sustentável, o turismo tem sido apontado como uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que protege o ambiente natural. Porém, o turismo, como qualquer atividade econômica, pode levar a impactos indesejáveis, tanto ambientais como socioeconômicos. O conceito de turismo sustentável envolve o reconhecimento de impactos negativos e positivos e a necessidade de manejá-los para alcançar a sustentabilidade da atividade nesses espaços (LINDBERG et al., *apud* MAGRO, 1999).

O desafio em desenvolver o turismo e a recreação de forma a proporcionar aos visitantes experiências de vivências na natureza e qualidade de visitação com o mínimo impacto requer planejamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento de um plano de manejo atualizado e prático.

O plano de manejo envolve o planejamento e o desenvolvimento das ações necessárias para que as visitas às unidades sejam realizadas de forma ordenada, de maneira a manter a integridade do ambiente e com vistas a satisfazer as expectativas dos visitantes (desde que estas sejam compatíveis com os objetivos de criação da área). O instrumento utilizado para orientar as ações de manejo da visitação em unidades de conservação é o programa de visitação, que faz parte do conjunto de programas temáticos desse plano, documento fundamental para a gestão de parques nacionais. Este deve ser elaborado em conjunto com a análise de outras temáticas relativas à Unidade de Conservação que são discutidas de forma participativa (IBAMA, 2002).

A intenção do Ibama (2002) quanto à visitação nas unidades de conservação era estabelecer uma relação equilibrada entre os custos e os benefícios da visitação, passada como prioridade da gestão do Instituto Chico Mendes em 2007. Para isso, é fundamental ter um processo de administração eficaz das unidades de conservação, processo este que contemple programas de educação, informação e interpretação voltados aos visitantes, assim como a implantação de programas de desenvolvimento sustentável para o entorno dessas unidades de conservação e, ainda, a tomada de decisões políticas coerentes.

Nesse âmbito, entende-se que o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (MALHEIROS, 1995). Sachs

(1993) coloca que, para planejar o desenvolvimento de forma sustentável, devem ser consideradas as seguintes dimensões de gerenciamento do desenvolvimento sustentável:

- Social: patamar razoável de equidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno ou autônomo com boa qualidade de vida; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- Cultural: equilíbrio entre respeito à tradição e inovação; capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; autoconfiança aliada à abertura para o mundo.
- Ecológico: preservação dos recursos naturais com foco na produção de recursos renováveis; limitação do uso de recursos não renováveis; concepção da “máquina institucional” e do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento de regras.
- Ambiental: respeito e cuidado de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- Territorial ou Espacial: espaços urbanos e rurais balanceados às alocações de investimentos públicos; melhoria do ambiente urbano; superação de disparidades inter-regionais; adoção de estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis; melhor distribuição territorial para assentamentos humanos e atividades econômicas.
- Econômico: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com gestão eficiente dos recursos e fluxo regular de investimentos públicos e privados; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; nível razoável de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; avaliação de critérios sociais e ambientais e não apenas da lucratividade empresarial.
- Político nacional: democracia com apropriação dos direitos humanos; articulação do Estado com outros atores sociais para implantação de um projeto nacional; nível razoável de coesão social.
- Político internacional: promoção da paz e da cooperação internacional; lógica de co-desenvolvimento entre países dos hemisférios Norte e Sul; controle institucional do sistema internacional, financeiro e de negócios; adoção adequada do princípio da precaução na gestão do meio ambiente; proteção da biodiversidade; gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade; sistema de cooperação científica.

Sachs (1993) argumenta que, mesmo estabelecendo diretrizes para entender os parâmetros e criar indicadores que dimensionem o desenvolvimento sustentável em larga escala no mundo, há obstáculos para serem ultrapassados, pois a natureza é definida por uma ordem política e institucional que gerencia a prática de: desigualdades na posse da terra; falta de programas adequados de reforma agrária; privatização dos bens comuns; marginalização dos povos das florestas; exploração predatória dos recursos naturais e interesses em lucros máximos em prazos mínimos. Todas essas práticas são desenvolvidas nos arranjos produtivos do espaço turístico, modificando as características físicas, biológicas, sociais, econômicas e políticas desses espaços.

Ao se considerar os critérios acima como fatores de interferência, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável envolve a promoção da melhoria qualitativa das condições de vida da população de um local específico e se associa à transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e, dessa forma, mais apropriadas à geração de riquezas (BARBIERI, 2000). Assim, reforça-se a necessidade de se desenvolver critérios de sustentabilidade em áreas protegidas:

[...] em face de todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, são necessários estratégias e instrumentos de políticas públicas e de práticas sociais aplicáveis em diferentes escalas e características que atinjam o nível internacional, federal, regional e local. O estabelecimento de áreas protegidas é considerado internacionalmente como um destes instrumentos. (ZIMMERMANN, 2006: 45p)

Para sintetizar os aspectos mais relevantes citados neste capítulo no tocante à avaliação da sustentabilidade do turismo em áreas protegidas, apresenta-se o quadro 4 em busca da identificação de critérios de análise e/ou avaliação do turismo sustentável em áreas protegidas. Tais critérios e suas respectivas ações nessas áreas são descritos no âmbito social, cultural, ecológico, ambiental, territorial ou espacial, econômicos, político nacional e político internacional.

**Quadro 4 - Critérios de análise da atividade do turismo sustentável**

| <i>Dimensões do gerenciamento do desenvolvimento sustentável</i> | <i>Ações em áreas protegidas</i>  | <i>Critérios do turismo sustentável</i> |
|--|---|---|
| <i>Social</i>  | Retirada das populações tradicionais e não tradicionais em parque nacionais.                                  | Necessidades sociais                    |
| <i>Cultural</i>  | A não preocupação com a preservação cultural nesses espaços.  | Valorização cultural                    |
| <i>Ecológico</i>   | Preservação dos ecossistemas únicos.  | Parâmetros ecológicos                   |
| <i>Ambiental</i>   | Utilização do ecossistema de forma a preservá-lo.   | Diversidade ambiental                   |
| <i>Territorial ou Espacial</i>                                   | Estratégia de desenvolvimento eficiente de forma a assegurar a qualidade do espaço.<br>Questão do zoneamento. | Administração dos recursos              |
| <i>Econômico</i>   | Desenvolvimento do turismo para gerar recursos econômicos.  | Atividade econômica                     |
| <i>Político Nacional</i>   | Leis e restrições nacionais – SNUC.   | Administração dos recursos              |
| <i>Político Internacional</i>                                    | Diretrizes internacionais de conservação – UICN.  | Administração dos recursos              |

Fonte: Elaboração própria com base em Sachs (1993), Murphy (1994) e SNUC (2000).

Para análise da pesquisa, criamos a avaliação dos critérios da sustentabilidade do turismo nos meios de hospedagem.

## **2.2 Meios de hospedagem**

### *2.2.1 Conceituação e tipologia*

A hotelaria teve a função inicial básica de alojar aqueles que, por estarem fora de seu lar, necessitavam de um quarto, uma cama e um bom banho. Com a sua evolução, os empreendimentos hoteleiros passaram a atender outras necessidades das pessoas em trânsito e da população de microrregiões próximas, oferecendo serviços e produtos além do alojamento propriamente dito, como alimentação e entretenimento (DUARTE, 1999).

Em especial, os meios de hospedagem localizados em áreas protegidas devem ter cuidados e até critérios estabelecidos para o desenvolvimento de seus produtos e serviços, de

forma a ocasionar o mínimo impacto possível. Entretanto, esses empreendimentos também devem propiciar uma infraestrutura para recreação e lazer, promovendo, ao mesmo tempo, a qualidade da visitação e o contato ambiental (sustentável) entre o visitante e o meio. De acordo com a Lei Geral do Turismo, no Brasil,

[...] consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária. (BRASIL, 2008, Art. 23)

Fundamentalmente, a estrutura organizacional de todos esses empreendimentos possui os mesmos setores, nos quais se desenvolvem os processos dos hotéis: hospedagem, comercial (vendas e reservas), alimentos e bebidas, eventos, manutenção, administrativo e financeiro. Dando ênfase nos processos de serviços de meios de hospedagem, bem como o pessoal neles alocados, sejam funcionários fixos ou temporários, além da própria oferta de serviços que caracterizam os segmentos preferenciais da demanda, dimensionando os diversos tipos de meios de hospedagem, dos mais luxuosos aos mais simples, dos mais tradicionais aos mais modernos.

O quadro 5 apresenta a classificação proposta pelo Ministério do Turismo no Brasil que figura no formulário para cadastro de meios de hospedagem – o Cadastur: 16 classificações por tipo, 10 por característica e 3 por localização. Observa-se que alguns tipos citados não se mostram adequados às áreas protegidas: são os estabelecimentos conhecidos como condomínios hoteleiros (apart-hotel, condo-hotel, flat e hotel residência), além de outros que aparecem nessas áreas com pouca frequência como motel, hotel fazenda, hotel de lazer, hotel histórico, resorts e até mesmo o hotel. . Assim, também pode soar estranho falar de pensão<sup>12</sup> ou pensionato<sup>13</sup> em UCs, mais presentes em áreas centrais ou urbanas.

---

<sup>12</sup> Pensão: “[...] estabelecimento comercial de hospedagem, geralmente de caráter familiar, com serviços característicos de alojamento, representados pela locação de quartos individuais ou compartilhados, com instalações sanitárias coletivas proporcionais à quantidade de leitos, e pelo fornecimento de refeições incluídas nas diárias”. (Beni, 2001, p.328).

<sup>13</sup> Pensionato: “[...] tem as mesmas características de alojamento e serviços da pensão, diferenciando-se desta pelo tipo de clientela segmentada atendida como: estudantes universitários, profissionais, idosos e outros grupos, podendo classificar-se por sexo, faixa etária e etnia” (BENI, 2001, p. 327).

**Quadro 5** - Classificação de meios de hospedagem no Brasil

| <i>Tipo do meio de hospedagem</i>   | <i>Característica do meio de hospedagem</i>   | <i>Localização do meio de hospedagem</i> |
|---|---|--|
| Albergue<br>Apart-hotel<br>Camping<br>Condo-hotel<br><b>Eco Resort</b><br>Flat<br>Hotel<br><b>Hotel de Lazer</b><br><b>Hotel de Selva/Lodge</b><br>Hotel Fazenda<br>Hotel Histórico<br>Hotel Residência<br>Motel<br><b>Pousada</b><br><b>Pousada Domiciliar</b><br>Resort | Estância Hidromineral<br>Floresta<br>Local Histórico<br>Montanha<br>Pântano<br>Praia<br>Rural<br>Serra<br>Urbana<br>Outro | Centro<br>Urbano<br>Rural<br>Natural     |

Fonte: Cadastur (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

Quanto à classificação por característica, percebe-se que a UC não foi considerada como uma característica, mas sim o tipo de área diferente como aspectos geográficos relevantes. Quanto à localização, os meios de hospedagem podem estar tanto em área urbana quanto rural, embora as áreas naturais sejam mais frequentes nesta última.

Com relação ao tipo de meio de hospedagem, nota-se que o tipo mais generalizado ou usual, o menos específico, é o hotel, embora haja um número considerável de outros tipos. Dentre todos os tipos de meios de hospedagem citados, podem ser destacados aqueles que geralmente são encontrados em UCs, ou seja:

- Albergue: meio denominado albergue da juventude (Brasil) ou albergue de turismo (Estados Unidos e Europa), configura-se como uma “forma econômica de hospedagem” direcionada principalmente “para estudantes e pessoas de baixa renda, dispondo de cômodos individuais ou coletivos” (OLIVEIRA, 2001, p. 147).
- Hotel de selva (“lodge”): meio cujas atrações giram em torno da floresta, no interior das quais se situam (ANDRADE, WILSON e BRITTO, 2000).
- Pousada: meio com aspectos arquitetônicos e construtivos, instalações, equipamentos e serviços mais simplificados, normalmente limitados apenas ao necessário à hospedagem do turista para aproveitamento do atrativo turístico junto ao qual o estabelecimento se situa (CASTELLI, 2003).

- Pousada domiciliar: meio no qual a hospedagem apresenta uma estrutura residencial, ou seja, aquela na qual moradores recebem, em suas residências, turistas mediante pagamento (LINCH, 2004, p.146).
- Hotel: meio classificado como um estabelecimento comercial de hospedagem que oferece aposentos mobiliados, com banheiro privativo, para ocupação eminentemente temporária, incluindo serviço completo de alimentação e outros (BENI, 2001, p.326).
- “Resorts”: meio localizado em zonas de forte atração turística, situado em balneários, parques nacionais ou regiões exóticas, com áreas de lazer mais amplas e numerosas do que os demais meios de hospedagem (OLIVEIRA, 2001, p.143).

Há outros tipos que podem se apresentar em áreas protegidas, mas não aparecem na classificação brasileira, como os “paradores” - termo bastante utilizado em países da Europa, como França e Espanha - cujo conceito se aproxima de uma mescla entre pousada e hotel histórico ou hospedaria:

Parador é um estabelecimento comercial de hospedagem com características semelhantes às da pousada, diferenciando-se desta por situar-se apenas em locais ou em edificações de estrito valor histórico-arquitetônico como castelos, mansões, antigas estalagens e fortalezas, estradas reais e outros. O termo parador muda conforme países e culturas. Na França, por exemplo, é conhecido como um hotel chateau. (BENI, 2001, p.328)

[Hospedarias são] estabelecimentos de hospedagem, com serviços parciais de alimentação, nos quais se alugam quartos ou vagas com banheiros privativos ou coletivos, asseguradas as condições mínimas de higiene e conforto (BENI, 2001, p.328).

Considera-se que os meios de hospedagem operando em áreas naturais e seu entorno devem necessariamente desenvolver estruturas físicas sustentáveis, aliadas aos fatores sociais e econômicos.

Em Fernando de Noronha (PE), há um sistema de pousadas familiares em muitos pontos. As pousadas domiciliares, em sua grande maioria residências convertidas em meios de hospedagem, de caráter familiar e rústico, são locais onde é possível estabelecer uma boa interação entre visitantes e população local, sendo a hospitalidade um forte aspecto presente (LIMA, 2006:26p.).

Para dinamizar as atividades hoteleiras dentro desses espaços protegidos e promover sua conservação, a WWF-Brasil elaborou um documento que destaca um tipo de meio de

hospedagem denominado “ecopousada” como uma alternativa a ser utilizada na construção de infraestruturas voltadas ao ecoturismo ou turismo na natureza.

A ecopousada ou Ecolodges é definida como um estabelecimento turístico de pequeno porte, localizado em ambientes naturais privilegiados, que adota os princípios do turismo sustentável (WWF-BRASIL, 2003). Nessa perspectiva, estabelecimentos desse tipo devem contemplar a qualidade ambiental da área e a valorização da cultura e da mão de obra local, diferindo, portanto, dos meios de hospedagem tradicionais, como ilustrado no quadro 6.

**Quadro 6** – Diferentes características de ecopousadas e pousadas/hotéis

| <i>Ecopousada</i>   | <i>Pousada/ Hotel</i>                              |
|---|--|
| Pequena área construída em relação à área verde.                          | Pode ter praticamente toda área construída.        |
| Incentiva a culinária local.  | Não incentiva, necessariamente, a culinária local. |
| Valoriza mão de obra local.   | Mão de obra especializada ou de grandes centros.   |
| Proporciona lazer e educação.   | Proporciona lazer.                                 |
| Construção mais rústica.  | Construção mais luxuosa.                           |
| Estabelecida necessariamente em local com atrativo natural e/ou cultural. | Maior flexibilidade para a localização.            |

Fonte: WWF-Brasil (2003, p. 218).

Independentemente da denominação adotada, há a necessidade de gerenciamento desses empreendimentos em áreas protegidas face aos impactos decorrentes de seu funcionamento, que podem prejudicar de forma irreversível o meio ambiente onde se inserem.

O ecoturismo reflete essa nova realidade. Para atender a tal público, o empreendedor deve estar atento não só ao lugar onde irá instalar-se, à forma de receber, hospedar ou conduzir seus clientes, mas principalmente deve proporcionar a maior interação e integração possíveis entre os visitantes e entre esses e a natureza (WWF/2003).

Hoje, as questões ambientais estão presentes nas escolhas do consumidor. O gerenciamento dos recursos de forma sustentável ou o desenvolvimento de negócios que respeitem o ambiente são considerações realizadas por viajantes que vem buscando ambientes menos alterados para suas viagens, buscando o contato com paisagens naturais e manifestações culturais de representatividade na comunidade.

Para o desenvolvimento de meios de hospedagem sustentável é importante delimitar todos os fatores físicos, estruturais e sociais que uma instalação hoteleira, mesmo a mais

simples, necessita para atender um número mínimo de hóspedes. Entende-se que os tipos de meios de hospedagem com capacidade menor atendem aos requisitos necessários para a receptividade de turistas em unidades de conservação, como pousadas, hotéis de selva/ lodge e pousadas domiciliares.

É importante a participação da comunidade local na implantação desses empreendimentos direcionados para um turismo sustentável por meio de uma organização comunitária, o que vem a determinar formas de receber o hóspede que condizem com a capacidade de suporte físico, estrutural, social e econômico local.

Uma forma interessante é o desenvolvimento de associativismos, ou seja, uma organização social para o desenvolvimento da atividade, seja espontânea ou mesmo com ajuda e/ou estímulo de organizações como o Sebrae, as Secretarias Municipais de Turismo, ONGs, entre outros. Isso se faz necessário para o desenvolvimento e gerenciamento de tipos e categorias de meios de hospedagem que operem de forma organizada e planejada dentro de Unidades de Conservação.

### **2.2.2 Gerenciamento e sustentabilidade**

Segundo Duarte (1999), os gestores dos meios de hospedagem em unidades de conservação no Brasil já se preocupam com o gerenciamento dos aspectos físicos e sociais de seus estabelecimentos, desenvolvendo ações que contribuam com a preservação do ambiente, respaldadas por técnicas e tecnologias viáveis de serem aplicadas aos seus serviços. Assim, busca-se conservar esses espaços ao lado do uso público turístico de âmbito comercial.

Uma das formas de desenvolvimento de um gerenciamento físico, estrutural e organizacional a ser empregado em meios de hospedagem é através do SAG - Sistema de Gestão Ambiental. Esse sistema, desenvolvido pela ISO<sup>14</sup> – *International Organization Standardization* - objetiva desenvolver “uma organização que possa consistentemente controlar seus impactos significativos sobre o meio ambiente e melhorar continuamente as operações e negócios” (ISO 14001, p. 39). Focada na gestão de uso dos recursos, é uma técnica conhecida mundialmente para controlar custos, reduzir riscos e melhorar o desempenho, além de promover a conservação do ambiente. Dias (2006) desenvolveu um estudo sobre a aplicação da

---

<sup>14</sup> Organização Internacional para Padronização (ISO).

ISO 14001 (SAG) em meios de hospedagem a partir de alguns aspectos e impactos ambientais conforme a atividade, produto ou serviço oferecido nos mesmos (quadro 7).

**Quadro 7** - Principais aspectos e impactos ambientais a serem considerados na operacionalização de um hotel

| <i>Área operacional</i>  | <i>Aspectos ambientais</i>   | <i>Impactos ambientais</i>   |
|--|--|--|
| <i>Recepção</i>  | Consumo de energia elétrica  | Esgotamento de recursos naturais<br>Ocupação de aterros sanitários (solo)                                      |
| <i>Banheiros/ Vestiários</i>                                   | Consumo de água e gás<br>Efluentes orgânicos (DBO)<br>Resíduos alcalinos<br>Resíduos sólidos | Esgotamento de recursos naturais<br>Alteração da qualidade das águas<br>Ocupação de aterros sanitários (solo)  |
| <i>Cozinha</i>   | Consumo de água e gás<br>Efluentes oleosos<br>Resíduos sólidos                               | Esgotamento dos recursos naturais<br>Alteração da qualidade das águas<br>Ocupação de aterros sanitários (solo) |
| <i>Restaurante/ Bar</i>  | Consumo de energia elétrica<br>Resíduos sólidos  | Alteração da qualidade da água<br>Ocupação de aterros sanitários (solo)  |
| <i>Elevadores</i>  | Consumo de energia elétrica  | Esgotamento dos recursos naturais  |
| <i>Ar condicionado</i>   | Consumo de energia elétrica<br>Emissões de CFCs.   | Esgotamento dos recursos naturais<br>Ataque à camada de ozônio   |
| <i>Aquecedor de água</i>                                       | Consumo de gás<br>Emissões de CO, NO <sup>2</sup>  | Esgotamento dos recursos naturais<br>Alteração da qualidade do ar  |
| <i>Equipamentos em geral</i>                                   | Consumo de energia elétrica  | Esgotamento dos recursos naturais  |
| <i>Gerador de energia elétrica</i>                             | Consumo de combustível<br>Emissões de CO, NO <sup>2</sup>                                    | Esgotamento dos recursos naturais<br>Alteração da qualidade do ar  |
| <i>Armazenamento e manuseio de produtos químicos perigosos</i> | Derrame acidental  | Contaminação do solo ou da água  |
| <i>Manutenção de máquinas</i>                                  | Resíduos de óleos e graxas   | Contaminação do solo ou da água  |
| <i>Limpeza de caixa de gorduras</i>                            | Efluentes orgânicos  | Alteração da qualidade das águas   |
| <i>Serviços de lavanderia</i>                                  | Consumo de água e gás<br>Efluentes orgânicos<br>Resíduos alcalinos graxos                    | Esgotamento de recursos naturais<br>Alteração da qualidade das águas   |

Fonte: Adaptado de Dias (2006, p.8).

Outra forma de avaliação e gerenciamento da sustentabilidade em meios de hospedagem no Brasil foi implementada em 2008 com o Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS), coordenado pelo Instituto de Hospitalidade e apoiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), APEX (Agência Brasileira de Promoção, Exportação e Investimentos), Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Mtur (Ministério do Turismo). Esse programa apresenta os fundamentos para a certificação de meios de hospedagem em turismo sustentável, considerando os requisitos necessários para a

sustentabilidade quanto ao seu desenvolvimento em área em que seja permitido o empreendimento.

O programa PCTS/Bem Receber criou os fundamentos para a certificação de turismo sustentável no Brasil, desenvolvendo uma norma reconhecida internacionalmente e também um programa de preparação de destinos e empreendimentos que inclui guias, manuais de boas práticas e cursos *in loco* (Ministério do Turismo, 2009). Essa norma foi registrada na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – como NBR 15.401, sendo a referência brasileira para atestar que um meio de hospedagem desenvolve as suas atividades de forma sustentável. Ela especifica os requisitos de sustentabilidade, como mostrado no quadro 8.

**Quadro 8** - Requisitos da sustentabilidade para a certificação em turismo sustentável de meios de hospedagem

| <i>Âmbito</i> | <i>Fundamento</i>   | <i>Requisito</i>  |
|---------------|---|---|
| Ambiental     | As práticas do empreendimento devem ser sustentáveis e minimizar a degradação do ambiente.  | Preparação e atendimento de emergências ambientais<br>Preservação de áreas naturais (flora e fauna)<br>Arquitetura e impactos da construção no local<br>Paisagismo<br>Redução de emissões de efluentes e resíduos sólidos<br>Eficiência energética<br>Conservação e gestão do uso da água<br>Seleção e uso de insumos |
| Sociocultural | As operações e práticas do empreendimento devem contribuir para reconhecer, promover e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões e as tradições e valores culturais não predatórios; e para o desenvolvimento socioambiental e econômico dos trabalhadores e comunidades envolvidas nas cadeias produtivas. | Comunidades locais<br>Trabalho e renda<br>Trabalhadores da comunidade local ou regional<br>Estímulos às atividades complementares às operações do empreendimento<br>Condições de trabalho<br>Aspectos culturais<br>Saúde e educação<br>Populações tradicionais  |
| Econômico     | As práticas do empreendimento devem ser seguras, viáveis, satisfazer as expectativas dos clientes e atender à legislação.   | Viabilidade econômica do empreendimento<br>Qualidade e satisfação dos clientes<br>Saúde e segurança dos clientes e trabalhadores.   |

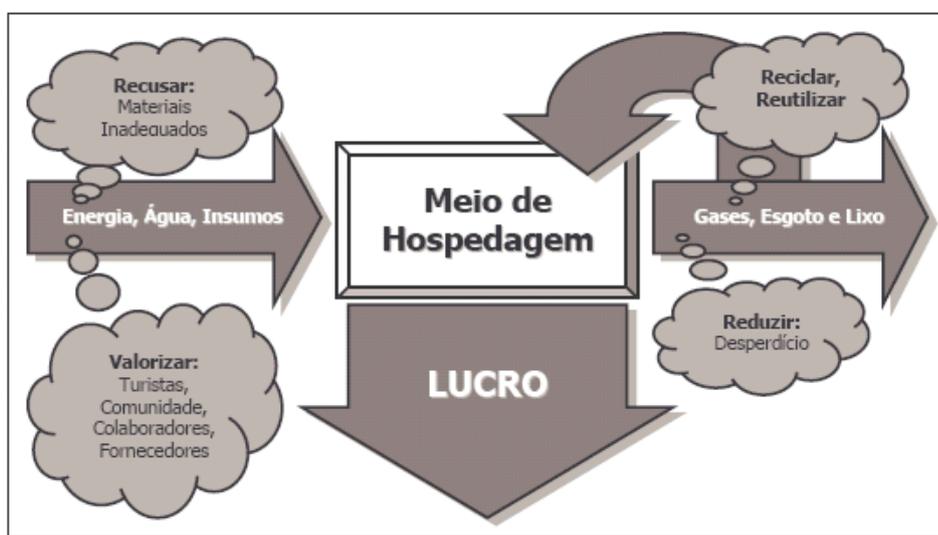
Fonte: Programa de Certificação em Turismo Sustentável – PCTS – 2004.

Assim, defini critérios mínimos de desempenho relativos a este fator, o que permite a um empreendimento formular política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as

informações referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos. Segundo noticiado no *site* da ABETA – Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura<sup>15</sup>, o hotel Canto das Águas, situado na Chapada Diamantina (Bahia), é o primeiro meio de hospedagem “a receber o certificado de conformidade com a ABNT NBR 15.401” (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, 2009).

A partir dos requisitos do programa de certificação do turismo sustentável, destaca-se a importância do gerenciamento das estruturas e serviços dentro dos meios de hospedagem, particularmente na administração dos impactos ambientais, de modo a proporcionar benefícios econômicos, governamentais e benefícios às comunidades locais e de entorno. O PCTS apresenta o ciclo ambiental sustentável em meios de hospedagem por meio de uma figura, conforme mostrado na figura 3.

**Figura 3** - Ciclo ambiental sustentável em meios de hospedagem



Fonte: Programa de Certificação em Turismo Sustentável (2004).

Dentre os requisitos do PCTS mostrados na figura 3, os mais enfatizados para o desenvolvimento da sustentabilidade são os ambientais, como os fatores de interferência da qualidade física de determinado ambiente. Esse tipo de gerenciamento, preocupado com os aspectos físicos e estruturais dos meios de hospedagem em determinado espaço, é muito utilizado pelas certificações internacionais como a *Blue Flag, Certification Sustainable*

<sup>15</sup> Conforme o site [www.abeta.com.br](http://www.abeta.com.br) - acesso em 19/02/2009, às 13:40h.

*Tourism Program, Green Deal, Green Globe 21, Green Seal, Inc e Green Tourism Business Scheme* (ZUCARATO, 2004).

Neste contexto, concorda-se com a opinião de Zucarato (2004, p. 53) ao criticar a certificação do PCTS, colocando que “após analisar os documentos disponíveis do programa PCTS para os meios de hospedagem, o perfil do setor e as peculiaridades dessas empresas, se observa que o programa possui certo grau de complexidade e sofisticação aparentemente fora da realidade atual de uma significativa parcela dos meios de hospedagens”.

Demonstrando (oração sem sujeito – rever) a necessidade de desenvolvimento de uma metodologia prática para uma avaliação eficaz do desenvolvimento da atividade dos empreendimentos turísticos, principalmente meios de hospedagem, em áreas instituídas como unidades de conservação no Brasil. Para este fim, a presente pesquisa passa a ser direcionada à criação de parâmetros de análise da sustentabilidade dos meios de hospedagem em UCs.

### 2.2.3 Parâmetros da sustentabilidade em meios de hospedagem

A sustentabilidade é algo em evidência nos últimos anos, o que leva os empreendimentos do turismo, como os meios de hospedagem, a se posicionarem cada vez mais em prol da sustentabilidade de seus serviços e, portanto, apresentarem mais iniciativas concretas nesse sentido do que os governos, conforme Swarbrooke (2000). Para exemplificar, o autor cita as seguintes iniciativas internacionais:

- A “Internacional Hotel Environmental Initiative”, como empresa hoteleira multinacional, promove iniciativas procurando encorajar seus hoteleiros no mundo todo a tornar suas práticas operacionais “mais verdes”;
- O patrocínio de esquemas de premiação do turismo sustentável, como o prêmio “Tourism for Tomorrow<sup>16</sup>”, concedido pela *British Airways*, também multinacional no setor;
- Conferências sobre o turismo sustentável organizadas por associações locais do setor turístico, como as “Ecological Conferences”, organizadas pela *Halkidiki Hotel Association*, da Grécia;

---

<sup>16</sup> “Os Tourism for Tomorrow Awards datam de 1989, quando foram organizados pela primeira vez pelo *Federation of Tour Operators* (FTO do Reino Unido) para promover a proteção do meio ambiente. Em 1992, a *British Airways* assumiu a sua organização e aumentou o foco para o turismo sustentável. Desde 2005, a WTTC - OMT está na frente. O processo de seleção é rigoroso e envolve um painel de 15-20 especialistas em várias áreas de expertise no mundo inteiro. Todos os 12 finalistas recebem uma visita *in loco*. Os juízes da fase final consideram todas as informações coletadas nas três fases para escolher os vencedores” (Tourism for Tomorrow, 2009).

- O “Thomson Holiday Code”, um conjunto de normas para clientes de operadoras de viagens voltado para a sustentabilidade das ações em viagens.

Esses exemplos mostram o empenho de grandes corporações do setor turístico na busca de práticas mais sustentáveis ou responsáveis frente ao meio ambiente. Entretanto, no Brasil, conforme pesquisa realizada pelo IBGE (2003), as micro e pequenas empresas turísticas configuram um dos maiores mercados em ascensão na área, em termos de geração de emprego e receita. Esses empreendimentos geralmente não aplicam técnicas e nem possuem critérios voltados para uma gestão do desenvolvimento sustentável de suas atividades. Nas áreas protegidas, os meios de hospedagem pesquisados nesse trabalho se caracterizam por micro empresas e administração familiar.

Para Ceballos-Lascuráin (1996), os meios de hospedagem, quando corretamente planejados, podem ajudar na valorização das áreas de conservação, uma vez que sua infraestrutura permite ao turista permanecer próximo a elas, proporcionando-lhe a oportunidade de vivenciar todos os seus atrativos e até se tornar um defensor desse patrimônio natural. Nesse sentido, para a estruturação desses empreendimentos, é necessário um planejamento cuidadoso, de baixo impacto no ambiente, considerando ainda técnicas e restrições de uso público da área.

Com o objetivo de desenvolver estruturas de meios de hospedagem diante das restrições de uma área protegida, a WWF-Brasil (2003) elaborou uma proposta com foco na ecopousada, que parte do princípio da sustentabilidade sistematizada por meio de estruturas construtivas que otimizem o espaço, a paisagem, os materiais, os equipamentos e a mão de obra, cujo sistema funcional objetive minimizar os impactos ambientais na implementação e no consumo dos recursos naturais, como já especificado nessa pesquisa. Considera-se que tais critérios estabelecidos diante das características da área protegida, podem ajudar no desenvolvimento dos meios de hospedagem para que estes sejam mais sustentáveis, associados às práticas de ecoturismo ou turismo na natureza.

Compreende-se a importância das três dimensões do turismo sustentável proposta por MURPHY (1994), bem como os parâmetros do desenvolvimento sustentável de SACHS (1993), os quais, analisados sob a luz de outros autores do referencial teórico desta pesquisa, compõem o apresentado no quadro 9.

**Quadro 9 – Dimensões e parâmetros da sustentabilidade turística**

| <i>Dimensões</i>             | <i>Parâmetros</i>   |
|------------------------------|---|
| <i>Físicos e Estruturais</i> | <p>Administração e conservação da água e energia elétrica</p> <p>Implantação de métodos de reutilização e reciclagem</p> <p>Monitoramento dos impactos ambientais e culturais com as atividades</p> <p>Danos na vegetação para passagem de pedestres e veículos</p> <p>Mudanças na extensão e /ou na natureza de cobertura vegetal por sua remoção ou pelo planejamento de facilidades de acomodações para turistas</p> <p>Poluição do ar pela emissão de combustíveis de veículos</p> <p>Poluição sonora devido ao transporte de turistas e suas atividades</p> <p>Danos às características geológicas</p> <p>Danos à ribeira de rios</p> <p>Lixo</p> <p>Alteração dos riscos de incêndios</p> <p>Alteração da paisagem com grandes estruturas</p> <p>Esgotamento do solo e fornecimento da água na superfície</p> <p>Exploração excessiva dos recursos biológicos (seva animal, plantações de árvores frutíferas), entre outros</p> |
| <i>Aspectos Econômicos</i>   | <p>Criação de empregos</p> <p>Injeção de renda na economia local pelo efeito multiplicador</p> <p>Auxílio e manutenção da viabilidade dos negócios locais</p> <p>Reforma e estruturação da economia em locais em que outras atividades estão em declínio</p> <p>Estímulos a investimentos internos</p> <p>Sazonalidade dos empregos locais</p> <p>Remuneração das atividades diretas do turismo</p> <p>Investimentos e estruturas dispendiosas</p> <p>Excessiva dependência do turismo</p>  |

| <i>Dimensões</i>        | <i>Parâmetros</i>  |
|-------------------------|--|
| <i>Aspectos Sociais</i> | <p>Questões de recursos humanos, incluindo salários, condições de trabalho e oportunidades de promoção</p> <p>Influências dos responsáveis pelas decisões governamentais</p> <p>Valor ou desvalorização do dinheiro oferecido pelos turistas</p> <p>Símbolos de culturas locais para o turista</p> <p>Grau de envolvimento e de influência sobre os responsáveis por decisões no setor público em relação ao turismo</p> <p>Impacto do turismo na sociedade e na cultura local</p> <p>Desenvolvimento de mercado local de artesanatos</p> <p>Adoção de aspectos positivos dos valores e comportamentos do turista, tal como no caso dos tratamentos de animais</p> |

Tais parâmetros compreendem o desenvolvimento de uma forma de análise dos equipamentos do turismo em áreas protegidas. Certamente, para o desenvolvimento do turismo é necessário uma série de critérios que auxiliem a construção de um planejamento público e privado.

Para tratar a temática do turismo sustentável, foram desenvolvidos metodologias e documentos que aprofundaram as discussões sobre o desenvolvimento do turismo sustentável no Brasil e no mundo. Dentre elas, especificamos:

- Princípios do Turismo Sustentável (1992): elaborado pela WWF e *Tourism Concern*, ambas organizações não governamentais, esse documento enfatiza a conservação dos recursos turísticos de base para assegurar o equilíbrio entre as partes implicadas, ou seja, o turismo e meio ambiente (KANNI, 2004, p.101).
- Guia de desenvolvimento do turismo sustentável: elaborado pela OMT com base nas ações propostas pela Agenda 21, tem como objetivo subsidiar o monitoramento de seu desenvolvimento sustentável (OMT, 2003).
- Desenvolvimento do Turismo de Base local: trata-se de uma diferente postura em que, no lugar da predominante forma estratégica de investimento e capital, se colocasse uma outra - a relação dos investimentos e valores locais. Assim, ocorre a substituição do capital pelos valores locais representados pelos atrativos do lugar, pelo saber-fazer da comunidade, e pelo empreendedorismo apoiado nos agentes locais (XAVIER & RESENDE, 2008, 168p.).

- Turismo de Base Comunitária: é resultado de um processo de conscientização da comunidade, que parte da valorização de seu local de moradia. Modelo no qual a união, a cooperação e o espírito de comunidade são apresentados pelos seus moradores como elementos fundamentais para a construção do desenvolvimento do turismo em prol da própria comunidade economicamente, socialmente e ambientalmente (IRVING E MENDONÇA, 2004, p. 6).

Certamente, não queremos esgotar todas as metodologias que envolvem discussões sobre o desenvolvimento do turismo sustentável. Entretanto, as metodologias citadas são pertinentes para o desenvolvimento do turismo sustentável em áreas protegidas, como colocado:

Um dos temas presentes no desenvolvimento do turismo de base comunitária refere-se à relação que se faz entre a comunidade, o turismo e a conservação ambiental. Assim, em diversos casos essa forma de atividade econômica e social está associada a áreas protegidas e tida como atividade que pode dar suporte a gestão das unidades de conservação. No entanto, ainda é um desafio a busca por um modelo de gestão das unidades de conservação que vá além da inclusão das comunidades tradicionais, mas sobretudo, incorpore seus saberes e suas práticas (SANSOLO, 2008, p.).

Entender a necessidade de desenvolver uma avaliação dos equipamentos turísticos em áreas protegidas é necessário para o desenvolvimento do turismo sustentável. Por isso, acredita-se que tais parâmetros podem ser aplicados para o estudo do turismo sustentável em áreas naturais como os parques nacionais, contribuindo, assim, para a construção de variáveis e indicadores a serem aplicados em empreendimentos turísticos nas mesmas. No próximo capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo que aborda a sustentabilidade no âmbito dos meios de hospedagem na Parte Baixa do PNI.

## **CAPITULO 3: TURISMO E SUSTENTABILIDADE NA PARTE BAIXA DO PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA, RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE CASO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM**

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada na área-foco deste trabalho, aplicando critérios de sustentabilidade citados no capítulo anterior. Apresenta considerações sobre a metodologia, a partir das quais contextualiza a área-foco de estudo: o uso e ocupação, além do zoneamento da Parte Baixa da mesma. Apresenta a caracterização dos meios de hospedagem e os gestores entrevistados, seguindo para a descrição e análise de sustentabilidade em seus parâmetros sociais e culturais, políticos, ecológicos, ambientais e econômicos.

### **3.1 Metodologia**

Esta pesquisa é caracterizada como exploratório-descritiva quanto aos seus objetivos, pois busca maior familiaridade com o problema, aprimorar ideias e descobrir intuições (exploratória); além disso, busca estabelecer relações entre variáveis da sustentabilidade e suas dimensões (descritiva), conforme Demo (1995). Assim, visitou-se a área objeto de pesquisa no início da pesquisa para desenvolver uma observação exploratória e procedeu-se à pesquisa de campo de cunho descritivo referente à coleta de dados *in loco*, com decorrentes resultados e proposições.

A escolha do Parque Nacional do Itatiaia é duplamente justificada. De um lado, por esse ser o primeiro parque nacional brasileiro, entendendo-se, assim, que o mesmo teria um modelo de gestão e planejamento das atividades do uso público, em especial referente ao turismo, que contemplasse a conservação e integridade paisagística. De outro lado, por se constituir em uma unidade de conservação com empreendimentos turísticos privados em seu interior, especialmente os tipificados como meios de hospedagem, os quais poderiam demonstrar maiores preocupações com a sustentabilidade em seus diferentes níveis.

A pesquisa assume a forma de um estudo de caso ao tratar da Parte Baixa do Parque Nacional de Itatiaia, com foco nos meios de hospedagem em seu interior. Considera-se o estudo de caso como a melhor estratégia a ser adotada nesta pesquisa, uma vez que se investiga um fenômeno dentro do contexto em que ele ocorre quando os seus limites não são claramente

percebidos (YIN, 2001). No entanto, deve-se atentar para o fato de que os resultados deste estudo de caso não podem ser generalizados a todos os meios de hospedagem em parques nacionais brasileiros, mesmo se tratando de cinco meios de hospedagem do PNI, seus resultados poderão oferecer hipóteses a serem testadas em pesquisas cujas amostras e metodologias possibilitem tal generalização.

Optou-se por desenvolver uma pesquisa de caráter principalmente qualitativo, concordando com o pensamento de Stigliano (2009, p. 74), para quem esse tipo de pesquisa fornece a possibilidade de obter informações acerca das experiências individuais e pessoais dos sujeitos, admitindo alto grau de detalhamento que possibilita o entendimento de situações e casos. Segundo Dencker (2007, p.21) “a tarefa do pesquisador consiste em tentar aproximar o modelo teórico da realidade de forma sistêmica e controlada, visando diminuir as chances de erro nas avaliações efetuadas”. Nesse contexto, Demo (1995) destaca a pesquisa qualitativa como uma estratégia sistemática e empírica para responder questionamentos sobre os indivíduos e seu contexto abrangente.

Para o seu desenvolvimento, adotou-se um conjunto de procedimentos - da visita *in loco* à aplicação de entrevistas diretivas<sup>17</sup> (em profundidade), diante da quantidade de sujeitos a serem investigados: 5 representantes dos meios de hospedagem, 2 representantes do Parque Nacional do Itatiaia (diretor do PNI e gestor de uso público do PNI) e 1 representante da Prefeitura Municipal de Itatiaia (prefeito). Os procedimentos utilizados em cada etapa da pesquisa foram os seguintes:

- Visitas *in loco* e observação assistemática, para compreensão do uso público e turístico no parque, no período de 8 a 11 de novembro de 2007;
- Contato inicial com o gestor do parque, apresentando a proposta da pesquisa e solicitando sua colaboração e autorização para a mesma.
- Aplicação de pré-teste com um gestor de pousada em Brotas em 20 de junho de 2009, cuja análise e avaliação possibilitou a revisão do roteiro original de entrevista;
- Visitas *in loco*, com duração média de 3 dias, nos meses de julho de 2008 e janeiro e julho de 2009, para registro fotográfico e coleta de dados mediante observação sistemática.
- Aplicação das entrevistas diretivas junto aos gestores privados e públicos, no período de 3 a 5 de julho de 2009. Foram utilizados 3 roteiros de entrevistas, sendo um para os gestores

---

<sup>17</sup> Entrevista diretiva, também conhecida como Entrevista Estruturada, é um roteiro básico de questões previamente selecionadas com base em conteúdo levantado no referencial teórico. O roteiro é seguido todas as vezes em que é aplicado (LAKATOS E MARCONI, 1983).

dos meios de hospedagem, um para os gestores do parque e um para o gestor municipal (apêndice A);

- Organização e seleção dos dados observados, dos registros fotográficos e depoimentos dos entrevistados, e elaboração de tabelas, quadros e gráficos para apoiar a descrição e análise dos resultados.

Assim, privilegiou-se a percepção dos empresários e gestores, ou seja, a perspectiva dos sujeitos de investigação, ao lado da aplicação de vários parâmetros de análise da sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental/espacial, econômica e política. Tais parâmetros foram identificados a partir de conceitos desenvolvidos por Sachs (1993), critérios de desenvolvimento sustentável propostos por Murphy (1994) e formas de gestão sustentável do turismo de Swarbrooke (2000), dentre outros estudiosos que abordam o turismo sustentável.

### **3.2 Características e contextualização do Parque Nacional do Itatiaia**

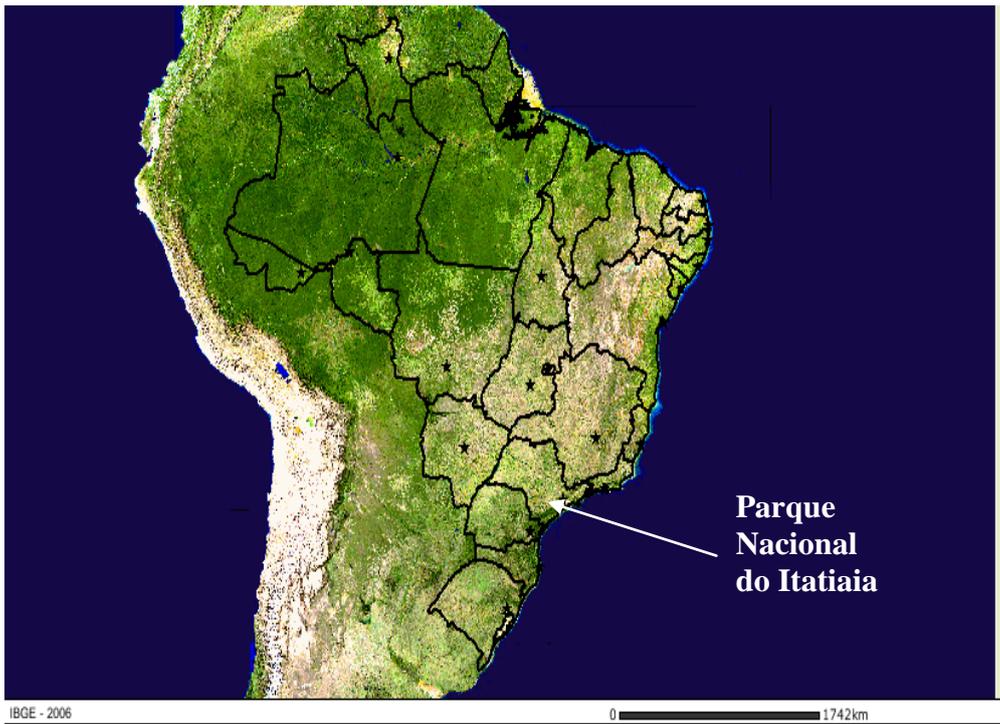
#### *3.2.1 Caracterização geral*

Localizado entre as capitais mais importantes do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo (Figuras 4 e 5), o Parque Nacional do Itatiaia é uma destacada área natural com aproximadamente 110 km de perímetro e 30.000 ha, sendo que cerca de 20% desta área é aberta à visitação, com ocorrências de práticas turísticas e de lazer. O acesso é feito por uma estrada com cerca de 8 km de extensão que tem início na Via Dutra (BR-116), na altura da cidade de Itatiaia, situada a 156 km do Rio de Janeiro e a 250 km de São Paulo. As rodovias BR-381 e BR-485 também dão acesso à unidade (EMBRATUR, 2006).

A região possui um patrimônio paisagístico que representa importante recurso natural e atrai visitantes, como ressaltado no plano de manejo elaborado no início da década de 1980:

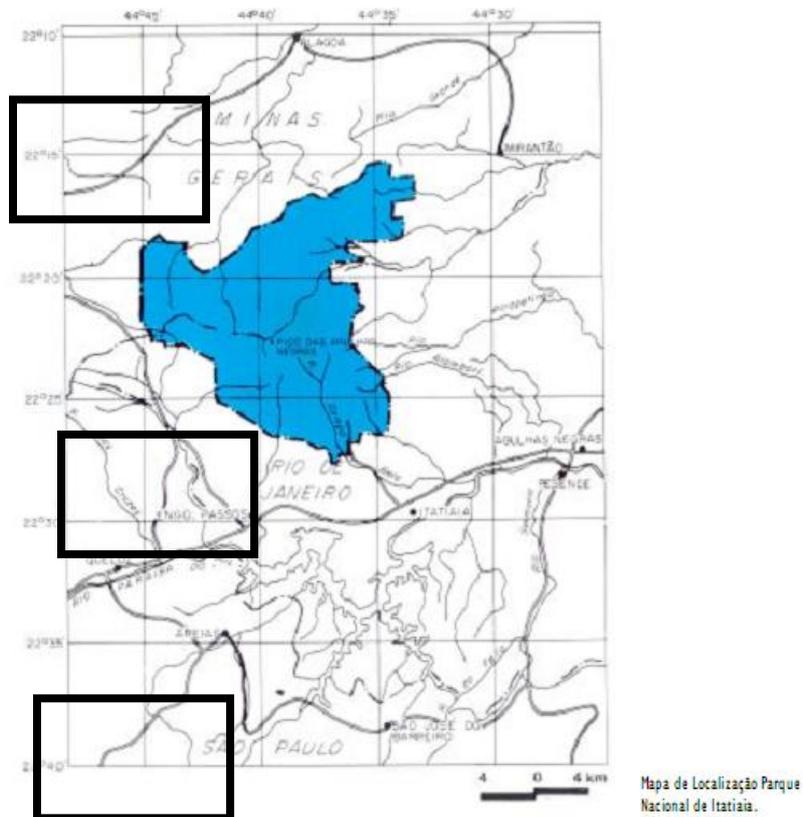
[...] no PNI encontram-se protegidas várias nascentes formadas de rios, também a geologia tectônica do planalto do Itatiaia, que representam importante patrimônio a ser preservado. Por seu clima, relevo e belezas naturais, apresenta excelente potencial para atividades voltadas ao público, como montanhismo, interpretação, recreação e educação ambiental (Brasil, 1982)

**Figura 4 - Localização do PNI no Brasil**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009).

**Figura 5 – Localização do PNI entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais**



Fonte: Caderno Fundo Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável- FBDS 3 (2000).

O Parque Nacional do Itatiaia possui dois ambientes distintos, assim chamados popularmente:

- “Parte Alta” ou “Planalto”, que é o topo do planalto, com grandes blocos rochosos arredondados e fraturados que saem da Serra da Mantiqueira, além de um conjunto de penhascos e picos pontiagudos e sulcados denominado Agulhas Negras (2.791m) e Prateleiras (2.540 m); planalto com vegetação predominante de campos de altitude.
- “Parte Baixa”, onde se localizam várias cachoeiras e piscinas naturais, com vegetação da Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) que é beneficiada pelo solo espesso e coberto de serrapilheira e pelo clima tropical úmido devido à variação de altitude; com vegetação de mata atlântica, é a área onde se localiza a sede administrativa do parque (MAGRO, 1999; TEIXEIRA et al., 2007).

O PNI está inserido em um contexto espacial eminentemente rural, embora a sede dos municípios que o integram seja composta de áreas urbanas de grande importância no contexto industrial do vale do Paraíba. Ele se encontra dentro do triângulo econômico Rio de Janeiro (RJ)-São Paulo (SP)-Belo Horizonte (MG), três dos maiores centros produtores e consumidores do país. Indústria diversificada, pequeno potencial agrícola, expressiva produção pecuária, avicultura em expansão e turismo incipiente são características econômicas da região (BRASIL, 1982).

No interior do parque, a atividade do turismo é “alimentada” pela crescente demanda, sendo criadas cada vez mais estruturas de suporte sem critérios de planejamento e gestão. Como identificado pelo plano de manejo (1982), algumas dessas estruturas de suporte do turismo e lazer já se encontravam no parque no momento de sua instituição:

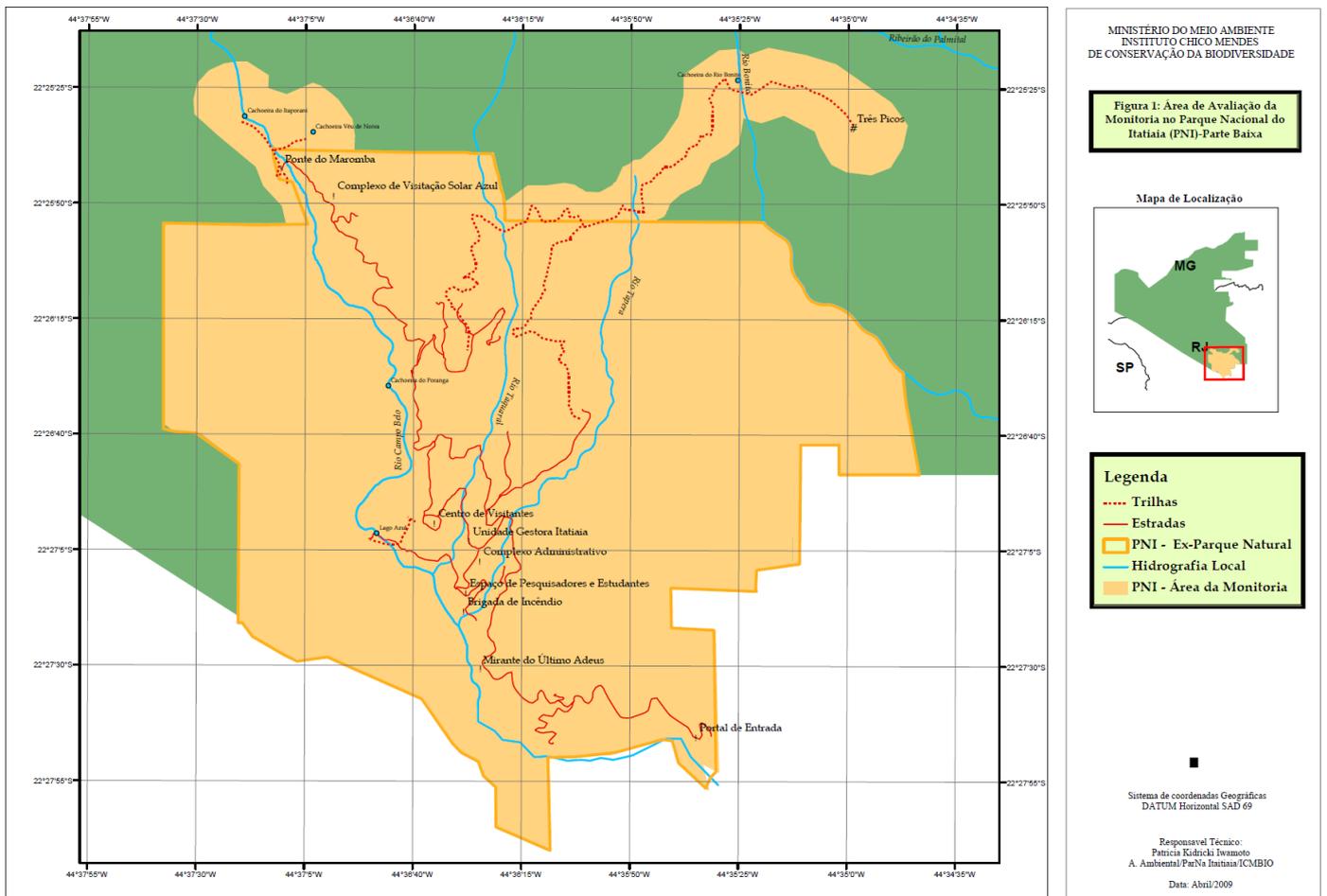
[...] as estruturas que não foram adquiridas pelo poder público (questões fundiárias) e que compunham os lotes do ex-núcleo colonial do Itatiaia transformaram-se em sítios de lazer, com pequena ocupação dos lotes quanto às benfeitorias, restando extensas áreas que vêm se regenerando e formando extensos capoeirões (BRASIL, 1982, p.77).

Outros lotes foram quase totalmente subdivididos, restando pouco da cobertura florestal, e outros transformados em hotéis que desenvolvem suas atividades no interior do parque. Conforme o plano de manejo do parque (BRASIL, 1982), os atrativos mais visitados na época

eram os localizados na sua parte baixa, onde se concentra o maior número de meios de hospedagem, a administração e o ex-núcleo colonial, hoje de domínio privado e utilizado por muitos para o lazer e o turismo, como segunda residência e casas de temporada. O uso público dessa área indicava que “boa parte dos visitantes permaneciam em média uma semana, utilizando as casas, abrigos, camping e hotéis localizados dentro do parque nacional do Itatiaia” (BRASIL, 1982, p. 77), mas havia falta de fiscalização sobre o mesmo, o que acarretava:

[...] coleta de plantas, caminhadas ou escaladas feitas por leigos, que não raro se perdem e passam a noite ao relento, com temperaturas quase sempre abaixo de zero, além de acidentes por desconhecerem técnicas de montanhismo. O que gera acúmulo de lixo, destruição da vegetação e até mesmo incêndios. (BRASIL, 1982, p. 76)

**Figura 6 - Delimitação da Parte Baixa do PNI**



Fonte: ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2009).

Para o direcionamento da pesquisa, optou-se por focar a “Parte Baixa” (Figura 6) do PNI, pois nela, como já citado, se encontram a maioria dos meios de hospedagem e da infraestrutura para a sua visita. Além disso, teve-se acesso a um novo documento elaborado pela ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) que trata especificamente da monitoria e avaliação da parte baixa do PNI. Com este documento (ICMbio, 2009) e o plano de manejo (BRASIL, 1982), foi possível identificar algumas ações voltadas para a integridade ambiental do parque fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa, ou seja, à compreensão de suas características e limitações.

Na parte baixa do PNI encontram-se vários atrativos turísticos, assim descritos pelo Ministério do Meio Ambiente (2008):

- *Mirante do Último Adeus*: próximo ao portão principal de acesso ao parque, local com uma vista panorâmica e privilegiada do Parque, do Vale do rio Campo Belo e da Serra do Mar; possui cerca de 25 vias de escalada bem definidas, sendo a primeira via aberta para visita na década de 1970, tendo sido fechada em 2004. Somente em 2008, uma comissão, junto ao conselho consultivo, preocupada com o fechamento da via principal e o consequente acesso às suas bases por locais impróprios, autorizou a reabertura do atrativo por meio de normas de escalada ao Último Adeus (Figura 7).
- *Lago Azul*: a 500 m do centro de visitantes, é uma trilha acessível a pessoas de qualquer idade; possui uma escadaria de 120 degraus, o que pode dificultar o seu acesso a deficientes e idosos; destaca-se a sua beleza cênica, formada por uma piscina de água natural do rio Campo Belo recomendada para banho e por quiosques que podem ser utilizados pelos visitantes, mediante pagamento quando da entrada no parque (figura 8).
- *Cachoeira Poranga*: localizada também próxima ao centro de visitantes, cerca de 2,5 km de subida, onde também se encontra uma piscina natural com grande volume de água do rio Campo Belo; o visitante deve ter experiência tanto para fazer a trilha quanto para nadar nessa área.



**Figura 7 - O Último Adeus**

Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.



**Figura 8 - Lago Azul**

Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.



**Figura 9 - Piscina de Maromba**

Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.

- *Piscina Natural da Maromba*: fica a 4 km do centro de visitantes, localizada a 1.100 m de altitude; possui a calma do rio e seu acesso é por meio de uma escadaria (figura 9).

- *Cachoeira Itaporani*: também fica a 4 km do centro de visitantes e se localiza perto da Piscina Natural da Maromba; é necessário descer uma trilha na mata fechada de 450 m para o acesso a este ponto.
- *Cachoeira VéudaNoiva*: fica a 4 km do centro de visitantes, com acesso pela mesma trilha da cachoeira Itaporani; faz parte do rio Maromba, que cai repentinamente de uma altura de 40 m, formando uma bela paisagem (figura 10).
- *Os Três Picos*: o acesso a ele é recomendado com o acompanhamento de um guia local, já que a visita leva um dia inteiro; oferece uma boa visão do vale do Rio Paraíba, do PNI e dos contrafortes da Serra da Mantiqueira e da Serra do Mar.
- *Pedra de Fundação*: localizada na beira da estrada do parque, em frente ao portão principal do PNI.



**Figura 10** - Cachoeira do Véu da Noiva

Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.

Para compreender melhor o processo de ocupação do espaço a partir das estruturas físicas ali implantadas (meios de hospedagem, centro de visitantes, alojamentos para estudantes e pesquisadores, entre outras), esta pesquisa contextualiza esse processo, analisando dados históricos e evolutivos a partir de sua criação, em 1937, com destaque para o uso público referente aos meios de hospedagem e seu posicionamento perante os regulamentos propostos.

### 3.2.2 Uso e ocupação

O Parque Nacional do Itatiaia vem sendo estudado por diversos autores que especificam as particularidades do seu uso público. Nesse sentido, Serrano (1993) desenvolve em seu estudo, por meio de uma análise sociológica, uma pesquisa alicerçada na história do parque junto a uma análise social da humanização da natureza, com esse propósito como formador da ideologia dos parques nacionais brasileiros. Magro (1999) nos proporciona outro

olhar de Itatiaia em sua tese, desenvolvendo uma análise do uso público diante dos impactos e da capacidade de carga da visitação pública em trilhas, analisando-as por meio de técnicas interpretativas.

No processo histórico, Serrano (1993) destaca que o governo brasileiro assume a conservação do ambiente quando cria, em 1937, o primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional do Itatiaia. Como um processo que não condiz com os objetivos voltados à conservação da natureza, a formação do PNI traz uma realidade política que pode inicialmente ser desvinculada de preocupações com a sua conservação e sustentabilidade, como identificado por Magro (1999, p. 31).

Nos primeiros anos de atividade do então recém-criado Parque Nacional do Itatiaia, grande parte do tempo dos funcionários era dedicada a atividades realizadas próximo a administração, para manutenção de jardins, reflorestamento e manutenção geral, em função de dois fatores principais: recuperação das áreas remanescentes do ex-núcleo colonial e para autoridades e representantes diplomáticos do Governo Vargas, que considerava o PNI, juntamente com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, como um excelente cartão de visita do país.

Percebe-se, assim, que a formação do primeiro parque nacional brasileiro condicionou-se a interesses políticos e não a interesses direcionados à conservação e manutenção dos recursos naturais, o que não sugere uma administração voltada ao desenvolvimento sustentável e, a princípio, não estabelece limites de uso e preocupação em solucionar os problemas quanto à normalização desses empreendimentos no parque por meio de políticas e diretrizes bem estabelecidas.

Os decretos de criação dos primeiros parques nacionais davam grande ênfase ao desenvolvimento do turismo. A expectativa era de que os parques nacionais brasileiros repetissem o mesmo sucesso dos parques americanos no desenvolvimento do turismo (ARAÚJO 2007, p. 65).

As terras que compõem o PNI sofreram grandes transformações e diversos usos econômicos no decorrer do tempo. No início, a história conta que parte da área pertencia ao capitão Ramos de Paula, que criava gado e cavalos até 1870, ano em que o novo proprietário das terras, Visconde de Mauá, continuou a explorar as terras com a criação de gado e, em uma tentativa fracassada, tentou a produção de carvão na região (SERRANO, 1993). Em uma fase seguinte,

[...] vai ser experimentada na região a colonização com imigrantes. A primeira experiência deste tipo acontece entre 1889-1890. Aproveitando-se de especulações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro que resultaram em facilidades de crédito, proliferação de títulos e consequente euforia e negócios nebulosos, o herdeiro de Mauá, Henrique Irineu de Souza, conseguiu uma autorização para instalar dois núcleos coloniais em suas terras, fazendo uso de mão de obra alemã, austríaca, suíça e italiana. Pelo contrato firmado com o governo, este financiaria a instalação dos colonos e as obras de infraestrutura, num projeto ambicioso de fins visivelmente especulatórios para ambos os lados. A despeito disso, o primeiro ano destas colônias demonstrou resultados promissores, frustrados, porém, pela falta da construção de estradas, uma responsabilidade do Governo. A experiência, assim, fracassa em apenas dois anos (SERRANO, 1993, p. 41).

Nesse contexto, os poucos colonizadores estrangeiros que sobreviveram na região começam a explorar o turismo para a obtenção de lucro.

O resultado mais marcante da presença dos colonos na região, de origem predominantemente alemã, austríaca e suíça, foi o início da atividade turística enquanto empreendimento. Obtendo pouco ou nenhum lucro com o trabalho na terra, algumas famílias passaram a alugar quartos para viajantes que já naquele momento procuravam os "Alpes Brasileiros". Este tipo de negócio evoluiu para a instalação de pousadas, algumas destas tendo se transformado em hotéis que funcionam até hoje, no distrito de Visconde de Mauá (Itatiaia). (SERRANO, 1993, p. 42)

Há relatos de que o turismo no Itatiaia surge na década de 1810, como busca pelo lazer na localidade, alinhado à necessidade de desenvolvimento de uma atividade econômica pelos proprietários de terras.

Da mesma forma como os naturalistas, esses novos visitantes leigos também contaram com um mecanismo de registro de suas aventuras e impressões: os livros de visitantes existentes nos pontos de descanso e hospedagem da Reserva/Estação/Parque. Alguns destes livros desapareceram, graças a extravios nos corredores da burocracia a que Reserva/Estação/Parque esteve submetida, à "zelosa" preocupação das administrações com a memória e história do lugar ou ao assalto dos próprios visitantes, insatisfeitos com os limites de suas próprias lembranças. Restaram, contudo, quatro exemplares, cobrindo desde os momentos iniciais da Reserva em 1914 até o final da década de 50 (SERRANO, 1993, p. 72).

O plano de manejo de 1992 destaca que as áreas em 1934 não foram adquiridas pelo poder público devido ao alto valor que o governo pagaria pelas indenizações das terras, estas compunham os lotes do ex-núcleo colonial do Itatiaia, transformaram-se em sítios de lazer. Isso corresponde a 250.000 m<sup>2</sup>/lote, com pequena ocupação quanto a benfeitorias, restando extensa área que vem se regenerando, formando extensos capoeirões. Tais terras foram incluídas nos limites do parque quando este foi ampliado, em 1982, de 12.000 ha para 30.000 ha (BRASIL, 1992):

Na área do Núcleo Colonial estava localizada a maior parte do patrimônio imobiliário do PNI, correspondente à infraestrutura de apoio ao visitante, que era composta de 9 casas de moradia de funcionários, 9 casas de hospedagem, três abrigos coletivos, oficina mecânica, marcenaria, Posto 1, Posto 2, prédio onde funcionou uma escola, sede, almoxarifado, vestiários do lago Azul, estufa para cultivo de plantas e um galpão junto à área residencial. Além dos prédios, o Parque contava, na época, com duas áreas de camping, uma junto à área residencial e a outra no Planalto, junto ao abrigo Rebouças (BRASIL, 1992, p.78).

O ex-núcleo colonial, ainda sob domínio particular, sofreu certas restrições de uso e ocupação do solo com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, o que acabou provocando novas características de utilização da área pelos proprietários. Estes abandonaram a agricultura para se dedicarem à hotelaria e ao lazer, atividades incentivadas de acordo com os objetivos do parque (BRASIL, 1992).

Com o desenvolvimento do turismo regional, alguns lotes passaram para novos proprietários e alguns outros foram subdivididos. Em 1992, relatava-se a elevada concentração de construções nessas áreas, dentre as quais casas de campo e hotéis, resultando em grandes alterações de suas feições naturais por meio da introdução de espécies exóticas e da construção de cursos d'água, entre outras formas de degradação da paisagem natural.

Dois anos mais tarde, para avaliar os resultados do plano de manejo de 1992, o Ibama (1994) elabora um documento intitulado “Plano de Ação Emergencial do PNI”, no qual atesta que, na área do antigo núcleo colonial do Itatiaia, com cerca de 700 ha, estavam incluídas reservas particulares do parque, sendo a maioria delas casas de veraneio e cinco hotéis. Na porção anexada ao parque em 1982 existiam, integral ou parcialmente, várias fazendas onde se praticava a agropecuária, incluindo, ainda, o povoado de Vargem Grande e dois hotéis, um deles situado na estrada de acesso à região de Agulhas Negras (Plano de Ação Emergencial para PNI, 1994).

Segundo Magro (1999), o plano de manejo do PNI foi publicado antes da ampliação da área do parque e, até o momento, não ocorreu a revisão do mesmo. O zoneamento, que define o grau e o tipo de uso para cada zona de manejo, está definido somente para a área original, e não para a área total integrada ao parque a partir de 1982. Entretanto, o plano de monitoramento e avaliação da parte baixa reconstituiu o zoneamento para utilização e não utilização do parque.

### 3.2.3 Zoneamento da Parte Baixa do PNI

A partir das características físicas, culturais e sociais de um determinado espaço delimitado como área protegida, o plano de manejo estabelece o zoneamento da área total do parque nacional, que pode chegar a conter sete zonas (Quadro 10). Entretanto, quanto ao plano de manejo do PNI, é pertinente entender que:

**Quadro 10 - Zonas do plano de manejo**

| <i>Zona</i>            | <i>Definição</i>   |
|------------------------|--|
| I – Intangível         | Área onde o primitivismo da natureza permanece intacto, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Essa zona é dedicada à proteção legal dos ecossistemas e recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural. |
| II – Primitiva         | Área onde tenha ocorrido pequena ou mínima alteração humana e que contenha espécies de flora e fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de zonas de transição entre a Zona Intangível e Zonas de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades científicas, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.       |
| III – Uso Extensivo    | Área constituída, em sua maior parte, por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre uma Zona Primitiva e uma Zona de Uso Intensivo. O objetivo de manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso público para fins recreativos e de lazer.  |
| IV – Uso Intensivo     | Área constituída por áreas naturais ou alterada pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus e outras facilidades e serviços. O objetivo geral de manejo é facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio.   |
| V – Histórico-cultural | Área onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas que serão preservadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é proteger sítios históricos e arqueológicos em harmonia com o ambiente.   |
| VI – Recuperação       | Área que contém espaços consideravelmente alterados pelo homem. Zona provisória que, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma zona   |

|                                |   |
|--------------------------------|---|
|                                | permanente. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral do manejo é promover a restauração dos recursos ou restaurar a área.   |
| VII – Uso Especial             | Área que contém espaços necessários à administração, manutenção e serviço do parque nacional, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitar com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do parque nacional. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do parque. |
| VIII – Zona de Uso Conflitante | Área que apresenta atividades e estruturas não relacionadas com o parque e incompatíveis com os objetivos de uma UC.  |

Fonte: Adaptado de Santos e Hermman (2000).

Na época de sua elaboração, a ênfase do planejamento estava no ordenamento do espaço físico. Esse conceito não considerava em seu escopo a necessidade do envolvimento das comunidades vizinhas, o que evoluiu radicalmente após o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas, da IVCN, realizado em Caracas, em 1992. Esse Congresso marcou uma mudança de postura em relação às áreas protegidas, que passaram do isolamento à integração com o entorno a partir do reconhecimento do papel das UCs no desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável. (ARAÚJO, 2007)

O Parque Nacional do Itatiaia, em seus planos de desenvolvimento, estimula ações voltadas à recreação e ao lazer; entretanto, mantém restrições pertinentes ao plano de manejo de 1982, tendo em vista os seguintes objetivos específicos:

- Proteger amostras de floresta fluvial atlântica montana com a araucária e o podocarpus e da floresta pluvial atlântica montana propriamente dita.
- Proteger amostras de ecossistemas de “Campos de Altitudes” com seus endemismos.
- Proteger espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção.
- Proteger as nascentes de duas grandes bacias do Sudeste.
- Possibilitar estudos científicos visando o manejo da área.
- Promover a recuperação de áreas alteradas pela atividade humana.
- Recuperar e conservar a diversidade ecológica do Parque, suas potencialidades e recursos genéticos.
- Conservar áreas de belezas cênicas naturais representativas da Serra da Mantiqueira.
- Recuperar, conservar e proteger a área de altiplano do Itatiaia.

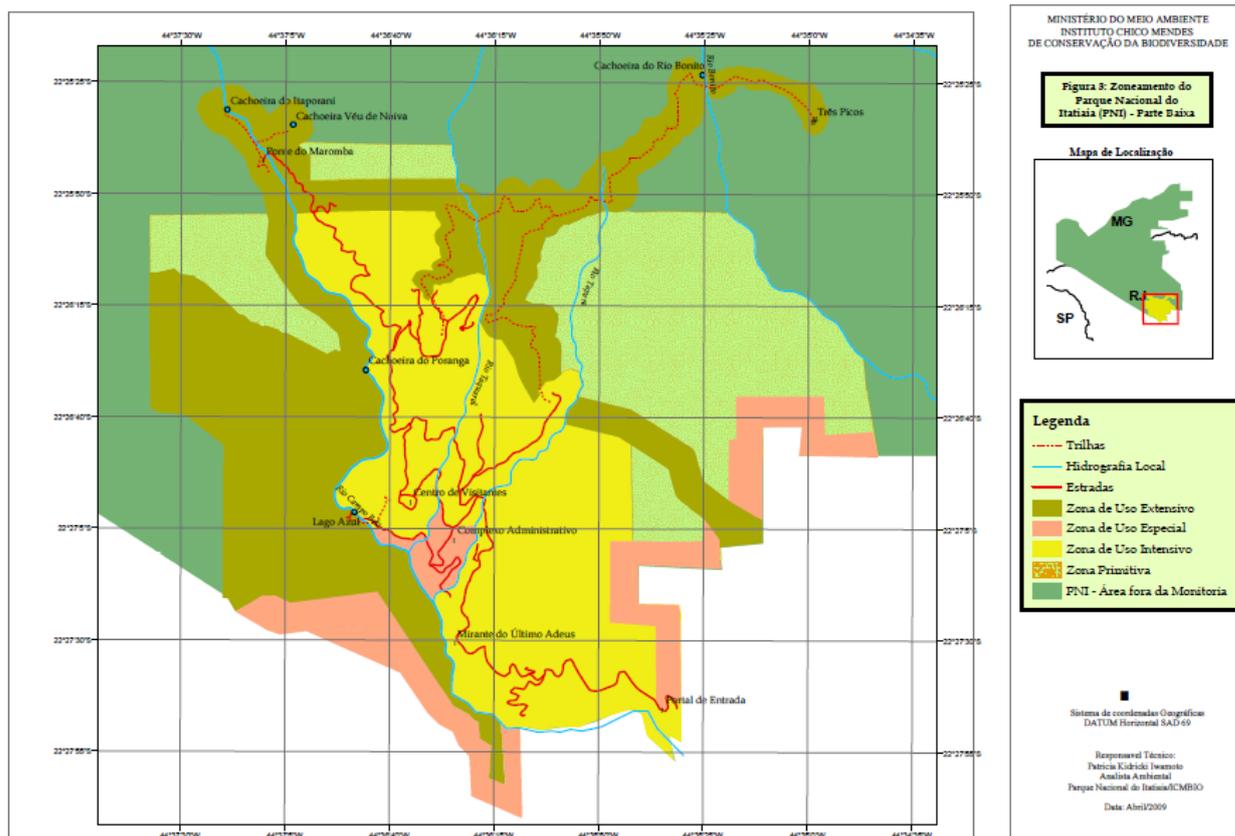
- Proporcionar ao visitante a educação ambiental e interpretação dos diversos ambientes encontrados nas áreas, tais como: campos de altitude, rios de montanhas, florestas de encostas e vales.
- Possibilitar atividades de uso público diretamente ligadas aos recursos da área e compatíveis com os demais objetivos (BRASIL, (1992, p. 82).

Quando a divisão do parque nacional é feita em zonas, é possível alocar os programas de manejo para áreas definidas. A ordenação das zonas é realizada diante das características naturais e de seu potencial para certos objetivos de manejo, principalmente em área composta por ecossistemas frágeis e de espécies ameaçadas (BRASIL, 1992). Dessa forma, o zoneamento do PNI, pelo plano de manejo (1992) e pelo Plano de Ação Emergencial (1994), constitui-se em sete zonas: Zona Intangível, Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo, Zona de Recuperação, Zona de Uso Especial e Zona de Uso Conflitante.

No último documento desenvolvido pelo ICMBio, o “Plano de Monitoria e Avaliação da Parte Baixa”, publicado em abril de 2009, foram definidas quatro zonas: Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Especial, Zona de Uso Intensivo e Zona Primitiva (figura 11), cujos objetivos são descritos a seguir:

- *Zona de Uso Especial:*
  - Propiciar à UC infraestrutura para as atividades administrativas, de pesquisa, de proteção e operacionalização do parque.
  - Garantir a integridade dos limites da parte baixa do PNI em suas porções sudeste e sudoeste.

**Figura 11 - Delimitação das Zonas da parte baixa do PNI**



Fonte: ICMbio (2009).

- *Zona de Uso Extensivo:*
  - Propiciar atividades de visitação (conscientização ambiental, interpretação e recreação), oferecendo infraestrutura e facilidades.
  - Diversificar as atividades de visitação, ofertando modalidades aquáticas no rio Campo Belo, observação de copa, entre outras.
  - Ordenar a visitação em trilhas que já se encontram em uso e que apresentam sinais de impacto negativo, além de prover a sua conservação com medidas necessárias para garantir a qualidade ambiental da área.
  - Permitir a visitação nas áreas de cachoeiras com a infraestrutura necessária de controle e apoio.
  - Propiciar atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental.

- *Zona Primitiva:*
  - Preservar manchas bem conservadas de Florestas Ombrófilas Densa, vegetação predominante na parte baixa do PNI.
  - Permitir pesquisas científicas e monitoramento ambiental, ambos de baixo impacto, em ambiente pouco alterado.
  - Proteger trechos do rio Tapema.
  - Proteger espécies ameaçadas como, por exemplo, o Muriqui do Sul.
  - Servir como banco genético para as demais Zonas.
  
- *Zona de Uso Intensivo*
  - Propiciar controle e acesso de visitantes e demais usuários às áreas de visitação da parte baixa do Parque.
  - Disponibilizar para os visitantes infraestrutura e serviços adequados para proporcionar as atividades de contemplação, hospedagem e lazer em ambiente preservado.
  - Disponibilizar para os visitantes informações sobre o Parque, bem como sobre outros assuntos relacionados à conservação ambiental, nas áreas de visitação e no centro de visitantes.
  - Promover a visitação por meio de caminhadas, banhos, natação, passeios de barcos, bicicletas, veículos automotores, entre outros.
  - Ordenar o acesso dos visitantes nas principais áreas de visitação do Parque.
  - Propiciar condições para atividades esportivas e recreativas em contato com a natureza.
  - Propiciar meios para o funcionamento de instituições de ensino e pesquisa universitários relativos à biodiversidade do SNUC e desenvolvimento de uma gastronomia experimental advinda de produtos e subprodutos da biodiversidade brasileira, bem como contribuir com a formação de profissionais da área ambiental.
  - Promover, de forma racional, o aproveitamento de edificações existentes.

Dentre essas zonas, os meios de hospedagem pesquisados estão localizados na “Zona de Uso Intensivo”, que, de acordo com o documento, é a área apropriada para desenvolver qualquer serviço de uso público, como a hospedagem do visitante. Entretanto, de acordo com a lei do SNUC (2000), não é permitida a moradia de pessoas dentro de parques nacionais, sendo por lei instituída a desapropriação das propriedades particulares, o que não ocorreu.

Não é objetivo dessa pesquisa é discutir a regularização fundiária do parque e dos hotéis localizados dentro do mesmo, apenas entender que esse processo pode influenciar a sustentabilidade do PNI, o que poderá ser objeto de investigação futura. Face ao exposto e mediante esta última consideração, passa-se para a descrição e análise das atividades dos meios de hospedagem no PNI e sua relação com a sustentabilidade do turismo nessa área.

### **3.3 Meios de hospedagem e a prática da sustentabilidade**

#### **3.3.1 Caracterização dos gestores**

Na parte baixa do PNI encontra-se o maior número de meios de hospedagem localizados no interior do parque: são 5 dos 7 existentes . Esse fato remete, como já citado anteriormente, à colonização dos imigrantes, estabelecidos na porção de terra da parte baixa que, sem sucesso com a agricultura, direcionaram suas atividades às hospedarias, evoluindo suas estruturas até os meios de hospedagem atuais. Para não citar os nomes dos meios de hospedagem pesquisados, optou-se por codificá-los com nomes de flores a fim de não prejudicar a integridade da pesquisa. Assim, os meios de hospedagem são denominados Tulipa, Rosa, Begônia, Girassol e Cravo.

A entrevista junto aos sujeitos de pesquisa foi aplicada a 4 gestores dos meios de hospedagem *Tulipa, Rosa, Begônia e Girassol* e a uma funcionária administrativa do meio de hospedagem *Cravo*. Em relação a esta funcionária, ressalta-se que ela está no empreendimento há mais tempo do que o próprio gerente geral, já que esse meio de hospedagem foi arrendado por um investidor da capital paulista que quase nunca se encontra presente .

Dos entrevistados, 3 são proprietários (Tulipa, Rosa e Begônia), 1 possui cargo administrativo (Cravo) e 1, cargo de gerente (Girassol), sendo este último filho do proprietário. Com relação ao grau de escolaridade, 3 sujeitos possuem apenas o 2º grau completo (Girassol, Begônia e Cravo), 1 tem curso superior em museologia (Rosa) e 1 é bacharel em turismo com especialização em administração estratégica (Tulipa). Quanto ao tempo em que atuam nos meios de hospedagem do PNI, nota-se que 1 hotel (Rosa) está instalado desde antes da data de instituição do parque (1931), com a vinda de imigrantes alemão e italianos, como já citado anteriormente, 2 foram instalados na década de 1970 (Begônia em 1976 e Girassol em 1979) e 2, na década de 2000 (Tulipa em 2000 e Cravo em 2009).

Dentre os meios de hospedagem que se estabeleceram na década de 1970 (2), o proprietário do Begônia já tinha a posse das terras antes da instituição do parque, sendo que o “sítio” era a casa de campo da família que residia na cidade do Rio de Janeiro; com o passar do tempo, viu a oportunidade de explorar a hotelaria para uma renda financeira extra. O Girassol é propriedade de um morador da região há mais de 40 anos, o qual foi funcionário dos primeiros meios de hospedagem do parque e, com o tempo, comprou uma propriedade e construiu o empreendimento. Já os meios de hospedagem que foram adquiridos por arrendamento de antigos proprietários na década de 2000 (Cravo e Tulipa) mostram a presença de investidores locais que administram esses negócios para renda própria.

Inquiriu-se aos entrevistados se eram moradores do parque antes da abertura do empreendimento. As respostas indicam que apenas 2 deles já residiam dentro do parque antes dos meios de hospedagem onde trabalham serem abertos (Rosa e Girassol); um deles, que atua no Rosa, é a quinta geração da família de descendentes de alemães na região, e o outro, que atua no Girassol, é um investidor que foi funcionário de um dos meios de hospedagem do PNI e acabou construindo seu próprio empreendimento na região. Dos 3 que não eram moradores antes de trabalharem nos empreendimentos, 1 é proprietário do Begônia, cuja propriedade era anteriormente casa de campo da família que residia no Rio de Janeiro, e os demais, representantes do Cravo e do Tulipa, são apenas investidores na região.

### **3.3.2 Caracterização dos meios de hospedagem**

Quanto à capacidade de hospedagem dos empreendimentos pesquisados, esta varia de 62 a 19 unidades habitacionais (UH)<sup>18</sup> e de 92 a 29 leitos<sup>19</sup>. O Cravo apresenta maior capacidade, com 62 UHs e 92 leitos, sendo alguns adaptados para receber deficientes físicos, ao qual se seguem os seguintes: o Rosa tem o total de 65 leitos, todos adaptados para receber deficientes físicos; o Begônia possui 45 leitos, e não tem estrutura para deficientes físicos em suas UHs; o Tulipa apresenta 40 leitos e também não possui UHs adaptadas a deficientes físicos; e o Girassol possui 25 leitos, sendo que nenhum é adaptado para deficientes físicos. Assim, tem-se um total de 135 UHs e 271 leitos nos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI (tabela 1).

---

<sup>18</sup> Unidade Habitacional são os quartos de um empreendimento de hospedagem.

<sup>19</sup> Leitos refere-se ao número de camas que possui um empreendimento hoteleiro, proporcionando uma estimativa de número de visitantes.

Analisando os meios de hospedagem face à classificação do Ministério do Turismo, verificou-se 2 pousadas (Tulipa e Begônia) que apresentam maior quantidade de UHs e 3 hotéis de lazer (Rosa, Girassol e Cravo) que possuem maior quantidade de UHs. Outro aspecto considerado foram os preços das diárias (tabela 2), as quais variam de R\$ 170,00 a R\$ 540,00 na alta temporada e de R\$ 150,00 a R\$ 470,00 na baixa temporada - portanto, com pequena variação entre ambas. Como era esperado, as pousadas (Tulipa e Begônia) oferecem preços mais baixos, entre R\$170,00 a R\$ 200,00, do que os hotéis de lazer (Cravo, Rosa e Girassol), que cobram de R\$ 250,00 a R\$ 540,00 a diária.

**Tabela 1** - Unidades habitacionais e leitos dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009

| <i>Meio de Hospedagem</i> | <i>UHs (n°)</i> | <i>Leitos (n°)</i> |
|---------------------------|-----------------|--------------------|
| <i>Begônia</i>            | 13              | 45                 |
| <i>Cravo</i>              | 62              | 92                 |
| <i>Girassol</i>           | 25              | 29                 |
| <i>Rosa</i>               | 25              | 65                 |
| <i>Tulipa</i>             | 10              | 40                 |
| <b>Total</b>              | <b>135</b>      | <b>271</b>         |

**Tabela 2** - Preços de diárias dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009

| <i>Meio de Hospedagem</i> | <i>Diária na alta estação (R\$)</i> | <i>Diária na baixa estação (R\$)</i> |
|---------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| <i>Begônia</i>            | 180,00 a 210,00                     | “O preço abaixa um pouco”            |
| <i>Cravo</i>              | 250,00 a 300,00                     | “Não ocorre muita variação”          |
| <i>Girassol</i>           | 380,00 a 540,00                     | 290,00 a 470,00                      |
| <i>Rosa</i>               | 290,00 a 420,00                     | 290,00 a 420,00                      |
| <i>Tulipa</i>             | 170,00 a 200,00                     | 150,00 a 171,00                      |

**Quadro 11** - Alta e baixa estações nos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009

| <i>Meio de Hospedagem</i> | <i>Alta estação</i>                 | <i>Baixa estação</i>                              |
|---------------------------|-------------------------------------|---|
| <i>Begônia</i>            | Jan./Jun./Jul./Ago./ Feriados       | “Dia de semana não sendo alta temporada”          |
| <i>Cravo</i>              | Jan./Fev./Jul./Ago./Férias          | Mar./Abr./Jun./Set./Out.                          |
| <i>Girassol</i>           | Jan./Jul./Feriados/Finais de semana | “Dias de semana fora dos meses de Alta Temporada” |
| <i>Rosa</i>               | Jan./Jul./Feriados                  | “Todos os outros, excetuando feriados”            |
| <i>Tulipa</i>             | Dez./Jan./Fev./Jul.                 | Abr./Ago./Set./Out.                               |

Com relação aos serviços oferecidos nos meios de hospedagem, estes se referem a: hospedagem, alimentação, guiagem, disponibilização de mapas, folhetos e guias, e observação de pássaros. Todos oferecem serviços de hospedagem e alimentação, sendo que nas pousadas (Begônia, Rosa e Girassol) é pago o valor da diária apenas com café da manhã, 3 meios de hospedagem oferecem a atividade de observação de pássaros e serviços de guia mediante contratação, o que significa serviços de guia nem sempre cadastrados no projeto de condutores do parque. Em 4 meios de hospedagem há mapas, folhetos e guias impressos, cuja disponibilidade fica comprometida pela pouca quantidade cedida pela gestão do parque aos meios de hospedagem, segundo opinião de um dos entrevistados. Porém, segundo o gestor do parque entrevistado, esse fato ocorre porque “no momento, estamos sem patrocinadores e, por isso, sem verba para a confecção dos folhetos”.

### 3.4 Análise de parâmetros da sustentabilidade

#### 3.4.1 Parâmetros sociais e culturais

Dos parâmetros sociais considerados na pesquisa, a importância do sentido de pertencimento dos proprietários dos meios de hospedagem junto ao Parque é imprescindível ao desenvolvimento do processo de valorização local, contribuindo com a sua conservação. Busca-se assim a relação do sujeito da pesquisa com os quatro “Es”, colocados por Swarbrooke (2000): a *equidade*, “assegurando que todos que investem no turismo sejam tratados de forma justa”, a *equivalência de oportunidades*, “tanto para pessoas que trabalham para o turismo, quanto para o acesso do turista ao local”, a *ética*, “as empresas turísticas agindo de forma ética

com seus funcionários, fornecedores e turistas”, e a *equivalência de parceria*, “os turistas tratando os que o servem como parceiros iguais”.

Dos 5 meios de hospedagem analisados na pesquisa, 3 dos seus gestores não são nativos da cidade de Itatiaia, e destes, 2 estão na administração dos mesmos há menos de 2 anos (Tulipa e Cravo); 1 gestora se casou com o proprietário e há 50 anos (Begônia) se encontra no parque; 1 é nativo, nasceu em Rezende e mora na cidade desde que nasceu (Girassol); e 1 nasceu no Rio de Janeiro, mas veio para Itatiaia antes de completar dois meses de idade (Rosa).

Molina (1998) destaca que a determinação dos processos sociais no âmbito da sustentabilidade requer o desenvolvimento dos valores, conceitos e instrumentos locais, formando um paradigma emergente em relação ao tradicional e não apenas ao econômico. Nesse sentido, a importância da administração desses recursos turísticos por pessoas que estão no PNI antes mesmo de constituir-se em área protegida é um aspecto importante, tanto no tocante ao conhecimento e vivência do local quanto à valorização para a promoção da conservação do espaço. Como colocado por dois gestores dos meios de hospedagem:

[...] Nós somos descendentes de pioneiros daqui, o espírito da conservação está muito enraizado nas pessoas que moram aqui, não moramos em um lugar isolado como esse por nada, lugar que não tem movimento, moramos aqui porque gostamos muito e alguma coisa nos fala que isso aqui tem que ser preservado, tem que ser cuidado, é o que tentamos fazer, cuidamos da nossa parte, monitoramos os hospede, não permitindo nenhuma atividade que prejudique o meio ambiente [...]. (Gestor do Rosa)

[...] sabemos que temos o privilégio de estar aqui com os animais na porta da nossa casa... E é nossa fonte de trabalho e dinheiro que procuramos sempre... É por isso que nós temos um carinho muito grande por isso aqui, nos temos raiz aqui, muita gente acha que falamos isso por que temos negócio dentro do PNI, pelo contrário, eu me sinto bem aqui, criar meus filhos pertos dos animais, em um local seguro, temos carinho muito grande por isso aqui [...]. (Gestor do Girassol)

Nesse sentido, quando questionados quanto a sua relação com o parque, os gestores mostraram percepções diferentes, como o distanciamento com os gestores do parque desde o início, ou da não existência deste diálogo no momento, pois não sabem que foi instituído o ICMbio como nova instituição gestora, ou ainda a sua relação com o lugar e não com o parque.

Não fui recebida por ninguém do parque, apesar de ter arredando, ninguém veio aqui saber quem eu sou, ou o que eu estou fazendo aqui dentro, conheço apenas os proprietários, não sei quem é o diretor do parque, ele é de difícil acesso, mesmo que eu queira saber quem é, é complicado localizar. Ninguém me explicou as regras de entrada e saída [...] fico sabendo na hora em que sou interdita por algum motivo”. (Gestor do Tulipa)

Nós estamos em um momento muito difícil, por não ter diálogo que sempre tivemos com a diretoria atual, somente ficamos sabendo das coisas pelos jornais. (Gestor do Begônia)

A minha relação é muito anterior ao parque, não tenho relação com o parque, eu tenho relação com Itatiaia, pois estava aqui antes, eu preservei antes, eu plantei antes, eu não destruí antes. Por isso a minha relação é anterior ao parque, houve altos e baixos com a administração do parque, tinha administradores que eram muito amigo, tínhamos uma relação boa, teve outros que nem tanto, então a minha relação quem dita é a administração do parque, eu sigo a minha vida, faço o que eu tenho que fazer, preservo, a minha família esta aqui desde de 1928, com propriedade aqui. Quanto à relação com o parque, depende do diretor, depende da direção do parque, se colabora mais ou não, requisita mais ou não. (Gestor do Rosa)

Outro gestor relata a relação com a conservação e a importância de preservar para desenvolver a atividade do turismo:

[...] acho que temos o privilégio em estar em uma área particular dentro de um parque nacional, um parque que tem uma cadeia alimentar equilibrada, com vários tipos de animais. Quanto aos nossos objetivos, a ideia é de que toda a estrutura de floresta e o meio ambiente estejam sempre melhorando, assim sempre vamos sair ganhando com isso, por isso tudo que fazemos aqui realmente é voltado para beneficiar o meio ambiente, para não estragar, por que se não tiver o cuidado e estragar o meio, podemos chegar ao ponto de não ser mais atrativo ao turista [...]. A ideia é que o parque sempre tenha uma estrutura, e que esteja sempre melhorando. (Gestor do Girassol)

Questionados quanto a aspectos culturais de Itatiaia, como artesanato, manifestações culturais e atividades artísticas, entre outros, não foi identificada uma relação de valorização da cidade na visão dos gestores dos meios de hospedagem, ou alguma relação comercial com esse tipo de atividade: 2 meios de hospedagem (Cravo e Begônia) responderam que “não conhecem”, colocando apenas a referência de Penedo, que é um distrito de Itatiaia e um atrativo turístico consolidado; outros colocaram sua opinião da seguinte forma:

[...] gostaria de trabalhar com artesanato local, mas não acho nada em Itatiaia que seja diferente do Rio de Janeiro, parece que todo artesanato que é feito aqui é comprado lá, na verdade, então não tem nada local. (Gestor do Tulipa)

[...] na verdade, a cidade não tem nada na área cultural, apenas Penedo que é um bairro de Itatiaia, que tem a colônia holandesa. A cidade mesmo não vive do turismo, uma grande parte da população não conhece o parque nacional, tem pessoas da cidade que nunca vieram aqui (PNI), não sabem nem que existe, tem muita gente que não conhece Penedo, tem muita gente que não conhece Mauá, Maromba, atrativos da cidade. (Gestor do Girassol)

O meio de hospedagem Rosa coloca a referência cultural como a história do hotel, pelo motivo de estar no parque antes mesmo deste ser instituído como tal; hospedou pintores ilustres do Brasil, que retrataram o hotel e deixaram suas obras expostas nas suas paredes, preservando a história e memória local, como assim expressado:

[...] não tem artesanato, nós, na verdade, não temos muita coisa não, acho que, na verdade, culturais somente aqui no hotel, que foi o berço de vários artistas e tudo mais, mas a cidade em si não. Não comercializo as obras de artes, apenas estão

expostas como memória e história do hotel, por meio de fotografias antigas na parede da recepção do hotel [...]. (Gestor do Rosa)

Quanto à origem dos funcionários que compõem o quadro dos meios de hospedagem, em 4 deles (Rosa, Girassol, Tulipas e Begônia) todos os colaboradores são residentes da cidade de Itatiaia; apenas 1 (Cravo) possui funcionários das cidades da região (Rezende, Queluz) e de São Paulo. No total, os meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI empregam aproximadamente 74 colaboradores.

Quanto à escolaridade dos funcionários, verifica-se pelos dados da tabela 3 que, do total de 74 colaboradores, 43 possuem nível médio e 31, nível fundamental; não figuram colaboradores de nível superior ou técnico. Percebe-se, assim, que estes não possuem qualificação ou formação técnica ou superior, e ainda parece não haver interesse dos proprietários em estimular ou apoiar a capacitação profissional dos mesmos a fim de gerar mão de obra qualificada.

**Tabela 3** - Grau de escolaridade dos funcionários dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009

| <i>Meio de Hospedagem</i> | <i>Nível Superior</i> | <i>Nível Técnico</i> | <i>Nível Médio</i> | <i>Nível Fundamental</i> |
|---------------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|--------------------------|
| Tulipas                   | 0                     | 0                    | 3                  | 0                        |
| Begônia                   | 0                     | 0                    | 0                  | 6                        |
| Cravo                     | 0                     | 0                    | 20                 | 10                       |
| Rosa                      | 0                     | 0                    | 20                 | 0                        |
| Girassol                  | 0                     | 0                    | 10                 | 15                       |
| <b>Total</b>              | <b>0</b>              | <b>0</b>             | <b>43</b>          | <b>31</b>                |

Para a maioria dos gestores (Girassol, Cravo e Rosa), não há relação pessoal com o parque, como colocado pelo gestor do Tulipa: “[...] procuramos trabalhar de forma a conservar o parque, respeitar o limite do parque, respeitar os horários do parque, os funcionários trabalham em harmonia”. O gestor do Begônia enfatiza que: “[...] nós moramos aqui porque gostamos de estar sempre perto da natureza e passamos isso para nossos funcionários”.

Entende-se que, dentre os hotéis localizados na Parte Baixa do PNI, os que estão há muito tempo e vêm inclusive vivenciando todo o processo de formação e formatação das

diretrizes e leis para instituição da área protegida produzem uma relação com o PNI diferenciada daqueles que estão há menos tempo e não conhecem a história do de formação do PNI ou as ações em prol do meio ambiente. Ressalta-se aqui a necessidade de se diagnosticar as características de cada população tradicional ou não tradicional vivente em uma área protegida a fim de contribuir com o desenvolvimento social local e, principalmente, com a valorização da cultura.

### 3.4.2 Parâmetros políticos

Com relação aos parâmetros de sustentabilidade política do turismo em áreas protegidas, utilizou-se a avaliação de Sachs (1993) como uma forma de articulação do Estado com outros atores sociais para o desenvolvimento de qualquer projeto com um nível razoável de coesão com as políticas nacionais, mas considerando que “há obstáculos para serem ultrapassados, pois a natureza é definida por uma ordem política e institucional que gerencia a prática” (SACHS, 1993). Com essa proposta avaliamos, na Parte Baixa do PNI, as relações legais e institucionais entre os meios de hospedagem e a organização federal que gerencia o PNI.

Buscou-se saber o instrumento legal que normatiza os empreendimentos hoteleiros no parque. Os resultados demonstram que, dos 5 meios de hospedagem pesquisados, em 3 deles (Begônia, Rosa e Girassol) seus gestores entendem que “não são formalizados e sua empresa é privada, registrada no cartório, executando o pagamento do IPTU<sup>20</sup> (Imposto Predial e Territorial Urbano) normalmente para prefeitura da cidade”. Os outros 2 gestores (Tulipa e Cravo) informaram que fizeram um arrendamento com antigos proprietários do imóvel.

De acordo com o atual Diretor do PNI, “todos os meios de hospedagem atuantes na Parte Baixa do PNI [...] não estão formalizados”. A legislação pertinente no Brasil, o SNUC, como forma de estabelecer critérios para proteção dos principais ecossistemas do país, estabelece a não permanência de populações tradicionais e não tradicionais em unidades de conservação, conforme já descrito. Os gestores do parque acreditam que a forma correta de normatização desses estabelecimentos em parques nacionais seriam as concessões<sup>21</sup> dos

---

<sup>20</sup> Tributo cobrado anualmente pelas prefeituras de todas as pessoas que têm a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis localizados nas cidades.

<sup>21</sup> Para o Ministério do Turismo (2005), concessão é uma autorização oficial para operar, seja na forma de arrendamento, licença, permissão ou acesso. As concessões são necessárias para acomodações; serviços de

serviços, mas, atualmente, os serviços oferecidos pelos meios de hospedagem não são formalizados. Como já mencionado, foi realizada uma proposta de monitoria e avaliação da Parte Baixa do PNI desenvolvida pelo ICMbio (2009) como um plano de gestão. Nesse documento, cita-se a proposta de concessão de 2 meios de hospedagem (Rosa e Girassol) e a desapropriação para novo uso dos outros 3 (Tulipa, Begônia e Cravo).

Quanto à manifestação dos meios de hospedagem em relação à proposta da gestão do PNI com o projeto de monitoria e avaliação, o gestor do Tulipa não citou qualquer fato a respeito, e o do Begônia retratou que “não sabe nada sobre o assunto, o que se sabe é o que vê e lê nos jornais”; o gestor do Cravo colocou que “tivemos um comunicado que teria reunião sobre essa desapropriação do parque, mas também não chegou a marcar data”; e o do Rosa citou o seguinte: [...] “o que eu sei é por reportagem, eu li o plano da monitoria, e tudo é “se” ou “na hipótese”, isso é uma hipótese, é um plano, não é uma execução, a hora que o ministro assinar a execução do plano, aí eu me pronuncio, aí eu vou pensar se é bom ou se não é, se vale a pena ou se não vale”.

Em relação à notificação, buscaram-se informações junto ao Diretor do PNI, que respondeu da seguinte forma: “Em breve teremos uma apresentação da monitoria ao nosso Conselho e a Associação dos Hotéis estará presente. Posteriormente, o grupo de impulsão da monitoria terá contato direto com os hoteleiros e proprietários”.

A participação dos meios de hospedagem no conselho consultivo demonstra que 3 deles (Begônia, Girassol e Rosa) são representados pelo representante oficial da Associação de Hotéis de Itatiaia, o qual geralmente é o gestor do Rosa. O gestor do Tulipa respondeu que “ainda não participa, mas pretende” e o do Cravo disse que “quando tem uma reunião mais formal, é o empresário que vive em São Paulo e arrendou o hotel quem vem”.

Passando à legislação pertinente para prestação de serviço em parques nacionais, 3 gestores (Girassol, Tulipa e Begônia) não conhecem a legislação pertinente, 1 (Cravo) não soube responder e 1 (Rosa) conhece e aponta o SNUC como um documento que é discutido constantemente no conselho consultivo do Parque. Com isso, percebe-se que falta uma participação mais atuante dos gestores dos meios de hospedagem junto ao conselho consultivo

---

transporte por água, ar ou terra; atividades comerciais de ensino ou capacitação; guias (incluindo pesca, caça, caminhadas, excursões de escalada/esqui, caiaquismo/canoagem); estações de esqui; atrações como bungee jumping; e serviços como comércio, salões de chá, restaurantes, estacionamentos, ou serviços de locação, e também para pastoreio, telecomunicações, filmagens. Diferentes formas de autorização são exigidas para atividades turísticas, dependendo de seu grau de exploração (Ministério do Turismo, 2005, p. 67).

do parque, para maior conhecimento das leis e diretrizes que regulamentam seus empreendimentos dentro de áreas protegidas e, ainda, para discussões de desenvolvimento de atividades sustentáveis para o uso público, tanto em relação às ações dos empreendimentos quanto em relação a se fiscalizar as ações da gestão do parque.

As parcerias entre os meios de hospedagem e a gestão do parque são destacadas da seguinte forma: para os gestores do Tulipa, do Begônia e do Cravo elas não existem; o do Rosa coloca que “não há apoio formal, nós sempre colaboramos, mas não tem nenhum contrato escrito, nós sempre procuramos colaborar com as diretrizes e com as normas, mas convênios escritos nunca ouve”; o do Girassol entende que [...] “sempre teve uma parceria com o parque em relação à manutenção das estradas e das trilhas”. O gestor do Cravo ilustra essa parceria na ocasião em que vários incêndios ocorreram na parte alta do parque, quando a própria piscina do hotel serviu como base de apoio para a brigada de incêndio, e completa dizendo que “[...] sempre ocorreu essa parceria e ainda há em alguns aspectos essa parceria”.

Há uma informalidade no desenvolvimento dos serviços turísticos pelos hotéis da Parte Baixa do PNI e uma insatisfação da gestão do PNI, pois diante das leis e diretrizes estabelecidas pelo SNUC (2000), não é permitida a permanência de habitantes locais, principalmente utilizando estruturas do parque para fins econômicos. Assim, há uma desarmonia na convivência desses empreendimentos com a gestão do parque, o que parece não resultar em práticas sustentáveis que contribuam com a conservação dos recursos naturais como ponto de convergência entre os envolvidos nesse espaço.

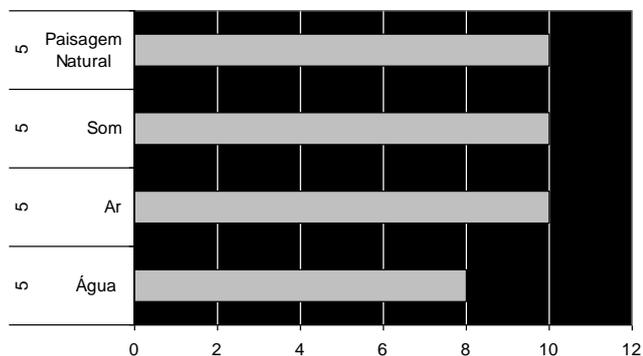
### **3.4.3 Parâmetros ecológicos**

As questões sobre a qualidade ecológica são destacadas por Murphy (2001) quanto à sustentabilidade do ambiente físico e humano, com foco na qualidade dos elementos naturais como água, ar, som e paisagem, e nos elementos humanos como o gerenciamento dos resíduos sólidos e líquidos gerados pelos empreendimentos turísticos, no caso, os hoteleiros no interior do PNI.

Observou-se como os gestores avaliam a qualidade dos elementos naturais do PNI - resultados que são apresentados na figura 13. Um ponto a ser notado é o alto grau atribuído à qualidade desses elementos: 3 gestores avaliaram todos os elementos com 10 pontos (qualidade ótima); apenas 1 pontuou a água com nota 9,0 (Cravo) e outro com 5,0 (Tulipa), porque não

sabem a sua procedência. Assim, todos os critérios estabelecidos para análise tiveram nota 10, exceto a água, que ficou com a média aproximada de 8,8.

**Figura 12** - Avaliação da qualidade dos elementos naturais dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.



Um ponto de destaque foi a avaliação quanto às contribuições dos meios de hospedagem para a qualidade dos elementos naturais, nas quais os gestores citaram ações para manter a qualidade paisagística do local, tais como:

[...] tentamos orientar os hóspedes e funcionários locais a atentar o máximo que puder para não destruir a natureza, conservar o meio ambiente. (Gestor do Tulipa)

[...] contribuímos com tudo, pois faz parte do funcionamento daqui, é importante nossa contribuição e de todos os moradores daqui. (Gestor do Begônia)

[...] acho que, a respeito da água, estamos sempre economizando, nós não pagamos a água, mas não é por isso que não vamos economizar, sempre orientamos ao hóspede e crianças para jogar o lixo no lixo, para preservar, não alimentando os animais, apenas observando. Quanto ao som, não temos muito barulho, não temos festas. (Gestor do Cravo)

[...] contribuímos no momento em que preservamos, que não poluímos a água, no momento em que não colocamos som estranho aqui, então a colaboração é total. Não podemos destruir algo que nós plantamos. Esse lugar era campo, essas florestas foram plantadas pela minha família ou deixadas crescer, têm apenas 60 anos. (Gestor do Rosa)

[...] nós temos todo cuidado, por exemplo, em relação à água, na entrada da nossa caixa d'água nós temos filtros, em relação à equipamento de esgoto, nós temos todo sistema aprovado pelo FEEMA<sup>22</sup>, nós procuramos evitar o barulho, porque realmente as pessoas procuram vir para cá para descansar, ficamos preocupados com o nível de ruídos que não fazem parte do ciclo aqui dos animais. (Gestor do Girassol)

Ampliando a discussão com os gestores dos meios de hospedagem, questionou-se sobre as responsabilidades quanto à manutenção da qualidade dos elementos naturais no PNI. Pelas

<sup>22</sup> Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, órgão responsável em Itatiaia pela fiscalização.

respostas, verificou-se que os gestores dos meios de hospedagem Tulipa e Begônia citaram que certamente têm “interesse em preservar a água” ou “interesse em preservar o ambiente”, ao passo que o gestor do Girassol ressaltou a responsabilidade: “nós sempre procuramos ter essa responsabilidade”. Já o gestor do Cravo enfatiza essa questão em relação aos hóspedes: “acredito que sim, pelo menos dentro do hotel, e da área que estamos, temos que preservar, cuidar, desde a estrada, pois os hóspedes reclamam muito das estradas”. De outro lado, o gestor do Rosa desenvolve um discurso voltado aos seus sentidos de pertencimento com o local: “claro, isso aqui é o que cresceu com nós, somos partes do que cresceu do parque, nós temos a responsabilidade de preservar aquilo que nós construímos”.

A investigação aponta um discurso dos gestores dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI como empresários preocupados com o meio ambiente e os recursos com os quais desenvolvem suas atividades. Entretanto, para avaliar melhor o nível de contribuição dentro dos parâmetros ecológicos sustentáveis do turismo propostos nessa pesquisa, questionaram-se as ações pontuais de desenvolvimento no cotidiano desses empreendimentos no PNI.

Dentre os parâmetros analisados, quanto à coleta e consumo da água, buscou-se informações da captação da água de cada meio de hospedagem pesquisado, demonstrando que 3 dos gestores (Tulipa, Begônia, Cravo) não souberam responder e outros dois afirmaram que:

[...] a água vem de um terreno particular aqui em cima (localizado dentro do parque), ela vem por tubulação e cai em uma caixa d'água, é decantada e consumida”. (Gestor do Rosa)

[...] a nossa captação de água, não só a nossa, mas a de outros hotéis e alguns moradores, vem de uma cachoeira em cima do véu de noiva, na chegada dela temos um filtro, querendo ou não ela vem com alguma impureza, aí ela passa por uma filtragem e cai na caixa e é distribuída por tubulação. (Gestor do Girassol)

Especificamente no que se refere ao plano de avaliação e monitoria, é colocada a preocupação em desenvolver um projeto de monitoramento da qualidade da água na Parte Baixa da bacia Campo Belo, que abastece os empreendimentos dentro do PNI e a cidade de Itatiaia. Esse programa também propõe a avaliação da captação de água pela empresa terceirizada pela prefeitura local para a cidade, a fim de avaliar, em um futuro próximo, a regularização dessa captação dentro do PNI, desenvolvendo leis e técnicas de captação da água das nascentes do Parque para abastecer a cidade de Itatiaia.

Na análise da captação da energia elétrica pelos empreendimentos pesquisados, observou-se que 3 meios de hospedagem (Tulipa, Begônia e Rosa) possuem energia elétrica pública, com o respectivo pagamento mensal, e 2 meios de hospedagem (Cravo e Girassol), de

maior porte, possuem mini-hidrelétricas para abastecimento da energia, localizadas nos rios. Isto foi confirmado pelo prefeito da cidade de Itatiaia: “desde a década de 80 o parque teve a autorização para puxar a energia para os hotéis, apenas 2 hotéis tem mini usinas de energia no rio”.

Outro parâmetro ecológico avaliado foi a coleta de lixo, que é feita por um caminhão da prefeitura, por prestadoras de serviço terceirizado, duas vezes na semana. O caminhão entra no interior do parque e coleta o lixo depositado nas lixeiras particulares de cada empreendimento. Segundo o gestor do parque, a preocupação com a conservação do ambiente com as práticas de coleta de lixo é grande, pois esses caminhões de lixo contaminados transitam livremente dois dias da semana pelo parque. Ele enfatizou ainda sua preocupação em desenvolver projetos e ações que modifiquem esse sistema de coleta de lixo pela prefeitura local. Já o prefeito da cidade determinou o início de estudo de um projeto para organizar catadores para coleta seletiva do lixo.

A coleta seletiva do lixo realizada pelos meios de hospedagem mostra que 4 empreendimentos (Tulipa, Cravo, Rosa, Girassol) desenvolvem a coleta de lixo seletiva; 1 empreendimento (Begônia) não a desenvolve porque não tem conhecimento de onde levar o lixo para esse fim, mas enfatiza também que garrafas e latas são separadas, porém o destino é o caminhão de coleta de lixo da prefeitura.

Verificou-se o destino do lixo da coleta seletiva dos meios de hospedagem, discriminando o tipo de material e o respectivo destino, conforme apresentado no quadro 12.

**Quadro 12** - Destino da coleta seletiva de lixo realizada pelos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009

| <i>Meio de Hospedagem</i> | <i>Tipo de material de coleta</i> | <i>Destino do material de coleta</i>  |
|---------------------------|-----------------------------------|---|
| <i>Tulipa</i>             | Latas                             | Colaboradores levam os materiais  |
| <i>Begônia</i>            | Latas e garrafas                  | Caminhão da prefeitura coleta o lixo semanalmente   |
| <i>Cravo</i>              | Vidros, garrafas e papéis         | Caminhão da prefeitura coleta o lixo semanalmente   |
| <i>Rosa</i>               | Papéis, vidros, garrafas e latas  | Pista Leve, empresa de reciclagem de Rezende (RJ), recebe os materiais  |
| <i>Girassol</i>           | Restos de comida e plásticos      | Restos de comida são levados por um agricultor para alimentação de animais<br>Plásticos são coletados pelo caminhão da prefeitura |

Entende-se que a coleta seletiva coopera com o meio ambiente, reduzindo a extração de matéria-prima virgem e economizando energia. Cabe pensar que a reciclagem de materiais proveniente de coleta e segregação reduz a quantidade de resíduos a ser aterrada, aumentando a vida útil dos aterros sanitários e o custo das operações, e evita também a contaminação do solo e da água, minimizando prejuízos ambientais, sociais e econômicos, não apenas no interior da área protegida como em seu entorno e na cidade que abastece seu sistema de coleta de resíduo.

Outro ponto analisado relaciona-se aos procedimentos diferenciados que deveriam acontecer quanto ao material gerado pelas áreas de cozinha e de lavanderia dos meios de hospedagem. A pesquisa levantou que não há procedimentos para o gerenciamento de práticas sustentáveis, mas há procedimentos isolados adotados por cada empreendimento.

O quadro 13 mostra os procedimentos adotados por cada meio de hospedagem, verificando-se que, com relação aos serviços de lavanderia, a maioria dos empreendimentos não provoca impactos significativos ao meio ambiente, pois 3 deles terceirizam esses serviços (Tulipa, Begônia e Rosa) e 1 possui filtro de tratamento (Girassol). Entretanto, há um impacto relevante a ser considerado pelo meio de hospedagem Cravo, pois neste empreendimento os resíduos são jogados diretamente no esgoto.

Ainda pelos dados do quadro 13, em relação aos procedimentos com os resíduos das atividades da área de cozinha dos meios de hospedagem, 2 deles (Tulipa e Begônia) separam e/ou jogam os resíduos no lixo e um deles alimenta com frutas e verduras os animais. Os demais adotam alguns procedimentos, como a reutilização do resíduo para confecção de sabão (Cravo), o uso de filtro de tratamento fiscalizado (Girassol) e o uso de caixa de gordura com filtros e respectiva aspiração da mesma periodicamente (Rosa). Considera-se este último procedimento o mais “sofisticado” dentre todos os citados.

Causou surpresa não se encontrar outros procedimentos, como os citados pela WWF-Brasil (2003) para o desenvolvendo de práticas de gerenciamento dos resíduos dos meios de hospedagem, a fim de:

- Proteger a qualidade dos recursos hídricos, planejando os sistemas de abastecimento e de tratamento e lançamento adequado de efluentes líquidos;
- Possuir tratamento de resíduos sólidos (coleta seletiva, reciclagem, disposição adequada, produção de composto orgânico etc.).

**Quadro 13** - Análise dos impactos dos resíduos de cozinha e lavanderia dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009

| <i>Meios de Hospedagem</i> | <i>Procedimentos com os resíduos da cozinha</i>   | <i>Procedimentos com os resíduos da lavanderia</i> |
|----------------------------|---|--|
| <i>Tulipa</i>              | Separados e jogados no lixo<br>Frutas dadas aos animais   | Serviço terceirizado                               |
| <i>Begônia</i>             | Jogados diretamente no esgoto e lixo  | Serviço terceirizado                               |
| <i>Cravo</i>               | Óleo da cozinha é reutilizado para fazer sabão  | Jogados diretamente no esgoto.                     |
| <i>Rosa</i>                | Caixa de gordura aperfeiçoada com filtros. De 1 a 2 vezes por semana, uma empresa contratada pelo meio de hospedagem aspira a gordura e leva embora | Terceirizada                                       |
| <i>Girassol</i>            | Filtro para tratamento, fiscalizado pelo FEEMA  | Filtro de tratamento fiscalizado pelo FEEMA        |

Para o diretor do PNI, todos os procedimentos relacionados aos parâmetros de sustentabilidade analisados nesta pesquisa estão sendo tratados pelo programa de monitoria, que visa o desenvolvimento de ações como:

- Implementar contêineres para depósito de resíduos sólidos gerados dentro do parque, na entrada do portão principal;
- Rever sistema de saneamento básico das instalações do PNI e substituí-lo por procedimentos ecologicamente corretos;
- Elaborar e implantar projeto de transporte único no PNI;
- Viabilizar o monitoramento da qualidade das águas da Parte Baixa do Rio Campo Belo, que abastece o PNI.

O projeto de monitoria e avaliação da Parte Baixa do PNI tem uma estimativa de 30 a 50 anos para ser colocado em prática, segundo o gestor do PNI, o que sugere a adoção de práticas emergenciais por parte dos empreendimentos turísticos. Isso significa que os meios de hospedagem devem reestruturar sua postura frente ao meio ambiente natural e rever suas ações que provocam impactos ambientais - alguns deles, talvez, irreversíveis. Cabe aos seus gestores a conscientização acerca de suas responsabilidades ambientais para que possam, junto aos gestores públicos do PNI, planejar, implantar e desenvolver ações estratégicas que beneficiem o meio natural.

#### 3.4.4 Parâmetros ambientais

Ao focar os parâmetros ambientais e espaciais, desenvolveu-se uma análise dos procedimentos adotados pelos meios de hospedagem, avaliando seu desenvolvimento econômico junto a critérios de respeito e cuidado de autodepuração dos ecossistemas naturais levantados por Sachs (1993). Nesse contexto, delimitaram-se alguns parâmetros de análise como: a identificação das áreas de zoneamento em que estão os meios de hospedagem, as suas atividades, a adequação das construções arquitetônicas perante o meio ambiente em que se instalam e a preocupação dos gestores com o comportamento ou ações dos hóspedes e/ou visitantes.

A oferta de serviços recreativos pelos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI poderia ser desenvolvida em conjunto com a gestão do PNI e adequar-se à conservação e gestão sustentável, respeitando as restrições estabelecidas por leis e normas vigentes.

Entretanto, os resultados da pesquisa mostram que todos os 5 meios de hospedagem estudados não possuem parcerias com a gestão do PNI no desenvolvimento de serviços recreativos. Alguns (Begônia, Rosa e Girassol), no entanto, se preocupam em indicar condutores cadastrados pelo parque quando seus hóspedes têm interesse em fazer caminhadas nas trilhas da Parte Alta ou Planalto do parque, nas quais há probabilidade dos turistas se perderem face às características singulares da paisagem, formadas de grandes blocos rochosos arredondados e fraturados que saem da Serra da Mantiqueira, além de penhascos e picos pontiagudos e sulcados.

Como já citado, os meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI estão localizados na zona intangível, área apropriada para desenvolver qualquer serviço oferecido para os visitantes. Assim, buscou-se levantar o conhecimento dos gestores desses empreendimentos quanto ao zoneamento do parque, cujos resultados foram os seguintes: 4 gestores não conhecem o termo e nem qual a zona delimitada em que estão seus empreendimentos; apenas 1 gestor (do Rosa) demonstrou algum conhecimento, embora tenha comentado apenas sobre estrada e atrativos interditados pela Gestão do PNI, mas não sobre o zoneamento propriamente dito:

[...] mais ou menos, está mudando toda hora, tem uma estrada que foi interditada que caiu uma barreira e continua interditada, tem uma cachoeira que foi interditada há três anos e não se toma nenhuma providencia para voltar a visitação.

A ausência de comunicação entre os gestores dos meios de hospedagem (empreendimentos privados) e os gestores públicos (ICMbio) da área fica clara ao se perceber a

não participação dos gestores dos meios de hospedagem no conselho consultivo e o desinteresse desse em discutir o zoneamento do parque em suas seções. Acredita-se que, enquanto todos os procedimentos deferidos por lei não sejam executáveis na prática, os gestores dos empreendimentos localizados dentro do PNI deveriam participar de oficinas ou seminários para que entendam as questões do zoneamento e monitoramento do parque, e que procedimentos deveriam ser adotados ou ampliados no âmbito dos seus empreendimentos de acordo com as restrições pertinentes.

Todos os gestores entrevistados foram unânimes em afirmar que indicam aos seus hóspedes a possibilidade apenas de atividades em áreas abertas pela gestão do PNI para visitação, enfatizando a proibição de qualquer atividade nas áreas fechadas ao uso público turístico. Com relação aos atrativos indicados pelos colaboradores aos hóspedes que pedem sugestões de passeios, a maioria (Tulipa, Begônia, Rosa e Girassol) indica o Centro de Visitantes, e todos (inclusive o Cravo) indicam as cachoeiras da Parte Baixa do PNI, tidas, assim, como os principais atrativos. A educação ambiental não é uma prática usual: 2 gestores (do Cravo e do Rosa) citaram apenas conversas informais com os hóspedes sobre os cuidados com o meio natural por parte de guias e recreacionistas contratados para grupos maiores apenas na alta temporada pelo hotéis Cravo e Rosa.

Ao se tratar da “ambientação” da arquitetura do meio de hospedagem em relação ao ambiente natural, todos os gestores destacaram que a estrutura arquitetônica é “ambientada”. Os materiais de construção desses estabelecimentos variam do concreto (Tulipa e Cravo) à madeira (Begônia e Rosa) ou o misto de ambos (Girassol). O empreendimento mais antigo foi construído em 1931 (Tulipa), outro talvez na década de 1950 ou 1960 (Begônia), pois o gestor não soube precisar a data, e outro em 1979 (Girassol); 2 gestores não souberam precisar quando os empreendimentos foram construídos (Tulipa e Cravo), denotando falta de conhecimento sobre o próprio empreendimento que gerenciam. (Quadro 14)

As figuras 14 a 18 mostram aspectos da estrutura física dos meios de hospedagem pesquisados. Nota-se claramente o impacto visual das construções em concreto, em especial as dos meios de hospedagem Cravo e Tulipa, sendo o primeiro deles destacadamente o que causa maior impacto visual ambiental. Percebe-se que os cinco empreendimentos possuem características arquitetônicas diferenciadas, as quais poderiam ser mais adequadas sob o ponto de vista da sua integração com a paisagem, tanto em termos de *design* quanto em termos de materiais utilizados, mesmo aqueles que utilizam a madeira (Begônia, Rosa e Girassol).

**Quadro 14** - Estrutura física dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.

| <i>Meio de hospedagem</i> | <i>Material</i>     | <i>Construção</i>  |
|---------------------------|---------------------|--|
| <i>Tulipa</i>             | Concreto            | Não sabe   |
| <i>Begônia</i>            | Madeira             | 50 anos  |
| <i>Cravo</i>              | Concreto            | Não sabe   |
| <i>Rosa</i>               | Madeira             | Foi feita em 1931, não tinha estrada aqui, essa casa foi feita com material que veio de carro de boi |
| <i>Girassol</i>           | Madeira e Concreto. | Iniciou a construção da estrutura em 1979  |

**Figura 13** – Aspectos do meio de hospedagem “Tulipa”, localizado na Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.



Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.

**Figura 14** - Aspectos do meio de hospedagem “Begônia”, localizado na Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009



Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.

**Figura 15** - Aspectos do meio de hospedagem “Cravo”, localizado na Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009



Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.

**Figura 16** - Aspectos do meio de hospedagem “Rosa”, localizado na Parte Baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.



Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.

**Figura 17** - Aspectos do meio de hospedagem “Girassol”, localizado na Parte baixa do PNI – Rio de Janeiro, julho de 2009.



Foto: Rosemeire Calixto Massarutto, 2009.

Outro parâmetro analisado foi o tamanho da área construída em relação à área total do empreendimento. Considera-se que a maioria dos meios de hospedagem apresenta uma pequena área construída em comparação à área total (verde), sendo que apenas o meio de hospedagem Cravo apresenta uma área construída discutível em relação à sua área total, inclusive pelo número de UHs e outras estruturas que oferece. Entretanto, os 5 meios de hospedagem não forneceram o total da área da propriedade e a área construída, notificando assim apenas o observado e coletado pelas imagens expostas nessa pesquisa.

Buscou-se também informações sobre o plantio de árvores nativas, não nativas e frutíferas nas propriedades pesquisadas. Percebeu-se que os gestores que estão há menos tempo na região ou no empreendimento não desenvolvem essa prática: “ainda não” (Tulipa) e “em sua gestão não” (Cravo). Em contrapartida, os gestores mais antigos citam o plantio somente de espécies locais (Begônia) ou o plantio sem especificar as espécies (Girassol). Mas o destaque fica com a fala do gestor do meio de hospedagem Rosa, ao afirmar:

[...] meu pai plantou espécies de mata atlântica, pois isso que está assim aqui, cheio de vegetação, e a floresta é exuberante, meu pai plantou muita coisa, também árvores frutíferas e silvestres, o que chama muitos passarinhos, e meu padrinho (avô), que foi quem fundou aqui, e não tinha mata atlântica nenhuma, ele plantou pinheiros, e depois a mata atlântica cresceu em volta dos pinheiros e se adaptou.

Permite-se dizer que, diante de uma análise preliminar, identificamos que não basta apenas criar regras e estabelecer condutas diante de leis e diretrizes padronizadas para a gestão das Unidades de Conservação brasileiras. Entendemos ser necessário planejar, implementar e fiscalizar, acima de tudo, as especificações do lugar, além de tornar públicas as ações empreendidas no âmbito dos meios de hospedagem, no sentido de alavancar a responsabilidade ambiental destes. Uma ferramenta é a aproximação dos setores público e privado, participando do conselho consultivo com discussões sobre a gestão sustentável no PNI.

#### **3.4.5 Parâmetros econômicos**

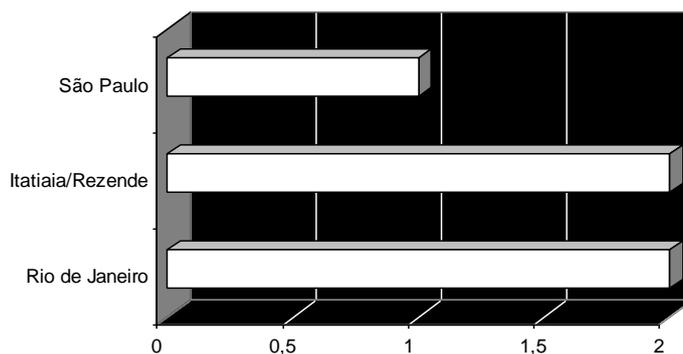
O desenvolvimento dos parâmetros econômicos para análise da sustentabilidade dos empreendimentos hoteleiros se relaciona à geração de renda e emprego para a população local, incentivos ao mercado local por meio de captação de fornecedores locais e regionais, a rentabilidade do empreendimento e investimentos em projetos locais. Nesse sentido, para alcançar o desenvolvimento sustentável econômico os empreendimentos turísticos devem

realizar uma gestão eficiente dos recursos, considerando também os aspectos sociais e ambientais e não somente a lucratividade.

Os meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI geram em torno de 74 empregos, como já citado, e verificou-se que nenhum deles contrata colaboradores temporários ou extras na alta temporada. Adotam um sistema de remanejamento na baixa temporada, quando todos os colaboradores tiram suas férias.

Quanto ao piso salarial dos colaboradores, não se pode precisar, pois a única informação obtida foi a de que este é indicado em uma tabela fornecida pelo Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro – SIND RIO, mas as empresas são nele cadastradas de forma sigilosa. Quanto aos cargos e salários dos colaboradores, nenhum dos gestores responderam a questão e citaram apenas que em seus empreendimentos não há uma hierarquização de colaboradores e muitos destes são polivalentes, além da equipe de alguns hotéis ser de característica familiar. Para obter maiores informações, seria necessário desenvolver uma pesquisa junto aos colaboradores, o que poderá ser feito em estudos particulares futuros.

**Figura 18** - Origem dos fornecedores dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI-  
Rio de Janeiro, julho de 2009.



A seleção dos fornecedores pelos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI é realizada de forma diferenciada. Em 3 empreendimentos (Tulipa, Cravo e Girassol) as variáveis consideradas são o preço e a qualidade dos produtos ou serviços; em 1 empreendimento (Begônia) todos os seus fornecedores são locais; e no outro (Rosa) há fornecedores da cidade, embora esse mercado seja falho e muitos produtos não sejam encontrados, o que resulta no uso de alguns fornecedores externos. Conforme se observa na figura 19, a maioria dos fornecedores

dos meios de hospedagem é das cidades de Itatiaia, Rezende e Rio de Janeiro. Há fornecedores situados em São Paulo, no caso do meio de hospedagem Cravo, o qual é arrendado por um empresário desta localidade.

Quando se foca nos custos e benefícios do turismo, deve-se considerar que o impacto econômico do turismo depende, em parte, da natureza da economia local e de ações como a injeção de renda local para desenvolver o efeito multiplicador na área, gerando benefícios (SWARBROOKE, 2000). Desenvolver uma cadeia de fornecedores locais é uma forma de dinamizar o efeito multiplicador de renda a partir do turismo, mas se notou que esta atividade não é destacada na economia de Itatiaia. Segundo o prefeito de Itatiaia, a primeira atividade econômica é a indústria, pois gera ICMS e contribuição fiscal por imposto. Para ele, apesar de alguns municípios da região se desenvolverem economicamente pelo turismo, este não é desenvolvido ainda como uma forma de gerar emprego e renda para a população de Itatiaia. Ele acredita que o motivo seja a não identidade dos moradores com o PNI, que é o grande atrativo turístico da cidade. De fato, verificamos que o turismo é concentrado no PNI. Muitos turistas nem ao menos conhecem a cidade de Itatiaia, apenas buscam-na como acesso ao parque, hospedando-se dentro do parque, fazendo suas refeições dentro dos hotéis do parque e realizando seus passeios, sem gerar qualquer ligação como a comunidade e com o comércio da cidade de Itatiaia.

Levantaram-se dados sobre a taxa de ocupação dos meios de hospedagem em quatro períodos diferentes: fins de semana, dias de semana, feriados e férias. Dentre os gestores, o do Tulipa não quis responder (tabela 4).

**Tabela 4** - Taxa de ocupação em alta temporada dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI- Rio de Janeiro, julho de 2009.

| <i>Meio de hospedagem</i> | <i>Férias (%)</i> | <i>Feriados (%)</i> | <i>Fim de semana (%)</i> | <i>Dias de semana (%)</i> |
|---------------------------|-------------------|---------------------|--------------------------|---------------------------|
| <i>Tulipa</i>             | (não disponível)  | (não disponível)    | (não disponível)         | (não disponível)          |
| <i>Begônia</i>            | 100               | 80                  | 70                       | 50                        |
| <i>Cravo</i>              | 100               | 100                 | 50                       | 30                        |
| <i>Rosa</i>               | 100               | 100                 | 80                       | 20                        |
| <i>Girassol</i>           | 100               | 100                 | 80                       | 20                        |

O gestor do Begônia afirmou que, nos finais de semana, há 70% de ocupação e, “se não chover”, nos dias de semana tem-se 50% na baixa temporada, 100% nos feriados e 80% nas férias, também “se não chover”. No Cravo, o gestor afirmou que, nos finais de semana, sua taxa de ocupação na alta temporada é de 50%, em dia de semana chega a 30%, nos feriados apresenta 100% e nas férias, fica em 100%. A taxa de ocupação do Rosa nos finais de semana é em torno de 80% na alta temporada; em dias de semana, a ocupação é baixa, em torno de 20%, mas se trabalha com o mercado de eventos (cursos, seminários, reuniões) que ocupa “uma fatia da semana interessante para as vendas”; nos feriados e nas férias, apresenta 100% de ocupação, mas essa taxa depende da ocorrência da chuva ou fatores externos, como a crise econômica, a gripe H1N1 etc. No meio de hospedagem Girassol, os dados coletados demonstram que a taxa de ocupação nos finais de semana é de 80% na alta temporada, em dias de semana chega a 20% e nos feriados e férias, apresenta 100% de ocupação.

Quanto à lucratividade dos empreendimentos, dos 5 meios de hospedagem pesquisados, o gestor do Tulipa declara que esse empreendimento ainda não apresenta lucro: “por ser um empreendimento arrendado, ainda é necessário alguns ajustes para que possa desenvolver melhor a venda e ter a lucratividade”. Os meios de hospedagem Begônia, Rosa e Girassol possuem lucro nos meses de alta temporada, que contempla férias e feriados, mas nos meses de baixa temporada, embora não apresentem lucro, os gestores afirmaram que esses empreendimentos “pagam as contas”. No meio de hospedagem Cravo, os meses de alta temporada como férias, feriados e finais de ano são lucrativos; já os meses de março, abril, agosto e setembro não são lucrativos, na ótica do seu gestor.

Questionou-se sobre a atuação dos gestores nos meios de hospedagem - se esta seria sua única renda ou se teriam atividades externas a estes. Os gestores do Tulipa, Rosa e Girassol atuam apenas nesses estabelecimentos e sua renda provém, portanto, destes, ao passo que o gestor do Begônia, por ser seu proprietário, possui outra renda, mas não declarou qual a sua origem; e o gestor do Cravo, por ser um empreendedor, tem rendas oriundas de outros empreendimentos, mas também não especificou os mesmos.

Com relação a investimentos em projetos locais voltados à conservação da cultura e da natureza, ficou claro que não há qualquer ação dos meios de hospedagem nesse sentido, pois os gestores afirmaram que não há renda suficiente para esse tipo de investimento.

A gestão sustentável dos recursos ambientais e do patrimônio turístico coloca entraves no âmbito da compatibilização de interesses públicos e privados, cujo foco deveria estar

centrado nos recursos ambientais e na comunidade local. Entender o gerenciamento dos meios de hospedagem, mesmo em uma análise preliminar, é importante para se ter uma visão geral das preocupações e posturas dos gestores desses empreendimentos em área natural aberta à visitação pública turística, ou seja, na Parte Baixa do Parque Nacional de Itatiaia.

A aplicação desses parâmetros econômicos, bem como dos demais, demonstrou que não é fácil testar conceitos e critérios de análise da sustentabilidade propostos na teoria e presentes na literatura especializada na área. Também se percebeu que há necessidade de ampliar essa “experimentação” de preceitos teóricos envolvendo outros conjuntos de critérios de análise e até de avaliação da sustentabilidade, criando metodologias adequadas à realidade e particularidades das áreas protegidas no Brasil. Tais aspectos são retomados nas considerações finais apresentadas a seguir, finalizando esta dissertação.

## CAPITULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta dissertação, apresentam-se as considerações da pesquisa, subdivididas em três tópicos: o primeiro destaca os principais resultados obtidos, o segundo apresenta propostas e ações para o desenvolvimento sustentável do turismo na área de estudo e o terceiro sugere a continuidade de estudos posteriores.

### 4.1 Considerações gerais da pesquisa

O presente estudo teve por objetivo uma análise preliminar da sustentabilidade da atividade do turismo em áreas protegidas, com foco nos meios de hospedagem da Parte Baixa do Parque Nacional do Itatiaia. Por meio do referencial teórico pesquisado sobre os critérios do desenvolvimento sustentável construídos por Sachs (1993), a discussão sobre a sustentabilidade do turismo (parâmetros social/cultural, econômico, político, ecológico e ambiental) de Murphy (1994) e a proposta de formas de administração do turismo sustentável de Swarbrooke (2000), construiu-se um conjunto de parâmetros e indicadores para o desenvolvimento da pesquisa de campo, como sugestão de desenvolvimento de uma avaliação dos critérios da sustentabilidade em meios de hospedagem demonstrou no quadro 15 alguns parâmetros para avaliação em pesquisa de campo:

Quadro 15 - Parâmetros e variáveis sustentáveis em meios de hospedagem

| <i>Dimensões da Sustentabilidade</i> | <i>Componentes do Turismo Sustentável</i> | <i>Sustentabilidade dos Meios de Hospedagem</i>   |  |
|--------------------------------------|---|---|--|
|                                      |   | <i>Parâmetros</i>   | <i>Variáveis</i>   |
| Social                               | Necessidades Sociais                      | Inclusão da população local como empreendedora<br>Inclusão da população local como mãodeobra<br>Valorização da mãodeobra local. | Número de hotéis de que a população local é proprietária<br>Número de residentes que atuam em empreendimentos como mãodeobra (fixa ou temporária)<br>Condições de trabalho (horário, normas e higienização)<br>Condições de salários |

| <i>Dimensões da Sustentabilidade</i> | <i>Componentes do Turismo Sustentável</i> | <i>Sustentabilidade dos Meios de Hospedagem</i>  |   |
|--------------------------------------|---|--|---|
|                                      |   | <i>Parâmetros</i>  | <i>Variáveis</i>  |
| Cultural                             | Necessidades Culturais                    | - Símbolos de culturas locais para o turista;<br>- Impacto do turismo na sociedade e na cultura local;<br>- Desenvolvimento de mercado local de artesanatos;<br>- Gastronomia típica | Número de turistas que visitam os atrativos culturais locais<br>Número de turistas que participam de manifestações culturais<br>Quantidade vendida de artesanato local<br>Quantidade de turistas que consome os pratos típicos.   |
| Ecológico                            | Parâmetros Ecológicos                     | A reciclagem e coleta de lixo<br>Exploração da água<br>Exploração da energia elétrica<br>Saneamento básico<br>Responsabilidade ambiental do empreendimento                           | Monitoramento da reciclagem e coleta de lixo<br>Monitoramento da captação de água<br>Monitoramento da captação de energia elétrica<br>Monitoramento do tratamento do saneamento básico<br>Monitoramento das responsabilidades ambientais dos empreendimentos em suas ações estruturais. |
| Ambiental                            | Diversidade Ambiental                     | Estruturas adequadas ao meio.<br>Localização das estruturas<br>Desenvolvimento da responsabilidade do turista quanto ao meio   | Período de construção e monitoramento de construções adjacentes e reformas<br>Identificação das áreas de zoneamento proibido.<br>Ações de interpretação ambiental.  |
| Territorial e espacial               | Administração dos Recursos                | Monitoramento das atividades recreativas ofertadas no hotel<br>Monitoramento de materiais adequados ao meio para as práticas recreativas   | Quantas pessoas desenvolvem os serviços recreativos<br>Tipos de materiais utilizados  |

| <i>Dimensões da Sustentabilidade</i> | <i>Componentes do Turismo Sustentável</i> | <i>Sustentabilidade dos Meios de Hospedagem</i>   |   |
|--------------------------------------|---|---|---|
|                                      |   | <i>Parâmetros</i>   | <i>Variáveis</i>  |
| Econômico                            | Atividade Econômica                       | Gerar emprego e renda na comunidade local<br>Fornecedores locais e regionais<br>Empreendimentos turísticos<br>Serviços públicos<br>Investimentos e projetos públicos  | Número de empregos e renda média para comunidade local<br>Número de fornecedores locais e regionais.<br>Gerenciamento do rendimento pelos empreendimentos turísticos.<br>Gerenciamento do rendimento e gastos do setor público.   |
| Político Nacional                    | Administração e Gestão dos Recursos       | Leis e diretrizes para implementação de empreendimentos turísticos<br>Leis e diretrizes para visitação pública<br>Legalização dos empreendimentos<br>Gestão participativa e associações de classe com objetivos de conservação em conjunto. | Gerenciamento de obras e procedimentos necessários para submeter o espaço à visitação pública.<br>Desenvolvimento de pesquisa como contribuição nacional.<br>Identificação das normas legais de prestação de serviços.<br>Participação dos empreendimentos com ações de conservação junto à gestão.<br>Participação nos conselhos e associações, com discussões quanto à conservação do parque. |
| Político Internacional               | Administração dos Recursos                | Dinamizar o sentido político de desenvolvimento de uma área protegida   | Monitorar a conservação do ambiente como espaço de conservação mundial.<br>Desenvolver pesquisas como contribuição internacional.   |

Com base nesse quadro, propõe-se um modelo preliminar referencial para ser aplicado em meios de hospedagem em Unidades de Conservação a partir do desenvolvimento de parâmetros e variáveis sustentáveis, conforme apresentado.

Os resultados se refletem na pesquisa desenvolvida em âmbito teórico/prático realizada no Parque Nacional de Itatiaia. Na discussão, observamos que a visão dos gestores entrevistados condiz com o problema proposto por essa dissertação, que é verificar como os meios de hospedagem em áreas protegidas se “comportam” em relação à sustentabilidade.

Nesse sentido, identificaram-se e analisaram-se os seus “comportamentos” perante os parâmetros criados: social e cultural, ecológico, ambiental, econômico e político.

Com relação aos parâmetros sociais, as pessoas que gerenciam os 3 meios de hospedagem (e residem no interior do parque) desde antes da instituição desta área como parque, em 1937, produzem uma relação diferenciada com o lugar, ao contrário dos que estão no local há pouco, cuja expressão mostra apenas o sentido de exploração comercial do seu empreendimento.

A legislação brasileira dispõe sobre a não permanência de populações habitando o interior de parques nacionais. De acordo com a legislação vigente, essas áreas são de domínio público e, por isso, devem ser utilizadas de forma a conservar seus recursos, e já que qualquer atividade “exploratória” deve gerar um ônus para o Estado. Com isso, a não regularização das propriedades no interior do parque provoca problemas sociais e conflitos no Parque Nacional do Itatiaia, o que pode ser um indício de situação que também ocorre em outras áreas protegidas no Brasil. Ressalta-se a importância de discussões realizadas em congressos mundiais, como os da IUCN, quanto à presença de populações tradicionais e não tradicionais nessas áreas, o que deveria ser debatido em eventos científicos no Brasil, inclusive no campo do turismo.

Entretanto, há a necessidade de analisar a sustentabilidade de forma mais aprofundada para discutir mais apropriadamente as diferenças entre as posturas dos meios de hospedagem frente ao meio ambiente social. Na pesquisa, ficou claro que o “nível” de responsabilidade dos meios de hospedagem apresenta-se variado quanto à conservação diante do tempo de permanência dos gestores na localidade. Com isso, considera-se importante ponderar o desenvolvimento de ações de gestão e manejo pela gestão do parque em conjunto a esses empreendedores como uma contribuição ao desenvolvimento social local e, principalmente, focado na valorização cultural.

Constatou-se, em relação aos parâmetros políticos analisados, que há uma informalidade no desenvolvimento das atividades dos meios de hospedagem na Parte Baixa do PNI. Esse contexto não contribui para uma gestão participativa dos gestores dos meios de hospedagem na gestão do parque, os quais não se constituem em um público assíduo nas reuniões do conselho consultivo do parque.

A pesquisa revelou também a escassez de informações que gestores dos meios de hospedagem possuem quanto à captação e utilização dos recursos básicos e ao gerenciamento

de ações no sentido de reduzir o consumo de água, da energia e resíduos sólidos. Como consequência, eles desenvolvem suas atividades com procedimentos muitas vezes impróprios, gerando a degradação ambiental. Tais procedimentos pouco adequados ou “tímidos” perante as possibilidades de gerenciamento sustentável propagadas na bibliografia pertinente ao tema podem refletir a pouca qualificação e formação profissional dos gestores dos meios de hospedagem. Ressalta-se ainda que estes apresentam um conceito errôneo sobre o zoneamento do parque, o que é um ponto importante a ser considerado para qualquer ação em prol do desenvolvimento sustentável de suas atividades na área.

Cabe propor investimentos a serem realizados pela gestão do PNI na divulgação do que sejam práticas ambientais sustentáveis adequadas, como também planejar, gerenciar, implantar e monitorar seus resultados. Assim, desenvolver nos gestores dos meios de hospedagem a sua real responsabilidade a partir de ações implantadas para cada atividade desenvolvida pelos empreendimentos, destacando o processo que pode degradar o ambiente caso não sejam adotadas medidas práticas adequadas.

As ações ambientais desenvolvidas pelos gestores dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI indicam a necessidade de se desenvolver o planejamento e a fiscalização de procedimentos adotados pelos empreendimentos turísticos, e não apenas junto aos meios de hospedagem, de forma a tornar públicas as suas ações e a cobrar as suas responsabilidades diante do propósito de utilizar o espaço de uma unidade de conservação.

Pensar nos fatores econômicos como o potencial de permanência desses empreendimentos não justifica liberar indiscriminadamente a exploração privada nessas áreas. A pesquisa demonstra que a preocupação dos gestores dos meios de hospedagem da Parte Baixa do PNI é essencialmente de rentabilidade financeira dos seus “negócios”, não considerando outros fatores, como sociais, culturais, ambientais, ecológicos e políticos, para o desenvolvimento da sustentabilidade econômica.

É importante, no entanto, esclarecer que há meios de hospedagem atuantes no PNI que, além de desenvolver suas atividades satisfatoriamente, poderiam aprimorar seus desempenhos sustentáveis mediante maior acesso a informações e participação na gestão do parque. Estes poderiam servir de exemplos a serem seguidos e devem se alinhar aos procedimentos do novo uso proposto pela gestão do parque para essa área. Entretanto, nem todos possuem esse perfil, conforme demonstrado nesta pesquisa.

Para os meios de hospedagem que estão no PNI desde antes de sua instituição, a concessão não é viável economicamente, porque diante da proposta da conservação, não poderiam aumentar os números de unidades habitacionais para venda e seus custos aumentariam com as regras de concessão desenvolvidas pelo Estado.

A proposta de um estudo que considere as particularidades da área e as especificidades dos empreendimentos turísticos nela atuantes poderia nortear o planejamento e desenvolvimento de novas formas de uso do parque, levando em conta a história, memória e, principalmente, os pressupostos da conservação. Diante disso, levanta-se a necessidade de criação de adequados critérios de “sustentabilidade legal”, que é o desenvolvimento de uma legislação pertinente à prática das unidades de conservação de forma que alie a conservação e a preservação dentro da legislação nacional e internacional. Isso porque o imposto pela legislação vigente para as unidades de conservação e, dentro destas, para os parques nacionais, não prevê as especificações do lugar e de seu uso público turístico com propriedade. Aqui fica clara a inter-relação entre as diferentes abordagens da sustentabilidade, que se integram e sofrem influência umas das outras, ou seja, não podem ser vistas isoladamente, mas sim em conjunto, em um sistema.

#### **4.2 Propostas e ações**

A seguir, apresenta-se algumas propostas e ações que poderiam nortear o encaminhamento de uma postura mais responsável perante o meio ambiente no contexto analisado nesta pesquisa.

- Sugere-se ao ICMbio (Instituto Chico Mendes Para a Conservação da Biodiversidade) o desenvolvimento de leis e diretrizes sustentáveis, desenvolvidas a partir das especificidades de cada área protegida em particular, considerando as diferenças sociais e culturais de cada Unidade de Conservação, além das características biológicas das mesmas.
- Recomenda-se que os gestores do Parque Nacional do Itatiaia desenvolvam ações para a inclusão dos gestores de meios de hospedagem, em especial para sua maior participação no conselho consultivo por meio de maior número de representantes e não apenas pelo representante da Associação dos Meios de Hospedagem de Itatiaia.

- Indica-se a necessidade da oferta de cursos e palestras que esclareçam e discutam os impactos ambientais e os processos de melhoria na gestão sustentável dos empreendimentos ativos no PNI.
- Motivar a maior qualificação dos gestores e colaboradores (funcionários) dos meios de hospedagem para o direcionamento de seus serviços e, principalmente, para o gerenciamento dos recursos direcionados à sustentabilidade ambiental/ecológica integrada à sustentabilidade econômica desses empreendimentos.
- Recomenda-se o debate a partir de discussões sobre as questões de sustentabilidade social, ecológica, ambiental, política e econômica entre os gestores dos meios de hospedagem em suas reuniões da Associação dos Meios de Hospedagem de Itatiaia.
- Sugere-se que a Associação dos Meios de Hospedagem de Itatiaia formalize os procedimentos que devem ser adotados por todos os empreendimentos a ela filiados quanto à utilização dos recursos ambientais do PNI.
- Propõe-se que a prefeitura local desenvolva procedimentos de aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados junto à gestão do PNI, de acordo com os preceitos da sustentabilidade em todos os seus níveis.
- Recomenda-se a sustentabilidade no convívio de todos os envolvidos - gestores dos meios de hospedagem, gestores públicos do PNI e prefeitura - para que os procedimentos voltados à sustentabilidade da atividade do turismo possam ser desenvolvidos respeitando as restrições necessárias para a conservação da área.
- Inserir nesse convívio, representantes da comunidade que vive no interior do parque e da cidade de Itatiaia a fim de atender e direcionar ações em prol da melhoria da qualidade de vida destes, tornando-os verdadeiros parceiros na gestão sustentável do parque e dos empreendimentos turísticos.

### **4.3 Sugestão de pesquisas futuras**

A sustentabilidade dos empreendimentos turísticos em áreas protegidas é um tema inesgotável. A proposta de desenvolver parâmetros de sustentabilidade para análise dos meios de hospedagem atuantes no interior da Parte Baixa do PNI pode ser vista como um modelo preliminar a ser aprimorado mediante sua aplicação em outras áreas e em outros tipos de empreendimentos turísticos e de lazer em áreas protegidas no Brasil. Com isso, importa estimular o desenvolvimento de estudos futuros de caráter científico que, no entanto, considerem as especificações de cada área e de cada tipo de empreendimento como objeto de pesquisa investigado, assim como as características também particulares de cada um dos sujeitos a serem considerados (turistas, residentes, empresários, políticos, gestores etc.).

Face ao tempo para finalizar esta pesquisa, não foi possível estudar os parâmetros de sustentabilidade construídos junto aos turistas e à comunidade local. Pesquisas nesta linha devem ser desenvolvidas para aprimoramento do modelo proposto, refinando-o ou redirecionando-o a propostas atuais e inovadoras de gestão sustentável do turismo em áreas protegidas.

Por fim, pesquisas no âmbito da sustentabilidade legal são imprescindíveis para avançar na análise do tema aqui tratado, a fim de nortear o gerenciamento de empreendimentos turísticos face às especificadas de cada área, pois verificou-se a falta de adequação às regulamentações vigentes no PNI, sugerindo alinhar às normativas atuais do modelo igualitário proposto por instituições internacionais.

Este estudo mostrou que a sustentabilidade dos empreendimentos hoteleiros do interior da Parte Baixa do primeiro Parque Nacional do Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia, apresenta-se pouco desenvolvida, com problemas de gestão do parque, de gestão dos meios de hospedagem e de gestão pública municipal, e que pode ser um claro indício de uma realidade presente em outros parques nacionais e unidades de conservação no Brasil. Este resultado final da pesquisa, ao invés de inibir, deve, sim, estimular novas pesquisas com propostas de intervenção nesses espaços tidos como paisagens únicas a serem valorizadas e conservadas para as gerações atuais e futuras.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294p.

ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo, WILSON, Edson J. **Hotel: Planejamento e projeto**. São Paulo: Sena, 2000. 246p.

ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272p.

ARRUDA, Reinaldo. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado em Curitiba (PR), Brasil, em 1997 e publicado no Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276, do referido Congresso.

Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. **Relatório Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil Volume 1**. In: [www.abeta.com.br](http://www.abeta.com.br) Acesso em 19/02/2009

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília**, 16 set. 1965, p. 9.529, retificado no D.O. de 28 set. 1965, p. 9.914.

BRASIL (2000) Lei No 9.985, 15/07/2000. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)**, Diário Oficial. Brasília, Brasil, 2000.

BRITTO, Maria Célia Wey de. **Unidade de conservação: Intenções e resultados**. São Paulo: Anna Blume, Universidade Selo. Fapesp, 1995. Meio Ambiente. 217p.

CASTELLI, Geraldo. **Gestão hoteleira**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **O ecoturismo como um fenômeno mundial**. In: LINDBERG. K e HAWKINS. D. E (org). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 2005. 5ed. p. 25-29.

COPELAND, E.B. **Fern Evolution in Antártica**. Philippine Journal of Science. 70(2); 1939. 157-189.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7<sup>o</sup>ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. 9<sup>a</sup> Ed. São Paulo : Futura, 2007.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3<sup>o</sup>ed. revisada e ampliada. São Paulo:Atlas. 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana.**O mito moderno da natureza intocada**. 3<sup>o</sup>ed – São Paulo:Hucitec, Núcleo de apoio à Pesquisa Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 169p.

DRUMMOND, J.A. **O Sistema brasileiro de Parques Nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental**. Niterói: EDUFF, 1997.

EMBRATUR – Instituto Nacional do Turismo. **Caracterização do Parque Nacional do Itatiaia**. Brasília: 2006. In: [www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br) . Acesso: 10/10/2008.

FBDS – Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável. **O Parque nacional do Itatiaia**. Caderno FBDS 3 / 2000 . 173p.

GIOSA, Livio Antônio. **Terceirização: uma abordagem estratégica**. 5<sup>o</sup>ed. São Paulo:Cengage Learning Editores, 1997.

HENDEE, J.C. STANKEY, G.H. LUCAS, R.C. **Wilderness management**. 2ªed. Golden: North American Press, 1990. 537p.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil** / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. – Brasília: MMA, 2007 124p. (Serie Áreas Protegidas de Brasil, 5).

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. 1999

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. . **Efetividade de gestão das unidades de conservação federa do Brasil**. Ibama, WWF-Brasil. – Brasília: Ibama, 2007. 96 p.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Ação Emergencial para o Parque Nacional de Itatiaia**, Ibama: Brasília, 1994.

Instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal – IBDF. Fundação Brasileira para conservação da Natureza – FBCN. **Plano de manejo: parque nacional do Itatiaia**. Brasília: 1982. 207p.

Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR. **Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados**. São Paulo: MMT. Relatório final dezembro/2002.170p.

Instituto de Hospitalidade. **Guia de interpretação da norma: meios de hospedagem: requisitos para a sustentabilidade**. Brasília: PCTS. In: [www.pcts.gov.br](http://www.pcts.gov.br). Acesso em 20 de março de 2009.

IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 47-67.

IRVING, Marta de Azevedo, MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo de base**

**comunitária: a participação como prática de desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Praia do Canto Verde Beberibe (CE).** Caderno Virtual do Turismo. Vol.4 nº4. 2004. 22p.

IRVING, M.A. & MATOS, K. **Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.** Floresta e Ambiente, Vol 13 No 2.

ILLICH, Ivan. **A Convivialidade.** Lisboa: Europa-América, 1976.

ISO 1400. ISO 14001. **Um guia passo a passo para o uso de um Sistema de Gestão Ambiental.** BSI Brasil, 2008. In: [www.bsibrasil.com.br](http://www.bsibrasil.com.br). Acesso em: 19/03/2009.

JAMUR, Marilena. **Hospitalidade, alteridade e exclusão social.** In: BUENO, Marielys Siqueira. **Hospitalidade no jogo das relações sociais.** São Paulo: editora Vieira, 2008.15-35p.

LANGE, Maria Bernadete Ribas. **A conservação da Natureza: conceitos e breve históricos.** IN: O direito e o desenvolvimento sustentável curso de direito ambiental. Por vários Colaborador Aurélio Virgílio Veiga Rios, Carlos Teodoro Hugueney Irigaray Publicado por Editora Peirópolis, 2005, pág. 13 a 36.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas. 1983.

LIMA, Michelle. **Pousadas domiciliares de Fernando de Noronha.** I Seminário Internacional de Hospedagem Domiciliar no Rio de Janeiro, outubro de 2006. Mimeo.

LYNCH, Paul & MACWHANNEL, Doreen. **Hospitalidade doméstica e comercial.** In: LASHLEY, C. & MORRISON, A. Em Busca da hospitalidade - Perspectivas para um mundo globalizado. São Paulo: Ed. Manole, 2004.

MARETTI, C., & DE SALES, R. R. (1992). **La planification côtière de Guinée-Bissau**. M. Trudel (traduc.). Bissau: UICN.

MARETTI, C. (1993). **Desenvolvimento sustentado e implantação da reserva da biosfera: Região Bolama-Bijagos**: Relatório actividades até Fev. 93: Programa UICN Bolama-Bijagos. Bissau: UICN.

MAGRO, Teresa. **Impactos do uso público de uma trilha do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Tese de doutorado desenvolvida na Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Orientadora Profa. Dra. Maria do Carmo Calijuri. São Carlos, 1999.

MALHEIROS, T. M. M. **A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável**. In: Análise da Efetividade da Avaliação de Impactos Ambientais como Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente: sua aplicação em nível federal. Rio de Janeiro: 1995. (Mestrado em Ciência Planejamento Energético). Pós-Graduação em Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MALDONADO, Carlos. **Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitário**. Genebra, Organización Internacional del Trabajo Programa sobre intensificación del empleo mediante el desarrollo de pequeñas empresas; Departamento de creación de empleos y desarrollo de la empresa. 2005

MERCADANTE, Maurício. **Breve histórico da origem e tramitação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília: IBAMA,. Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. 2001

MEDEIROS, Rodrigo. IRVING, Marta. GARAY, Irene. **A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção**. Revista de Desenvolvimento Econômico-RDE, , Salvador – BA: ano VI, nº9, Janeiro de 2004. 83 a 93p.

Ministério do Meio Ambiente/ IBAMA- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Orientações básicas para a formação dos conselhos de unidades de conservação.** Brasília: Agosto/ 2002, revisado em julho de 2004.

Ministério do Turismo. **Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008.** Brasília : MTur. In: [www.tur.gov.br](http://www.tur.gov.br). Acesso: 19/04/2009.

MILANO, M. S. **Porque existem as unidades de conservação?** In: Unidades de Conservação: atualidades e tendências. MILANO, M. S. (org). Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. pág 193-208.

MOLINA, Sérgio E. **Turismo e Ecologia.** Bauru, SP: EDUSC, 2001. Coleção Turismo. (tradução: Josely Vianna Baptista). 222p.

MURPHY, Peter E. **Turismo e desenvolvimento sustentado.** In: THEOBALD, William F. (Org.). Turismo global. São Paulo: Senac, 2001. (tradução: Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino, João Ricardo Barros Penteado). 187- 204p.

MURPHY, Peter E. **Tourism and sustainable development.** In Theobald, W (ed). Global Tourism: The next Decade. Butterworth-Heinemann, Oxford.

PERIUS, Vergílio. **A Terceirização De Serviços Públicos E O Tribunal De Contas Do Estado Do Rio Grande Do Sul.** Porto Alegre, 1997. 38p.

PEZZEY, John C.V. TOMAN, Michael A. **Sustainability and its economic interpretations.** In: AYRES, Robert U., R. David Simpson and Michael A. TOMAN (eds.) Scarcity and Growth in the New Millenium, University of Santa Barbara, U.S.A. April, 2009.

QUINTÃO, A. **Evolução do Conceito de Parques Nacionais e sua Relação com o Processo de Desenvolvimento.** In: Brasil Florestal. Brasília, 1983. 54p.

RYLANDS, ANTHONY B. BRANDON, Katrina. **Unidade de Conservação Brasileiras.** Revista Megadiversidade. Volume 1, nº. 1, Julho de 2005.

ROCKTAESCHEL, Benita Maria Monteiro Mueller. **Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil.** São Paulo: Senac, 2006. 134p.

SANTOS, G.L.S.A. **Principais técnicas para a prática sócio-ambiental.** In: Educação Ambiental em Unidades de Conservação. Guaraqueçaba: Universidade Livre do Meio Ambiente e Fundação O Boticário, 2000. p. 40-45.

SANTOS, Ângelo A. do. **Introdução e caracterização do estudo.** In: O Parque Nacional do Itatiaia. Rio de Janeiro: Caderno 3 FBDS, 2000. pág. 9 à 19.

SANTOS, Ângelo A do.ZIKAN, Carlos Eduardo. **Descrição Geral do Parque nacional do Itatiaia.** In: O Parque Nacional do Itatiaia. Rio de Janeiro: Caderno 3 FBDS, 2000. pág. 21 à 30.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável.** Revista Ambiente & Sociedade. Vol. VII, nº2 jul/dez. 2004.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel/ FUNDAP, 1993.

SERRANO, Célia Maria de Toledo e Brunhns, Heloisa Turini (Orgs). **Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente.** Campinas, SP: Papyrus, 1997. 150p. (Coleção Turismo).

SERRANO, Célia Maria de Toledo. **A invenção do Itatiaia.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Daniel J. Hogan. 1993. 111p.

SOARES, M.C.C., BENSUSAN, N., FERREIRA NERO, P.S. **Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de Proteção Integral.** SOARES, M.C.C. (coord.). Rio de Janeiro: Funbio – Série Estudos Funbio no 4, 2002.

STIGLIANO, B. V. **Participação comunitária e sustentabilidade socioambiental do turismo na vila de Paranapiacaba, SP.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

TAKAHASHI, Leide Yassuco. MILANO, Miguel Serediuk. TORMENA, Cássio Antonio. **Indicadores de impacto para monitorar o uso público no Parque Estadual Pico do Marumbi . Paraná.** Sociedade de Investigações Florestais. Revista da Árvore: Viçosa-MG, v.29, n.º.1, p. 159-167, 2005.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural.** São Paulo: Cia das Letras, 1965. 488p.

UICN. **Parks for live.** In: Report of the IVth World Congresso on National Parks and Protected Áreas. Gland: UICN, 1993. 260p.

UICN. **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories.** Gland, Switzerland: 2008. 106p.

UNEP. **Definiciones de las categorías UICN de manejo de areas protegidas.** Disponível em: [http://www.unep-wcmc.org/index.html?http://www.unep-wcmc.org/protected\\_areas/data](http://www.unep-wcmc.org/index.html?http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/data). Acesso em: 10/11/2008.

VIEIRA, Mirna Lydia. **Imagem Turística de Itanhém: Litoral Sul Paulista.** Rio Claro: Unesp: Universidade Estadual Paulista. Curso de pós graduação em geografia. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Livia de Oliveira. 1997.

World Tourism Organization , and United Nations Environment Programme. **Guidelines: Development of National Parks and Protected Areas for Tourism.** OMT/ UNEP- Technical Report, Series n.º13. Madrid: WOT, 1992. 52p.

WWF – BRASIL. **Unidade de Conservação: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais.** WWf- Brasil: São Paulo, 2008. 23p.

WWF – BRASIL. **Programas e projetos: reserva legal.** In: [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br). Atualizado em 30 de outubro de 2007. Acesso em 30 de abril de 2009.

ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das Iniciativas Locais: Uma Introdução ao Pensamento Pós-Global.** Tradução Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006. 253p.

ZAOUAL, Hassan. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** Rio de Janeiro: Caderno Virtual do Turismo – IVT. Vol. 8 N°2. 2008. 14p.

ZIMMERMANN, ANDREA. **Visitação nos parques nacionais brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina.** 259p., 297 mm, (UnB-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental, 2006). Dissertação de Mestrado–Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

ZUCARATO, Afonso Getúlio. **Certificação Do Turismo Sustentável Para Meios De Hospedagem. Um Estudo Sobre O Caminho Do Ouro De Paraty-Rj.** São Paulo: 2006. Universidade Anhembi Morumbi. Mestrado em Hospitalidade, orientador: Profº Drº Davis Sansolo.